

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

TANISE PEDRON DA SILVA

**A REDE SERGIPANA DE AGROECOLOGIA: ATORES, CONHECIMENTOS E AS
POTENCIALIDADES DE UMA COMUNIDADE DE PRÁTICA**

**PORTO ALEGRE
2021**

TANISE PEDRON DA SILVA

**A REDE SERGIPANA DE AGROECOLOGIA: ATORES, CONHECIMENTOS E AS
POTENCIALIDADES DE UMA COMUNIDADE DE PRÁTICA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, como pré-requisito para a obtenção do título de doutora em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Flávia Charão Marques

PORTO ALEGRE

2021

CIP - Catalogação na Publicação

Silva, Tanise Pedron da
A Rede Sergipana de Agroecologia: atores,
conhecimentos e as potencialidades de uma comunidade
de prática / Tanise Pedron da Silva. -- 2021.
149 f.
Orientadora: Flávia Charão Marques.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural,
Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Práticas sociais. 2. Agroecologias. 3.
Interfaces. 4. Comunidade de prática. I. Marques,
Flávia Charão, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

TANISE PEDRON DA SILVA

**A REDE SERGIPANA DE AGROECOLOGIA: ATORES, CONHECIMENTOS E AS
POTENCIALIDADES DE UMA COMUNIDADE DE PRÁTICA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, como pré-requisito para a obtenção do título de doutora em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovada em Porto Alegre, 12 de fevereiro de 2021.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dra. Flávia Charão Marques (orientadora)
UFRGS

Prof. Dr. Alberto Bracagioli Neto
UFRGS

Prof^a. Dra. Daniela Oliveira
UFRGS

Prof^a. Dra. Monique Medeiros
UFPA

Prof^a. Dra. Rumi Kubo - suplente
UFRGS

*Ao Caio, sonhador, romântico e aventureiro,
que me ensina a leveza e a doçura necessária
para viver.*

AGRADECIMENTOS

Iniciar uma tese de doutorado é começar uma aventura acadêmica gerada a partir de questionamentos que nos levam a ousar e ir além do que já existe. E esse início é marcado por inseguranças e incertezas sobre onde será possível chegar propondo algo novo. O trabalho acadêmico não é elaborado somente a partir de conteúdos teóricos e empíricos, ele é elaborado também a partir desses sentimentos que acompanham o estudante, em especial, no período da redação final da tese. É importante essa constatação para dar visibilidade aos esforços humano dedicado aos trabalhos acadêmicos e também para mencionar que a vida particular, de pesquisadores e aspirantes à pesquisadores, não é cessada durante um curso de doutorado. Tudo faz parte dessa caminhada.

Muitas pessoas tiveram papel importante na trajetória de elaboração deste trabalho.

Agradeço aos outros planos que, através da mediação, me mantiveram perseverante e paciente para terminar a tese.

Ao meu filho **Caio** pela compreensão dos vários momentos de ausência e de impermanências durante esses anos de estudo. Foi uma grande aventura iniciar o doutorado contigo ainda pequenininho, sozinhos em Porto Alegre. Tua participação foi muito especial e deixou tudo mais doce. Ao **Bruno** pelo tempo de companheirismo e incentivo incondicional. Obrigada!

Agradeço, especialmente, a professora **Flávia** pela orientação, pela confiança na elaboração da tese e pela compreensão da minha temporalidade. Fiquei lisonjeada por me aproximar do campo antropológico e fazer novas descobertas das possibilidades teóricas-metodológicas. Grata!

Agradeço ao meu **pai** pela compreensão e apoio nesse período. À minha **mãe** pela atenção dada nesse momento. À minha irmã **Tâner** pela amizade e auxílio nos momentos mais difíceis.

Aos parentes e amigos de Aracajú, que participaram de várias formas nessa trajetória, especialmente ao **Vô Bruno** e a **Vó Mércia**, e as **tias**.

Minhas grandes companheiras de jornada de vida **Macarena** e **Flávia Kaufman**, sempre estiveram presentes em *múltiplos* momentos.

Agradeço aos colegas da turma de 2016, aos **professores e funcionários** do PGDR. Obrigada ao GRIST, pelas nossas discussões que oportunizou maiores amadurecimentos teóricos. Conseguimos manter diálogo mesmo na quarentena de 2020. Valeu!

As colegas de doutorado e amigas **Jenifer Medeiros** e **Tamara**, grandes companheiras que conheci durante o curso de doutorado. Obrigada pelos momentos conversa nas horas de dúvida e anseio nessa caminhada. Valeu meninas.

À RESEA pela oportunidade de acompanhar tanta diversidade juntas. Obrigada.

Obrigada a **banca de professores** pelo tempo e pelas considerações dedicadas ao trabalho.

Por fim, agradeço **ao povo brasileiro** que através dos seus impostos têm mantido a universidade pública e gratuita, ainda que tão poucos tenham acesso.

RESUMO

Esta tese propõe uma reflexão sobre a pluralidade e diversidade das expressões em agroecologias partindo da perspectiva da multiplicidade de suas formas. Priorizou-se o estudo das práticas sociais, especificamente aquelas envolvidas na formação e continuidade da Rede Sergipana de Agroecologia (RESEA). O trabalho investigou as articulações de ações que ocorreram espaço-temporalmente e que permitiu tecer vida à RESEA, identificando como podem contribuir para a formação de uma Comunidade de Práticas (CdP). As CdP são definidas como prática são grupos formados por pessoas que compartilham uma preocupação, um conjunto de problemas, ou uma paixão sobre algo, e que aprofundam conhecimentos e experiências em uma determinada área. Para alcançar os objetivos específicos primeiramente foi traçada a trajetória de atuação da RESEA levando em conta as idas e vindas dos atores; e seguida foi identificada e analisada as práticas sociais que dão sustentação à RESEA. A Perspectiva Orientada ao Atores (POA) contribuiu para compreender as relações estabelecidas na RESEA com foco nos interesses, conflitos, dilemas, dos grupos que compõem a RESEA. A pesquisa foi inspirada na metodologia do ator social. Os 'pesquisados' foram os representantes dos grupos que fazem parte da dinâmica da Rede (movimentos sociais, pesquisadores, estudantes, professores, ONG's, representação sindical). Ao total foram 15 entrevistas em profundidade. Como técnica de coleta de dados utilizou-se: entrevista semiestruturada, observação participante e pesquisa documental, complementados com a utilização de diário de campo. Identificou-se que a RESEA se caracteriza como uma CdP, observadas a partir das ações em sementes crioulas, da organização do CBA, da participação em editais para financiamento de projetos, da caravana agroecológica e da construção discursiva sobre "estar junto", tendo a participação como elementos transversal à essas ações. As práticas que sustentam a Rede, estão àquelas relacionadas às participações na trajetória da Rede e nas ações em sementes crioulas. Essas práticas potencializam os engajamentos na medida em que promovem fortalecimento das organizações. A partir dos engajamentos foi possível observar mudanças no território, observado a partir dos processos envolvidos na lei estadual de agroecologia que expressam a ampliação de agência de atores.

Palavras-chave: Práticas sociais. Agroecologias. Interfaces. Comunidade de Prática.

ABSTRACT

This thesis proposes a reflection on the plurality and diversity of expressions in agroecology from the perspective of the multiplicity of its forms. Priority was given to the study of social practices, specifically those involved in the formation and continuity of the Sergipana Agroecology Network (RESEA). The work investigated the articulations of actions that occurred space-time and that allowed RESEA to come to life, identifying how they can contribute to the formation of a Community of Practice (CoC). CoCs are defined as practice are groups formed by people who share a concern, a set of problems, or a passion about something, and who deepen knowledge and experience in a given area. In order to achieve the specific objectives, RESEA's performance trajectory was first traced, taking into account the comings and goings of the actors; and then, the social practices that support RESEA were identified and analyzed. The Actor Oriented Perspective (POA) contributed to understanding the relationships established in RESEA with a focus on the interests, conflicts, dilemmas, of the groups that make up RESEA. The research was inspired by the social actor's methodology. The 'researched' were representatives of the groups that are part of the Network's dynamics (social movements, researchers, students, teachers, NGOs, union representation). In total, there were 15 in-depth interviews. The data collection technique used was: semi-structured interview, participant observation and documentary research, complemented with the use of a field diary. It was identified that the RESEA presents evidence for the formation of CoP, observed from the actions in Creole seeds, from the organization of the CBA, from participation in public notices to finance projects, from the agroecological caravan and from the discursive construction about "being together". The practices that support the Network are those related to participation in the Network's trajectory and actions in Creole seeds. These practices enhance engagements as they promote the strengthening of organizations. From the engagements it was possible to observe changes in the territory, observed from the processes involved in the state agroecology law that express the expansion of the agency of actors.

Keywords: Social practices. Agroecology. Interfaces. Community of practices.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Organizações que compõem a RESEA.....	38
Quadro 2 - Síntese do modelo de análise que foi utilizado na pesquisa.....	45
Figura 1 - Relação entre ator, agência, domínio e arena na construção de projetos heterogêneos	56
Quadro 3 - Transformações conceituais do conceito de cdp	62
Quadro 4 - Níveis de participação na CDP.....	67
Figura 2 - Apresentação dos municípios percorridos pela Caravana Agroecológica em 2014.....	79
Figura 3 - Seminário Estadual Sobre Legislação De Sementes Crioulas	84
Figura 4 - Linha do tempo da trajetória da RESEA.....	90
Figura 5 - Representação das ações dos grupos da RESEA em sementes crioulas	98
Figura 6 - Farinha de cuscuz de milho crioulo	101
Figura 7 - Representação esquemática da relação entre atores, agência e domínio na arena estabelecida no projeto heterogêneo da Lei Estadual de Agroecologia	117
Figura 8 - Abertura do VIII Seminário Nacional de Agrobiodiversidade e Sementes Crioulas.....	120
Figura 9 - Segundo dia do Seminário Nacional de Agrobiodiversidade e Sementes Crioulas com a presença do governador e da secretária da casa civil	121
Figura 10 - Divulgação da aprovação do decreto de regulamentação da lei estadual de agroecologia	121
Figura 11 - Notícia sobre a redução da compra de sementes crioulas pelo governo do estado do Sergipe	123
Figura 12 - Registro do primeiro encontro da CEAPO.....	124

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de Agroecologia
AMASE	Associação Mão no Arado de Sergipe
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
ASA	Articulação do Semiárido
BNDS	Banco Nacional de Desenvolvimento e Social
CBA	Congresso Brasileiro de Agroecologia
CDJBC	Centro Dom José Brandão de Castro
CEAPO	Comissão Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica
CIAPO	Conselho Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica
CNAPO	Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CdP	Comunidade de Prática
EBAA	Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa
EEA	Encontro Estadual de Agroecologia
ENA	Encontro Nacional de Agroecologia
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FETASE	Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de Sergipe
IFS	Instituto Federal de Sergipe
MCP	Movimento Camponês Popular
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MMTR	Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais
PEAC	Plano Estadual de Agricultura Camponesa
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PEAC	Plano Estadual de Agricultura Camponesa
PLANAPO	Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
POA	Perspectiva Orientada aos Atores
RESEA	Rede Sergipana de Agroecologia

SASAC	Sociedade de Apoio Socioambiental e Cultural
SEAGRI	Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural
UFS	Universidade Federal de Sergipe

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO: CONSTRUINDO A PESQUISA.....	13
1.1	CONTRIBUINDO PARA OS ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO RURAL..	18
1.2	NOTAS SOBRE A EMERGÊNCIA E A TRAJETÓRIA DAS AGROECOLOGIAS EM TEMPOS RECENTES	22
1.2.1	Agroecologias: atores, práticas e conhecimentos.....	30
1.2.2	Questões de pesquisa.....	36
1.3	METODOLOGIA.....	36
1.3.1	Breves contornos da Rede Sergipana de Agroecologia (RESEA).....	37
1.3.2	Estabelecendo a pesquisa.....	41
1.4	PANORAMA DA TESE.....	45
2	O PERCURSO TEÓRICO: PRIORIZANDO O OLHAR AOS ATORES SOCIAIS	47
2.1	PERSPECTIVA ORIENTADA AOS ATORES: BASES ANALÍTICAS PARA AÇÃO SOCIAL.....	48
2.1.1	Interface de conhecimentos.....	52
2.1.2	Projetos heterogêneos.....	55
2.2	PRÁTICAS SOCIAIS: FAZERES E DIZERES QUE PREENCHEM O COTIDIANO	57
2.3	COMUNIDADE DE PRÁTICA (CdP): A POSSIBILIDADE DE UM NOVO CAMINHO TEÓRICO-METODOLÓGICO.....	61
2.4	COMUNIDADE DE PRÁTICA (CdP): PARTICIPAÇÃO E APRENDIZAGEM..	65
2.5	COMUNIDADE DE PRÁTICA (CdP) E AS AGROECOLOGIAS: NOVA OPÇÃO METODOLÓGICA	68
3	DA TRAJETÓRIA DA RESEA À FORMAÇÃO DA COMUNIDADE DE PRÁTICA: A POSSIBILIDADE DE UM ROTEIRO METODOLÓGICO	71
3.1	RESEA: DA EMERGÊNCIA ÀS PARTICIPAÇÕES.....	71
3.1.1	“Oxigenação da rede”: as participações como prática social	78
3.1.2	“Juntos somos mais fortes”: a prática discursiva para alcançar objetivos	84
3.2	APONTAMENTOS PARA UM ROTEIRO METODOLÓGICO	91

4	AS SEMENTES CRIOULAS E A RESEA: PRÁTICAS, INTERFACES E ARENAS	97
4.1	AS SEMENTES CRIOULAS NA RESEA: PRÁTICAS E ATORES	98
4.1.1	Os articuladores políticos da RESEA para as sementes crioulas.....	99
4.1.2	Os que atuam “na ponta” e a constituição de interfaces.....	104
4.2	RESEA: POSSIBILIDADES DE UMA ARENA.....	109
4.3	LEI ESTADUAL DE AGROECOLOGIA COMO PROJETO HETEROGÊNEO	114
	114
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS: A RESEA E AS MÚLTIPLAS AGROECOLOGIAS	126
	REFERÊNCIAS.....	134
	ANEXO A - MATERIAS PRODUZIDOS PELA RESEA, A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DA 1ª CARAVANA AGROECOLÓGICA E CULTURAL, REALIZADA EM 2014	142
	ANEXO B – NORMA ESTADUAL SERGIPE.....	148

1 INTRODUÇÃO: CONSTRUINDO A PESQUISA

Qual a perspectiva da agroecologia? não gosto de falar porque é tanta diversidade, têm tantos povos, os da mata, os do rio, os indígenas. [...] não dá para generalizar a agroecologia porque são muitas questões envolvidas. Envolve água, alimento, pessoas, campo, cidade.” (técnico, entrevistado durante encontro da RESEA, 2017)

Esta tese trata da pluralidade e diversidade das expressões das agroecologias nos territórios, partindo de um olhar que permite captar suas múltiplas formas, extrapolando perspectivas normativas. Dando prioridade para o estudo das práticas sociais envolvidas na formação e continuidade da Rede Sergipana de Agroecologia (RESEA), o trabalho investiga um conjunto organizado e amplo de articulações de ações interpostas, que, organizadas espaços-temporalmente, tecem os cotidianos (SCHATZKI, 2005), neste caso, aqueles que envolvem os atores que dão vida à Rede Sergipana de Agroecologia, referida como RESEA.

A noção de ‘organizado’ indica que um indivíduo ou grupo de pessoas estabelecem diversas práticas em seu mundo e que dão sentido à vida, ou seja, elas não acontecem de modo disperso. Santos e Silveira (2015) discutem que o conjunto de ações de determinada prática social não acontece no vácuo, e acabam sempre provocando outras ações que, ao serem instituídas pelos *fazer* e *dizer* incorporados passam gradualmente a envolver a capacidade reflexiva das pessoas.

Nesse sentido, este trabalho está focado em revelar o cotidiano de atividades da RESEA, de modo a captar intencionalidades dos seus membros, buscando compreender alguns dos processos do *porquê* se engajam em certas atividades em favor das agroecologias. É, assim, que a pesquisa privilegiou a identificação de práticas, através das quais se ‘costura’ a aproximação política daqueles que têm interesses ou crenças semelhantes, pois, é nesse ponto que se desenrola a vida social das agroecologias.

As agroecologias podem ser compreendidas como inseridas em um movimento de agricultura contra tendente, tendo em vista seu teor contestatório frente aos impactos provocados pelo modelo da agricultura produtivista¹. Com as primeiras evidências dos impactos sociais e ambientais da modernização da agricultura, ainda

¹ Entende-se, aqui, agricultura produtivista aquela decorrente do processo de Revolução Verde, em que houve incremento da produção e da produtividade a partir do uso intensivo de tecnologias industriais, em especial a mecanização, os insumos químicos e o melhoramento genético.

na década de 1980, surge o movimento da agricultura alternativa em que práticas sociais foram sendo arranjadas entre grupos sociais, como por exemplo, a organização de agricultores em redes, ainda que de modo informal.

Nesse bojo, ocorre a organização dos primeiros encontros para discussão de formas *alternativas* de produção, os Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAAAs), e mais recentemente, na década de 1990, a criação de novos arranjos sociais como as redes estaduais de agroecologia, a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA). Também, se pode perceber expressões do adensamento da agroecologia, no Brasil (e em vários outros países), com o surgimento de numerosos grupos de produtores e consumidores, com o aparecimento de muitos núcleos e coletivos nas instituições ensino e pesquisa, com o aumento do número de eventos para discutir o tema, com o crescimento do número de cursos de graduação e pós-graduação, com o aprofundamento do debate nos movimentos sociais, dentre outras manifestações, com diferentes graus de territorialização e/ou institucionalização.

Um ponto de partida importante, para este trabalho, é a consideração de que as pessoas vinculadas a estas iniciativas *fazem* agroecologias a partir de repertórios de conhecimentos e de relações sociais muito diferentes e heterogêneas uma das outras. Desta forma, espera-se que essas diferentes formas de praticar as agroecologias expressem a sua pluralidade na atualidade. Em sendo assim, esse trabalho visa contribuir com um debate crítico sobre o desenvolvimento rural a partir da compreensão das existências agroecológicas nos territórios. E para isso, é importante olhar sobre como a noção de desenvolvimento foi utilizada.

A trajetória da proposta desta tese foi constituída a partir de duas entradas. Uma que está relacionada à vivência pessoal da autora junto à RESEA, a partir de 2017, acompanhando na qualidade de pesquisadora as articulações e ações, e no trabalho de campo propriamente dito ocorrido em 2019; e a outra que se trata do percurso acadêmico, relacionado ao aprofundamento dos estudos sobre o desenvolvimento, tomados especialmente a sua face rural.

A aproximação com a RESEA aconteceu ainda no ano de 2014, quando a autora atuou como docente na Universidade Federal de Sergipe (UFS), no curso de Agronomia, despertando o interesse sobre a organização da Rede no contexto sergipano. Desse modo, a inserção da pesquisadora na RESEA se deu a partir do

interesse em conhecer as relações e articulações específicas desta iniciativa agroecológica.

Por muito tempo, a noção de desenvolvimento foi atribuída quase que exclusivamente à superação da pobreza, legitimando as intervenções planejadas de agências externas e associando desenvolvimento à modernização. Essa perspectiva esteve bastante relacionada à teoria da modernização para estudar os processos de desenvolvimento rural, em que esta concebe apenas dois tipos de sociedade: a tradicional e a moderna. A sociedade tradicional é associada a um estado inicial de evolução social e a sociedade moderna é o ponto de chegada. Nessa situação, a evolução social é a passagem de um estado para outro, supondo-se que a preocupação central dos teóricos do desenvolvimento é explicar essa passagem (OLIVEIRA, 2014). De certa forma, é deste pensamento que surge a noção de que os chamados países de terceiro mundo, para superar a situação de pobreza, deveriam converter-se em primeiro mundo, pois estes correspondiam ao modelo a ser seguido (ESCOBAR, 2002).

O reflexo disto na agricultura gerou a perspectiva de que o desenvolvimento moderno deveria avançar e estabelecer um novo padrão produtivo, altamente tecnificado e industrializado (GOODMAN; SORJ; WILKSON, 1990). Houve a difusão de conhecimentos e tecnologias geradas em centros de pesquisa com objetivo de aumentar os índices produtivos, provocando profundas mudanças na relação dos agricultores com seu “agroecossistema”². Almeida (2009) discute que a *modernização da agricultura* introduziu um novo conjunto de dinâmicas na agricultura, causando rupturas no modo de produção do conhecimento desconectando-se de aspectos sociais e culturais.

Na década de 1960, o Brasil se engajou na modernização da agricultura que se baseou no aumento da produtividade através do uso intensivo de insumos químicos, de variedades melhoradas geneticamente e da irrigação e motomecanização. Esse modelo de agricultura incorporou quatro elementos:

- a) a noção de crescimento ou fim da estagnação;
- b) a noção de abertura técnica, econômica e cultural;

² Agroecossistemas são unidades geográficas e socioculturais que ocorrem os ciclos minerais, as transformações energéticas, os processos biológicos e as relações socioeconômicas, constituindo o lócus onde se pode buscar uma análise sistêmica e holística do conjunto destas relações e transformações. Os agroecossistemas são considerados como unidades fundamentais para o estudo da agroecologia (CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

c) a noção de especialização;

d) um novo tipo de agricultor, individualista e competitivo (ALMEIDA, 2009).

Assentado no crédito rural subsidiado (Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR) e na extensão rural (difusão de tecnologias) a política visava a transformação da base técnica-produtiva (OLIVEIRA, 2014).

O modelo de agricultura moderna gerou uma falsa ideia de homogeneidade, como se todos os agricultores fossem adotar os chamados pacotes tecnológicos tal qual eles foram recomendados e financiados, privilegiando a visibilização dos casos de sucesso, ou seja, aquelas propriedades rurais com altos índices produtivos e tecnificadas. Isso é percebido tanto nas políticas públicas como nas pesquisas científicas que abandonaram os processos localizados e contextualizados baseado nos potenciais sociais, ambientais, culturais e econômicos dos territórios.

Na agricultura da Revolução Verde, houve declínio da influência das forças biofísicas nas práticas agrárias e o começo de uma fase com reduzido número de tecnologias fizeram possível uma significativa homogeneização das agriculturas mundiais (COSTABEBER, 2007).

Entretanto, entende-se que os processos locais continuaram acontecendo. Ou seja, na particularidade de cada situação vivida pelos agricultores e populações rurais, as experiências seguiram ‘seu ritmo’, o que, não necessariamente, ganhou visibilidade em meio à modernização da agricultura. As múltiplas formas de vivências das pessoas não foram incluídas no modelo hegemônico de desenvolvimento.

Da observação, registro e estudo destas situações, em especial, em casos latino-americanos, se desenvolve uma perspectiva centrada no ator social, para a qual a vida social é heterogênea e complexa incluindo uma ampla diversidade de formas sociais e repertórios culturais, até mesmo sob circunstâncias de aparente homogeneidade (LONG, 2007, p.109).

Julgando importante a visibilização de processos locais, em especial no que se refere à diversidade de práticas sociais e de articulações no campo da agroecologia, uma das contribuições deste trabalho é justamente evidenciar articulações políticas e criatividade dos atores que tentam romper com certos padrões estabelecidos no que tange à agricultura e ao desenvolvimento, considerando suas lutas e vivências – as práticas.

A ideia de *contra desenvolvimento* perpassa a elaboração desta tese, na medida em que ela busca a valorização de todas as formas de existências, fazendo

visível outros protagonistas, como os atores que, aparentemente, não ‘habitam’ a modernidade (CHARÃO-MARQUES *et al.*, 2019). Essa perspectiva abre um amplo espaço teórico para pensar outros *desenvolvimentos* a partir das vivências e das existências em que as práticas sociais podem proporcionar transformações nos territórios. Ou seja, pensar em *desenvolvimentos* é compreender que as formas de vida são diversas e que diferentes processos sociais podem ser construídos e as realidades modificadas. Tal posicionamento implica em uma atitude dinâmica dos atores sociais.

Com isso, uma perspectiva dos atores é mobilizada de modo a expor como os atores e grupos sociais processam e agem de acordo com suas experiências, reformulando valores e práticas da modernidade, reconstituindo ou reformulando situações ‘localizadas’ (ARCE; LONG, 2000). Em outras palavras, este olhar permitirá, ao longo do trabalho, conhecer alguns dos contrastes locais de como as pessoas fazem e se organizam em torno da agricultura pode evidenciar formas emergentes de contra tendência.

Priorizando análises sobre a riqueza do que as pessoas *fazem* na vida cotidiana, do que elas criam, adaptam e/ou ressignificam se estabeleceu um pressuposto importante para abordar as agroecologias, trata-se da consideração de que emergências de experiências inovadoras em suas peculiaridades social, cultural, ambiental e econômica fazem surgir *múltiplas agroecologias*. Abordar as agroecologias a partir das heterogeneidades das práticas locais é perceber o desencadeamento de diferentes formas de ação social que configuram potencialidades técnicas e políticas distintas, apresentando-se de forma plural. Por exemplo, não é possível compreender a emergência das agroecologias na serra do Rio Grande do Sul da mesma forma que no sertão Sergipano, tendo em vista as tantas diferenças (de conhecimento local, de apropriação e adaptação de elementos da modernidade, de recursos ambientais, de capacidade e interesse de articulação política, *etc.*). Nesse sentido, a agroecologia emerge não como um referencial normativo dotado de coesão, mas como um catalisador de uma multiplicidade de agenciamentos e dinâmicas de interação, aumentando a densidade das redes e gerando efeitos de escala (CHARÃO-MARQUES; SCHMITT; OLIVEIRA, 2017).

Acionando bases analíticas da Perspectiva Orientada aos Atores (POA) e a noção de Comunidade de Prática (*Community of Practice*), de forma mais específica a tese propõe analisar as práticas sociais no âmbito da Rede Sergipana de

Agroecologia (RESEA), considerando sua trajetória, os encontros de diferentes experiências, os engajamentos e os discursos que compõem sua conformação e sua dinâmica de atuação. As ações da RESEA podem ser consideradas inovadoras no que tange à circulação do conhecimento e à construção de articulações técnico-políticas, tendo em vista o engajamento e a participação de múltiplos atores sociais com objetivos e interesses diversos.

A interação de distintos atores com pautas, interesses particulares, trajetórias, conhecimentos e recursos diferentes, além de evidenciar heterogeneidades de ações agroecológicas, ainda expressa *situações de interface social*³, cujas dinâmicas produzidas possibilitam a redefinição de objetivos e de caminhos a serem traçados. O conhecimento é central à análise da interface uma vez que resulta e é constantemente moldado pelas experiências, encontros e discontinuidades que surgem entre modos de vida dos diferentes atores, e é frequentemente envolvido pelas relações de poder e pela distribuição de recursos (DORNELES, 2014).

Neste sentido, aborda-se questões que se desprendem das agroecologias a partir de uma perspectiva construcionista que emerge da pluralidade social e que é contextualizada localmente, influenciada ou não por intervenções planejadas. Analisar a interface social nos espaços criados pela interação de atores identificados com a agroecologia é, portanto, olhar o encontro de práticas que são moldadas e exercitadas pelo conhecimento que cada grupo ou indivíduo experienciam. Sem, contudo, desprezar que a ação social dos atores e suas formas de articulações, tensões, negociações e vivências também são parte do delineamento de espaços de construção compartilhada de conhecimentos.

1.1 CONTRIBUINDO PARA OS ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Pretende-se que o trabalho contribua com o debate de desenvolvimento rural de forma crítica, pois, muitos trabalhos já foram publicados na perspectiva de *construir* mudanças sociais a partir do processo de modernização. A modernização é entendida como um pacote abrangente de medidas técnicas e institucionais destinadas a

³ Interface social é um conceito que busca dar conta da heterogeneidade social, da diversidade cultural e dos conflitos de indivíduos que mantêm algum tipo de encontro ou contato, e que apresentam diferentes interesses, recursos e poderes (LONG, 2007). Esta noção será detalhada no capítulo 2, que traz referencial teórico.

disseminar transformação social, sustentada por teorias neoevolucionárias (ARCE; LONG, 2000), e, embora tenha sido fundamental para a fundação de novas socialidades e economias, ela também é controversa e contestada.

Os estudos do desenvolvimento iniciaram como um campo distinto de estudo somente após 1945, quando os especialistas ocidentais se preocuparam com a modernização dos territórios e países independentes recém-emergentes. Naquele momento, a estratégia, a ideia de modernidade foram organizadas em torno de atitudes e políticas baseadas em um senso de superioridade das nações que se modernizaram com sucesso (ARCE; LONG, 2000). A narrativa de desenvolvimento através do avanço da modernidade sobre os países trouxe consigo a ideia de homogeneização universal das existências, em que todos estariam sob uma mesma identidade. E para isso as regiões *atrasadas* deveriam se modernizar para superar sua inferioridade tecnológica e social diminuindo a distância entre as nações desenvolvidas e subdesenvolvidas.

Nesse período, os estudos, foram marcados tanto pela Teoria da Dependência⁴ quanto pela Teoria da Modernização (RADOMSKY, 2011). De acordo com Teoria da Dependência, os países são considerados atrasados devido à sua relação histórica com os países ricos. Em termos de corrente teórica, a Teoria da Dependência buscava compreender a reprodução do sistema capitalista de produção nos países periféricos, enquanto um sistema que ampliava as diferenciações políticas, econômicas e sociais (DUARTE; GRACIOLLI, 2011). O desenvolvimento dos países periféricos foi submetido pelos países centrais e não pela condição agroexportadora ou pela herança pré-capitalista dos países subdesenvolvidos. O trabalho de Oliveira (2014), ao também problematizar a modernização, menciona que a superação da pobreza, vista desde a Teoria da Dependência, se daria através da ruptura com a dependência dos países desenvolvidos, e não pela modernização e industrialização conforme sugeria a teoria da modernização.

Nessas perspectivas, as políticas de desenvolvimento são problemáticas porque resultam do próprio capitalismo, ou seja, o desenvolvimento beneficiaria sempre as classes dominantes. Sendo assim, as teorias da modernização mostraram sua fragilidade analítica tendo em vista que jamais foram capazes de dar respostas ao problema das relações de poder (FREITAS; CRUZ; RADOMSKY, 2016, p.95).

⁴ Ver André Günder Frank (1970), Theotônio dos Santos (1971), Celso Furtado (1964).

Com isso, buscando avançar sobre os estudos dos processos sociais que acontecem no meio rural, mas sem a tentativa de elaborar novos modelos analíticos e universais para o desenvolvimento, se utiliza nessa tese a noção de *contra desenvolvimento*, que tem aproximação teórica com os estudos do pós-desenvolvimento.⁵

O foco do contra movimento da modernidade está nos processos de desmontagem e reincorporação das políticas existentes em que os atores locais participam das tomadas de decisão criando assim formas sociais (ARCE; LONG, 2000). Dessa forma, o contra movimento sugere olhar para as ações locais estratégicas como processo político.

Dito de outra forma, o contra desenvolvimento é baseado na capacidade de mobilizar o poder para misturar e moldar os elementos emergentes da modernidade. Ou seja, essa noção permite compreender os processos pelos quais as múltiplas modernidades são estabelecidas. Essas múltiplas modernidades referem-se a formas e práticas variadas da difusão da própria modernidade (ARCE; LONG, 2000).

A partir de uma leitura antropológica dos processos da modernidade, as ações planejadas de desenvolvimento são retrabalhadas e ressignificadas pelos usuários das práticas, que resistem ou negociam tais práticas, nas localidades, produzindo cenários múltiplos (ESCOBAR, 2002).

É do encontro de tradições e modernidades que se criam culturas híbridas e é por isso que de agora em diante e desde antes talvez, nos vemos obrigados talvez a pensar na existência de modernidades híbridas, locais, múltiplas, mutantes e alternativas (ESCOBAR, 2002, p. 12, tradução nossa).

Assim, as pessoas replicam e proliferam noções de tradição e de modernidade de várias formas, que podem não ser semelhantes e nem regular (ARCE; LONG, 2000). E analisar os processos locais na perspectiva da ação dos sujeitos como um movimento de contrário ao regime dominante é lançar luz para potenciais processos de mudança social. Para isso é importante conhecer as práticas, os discursos, os conhecimentos, as políticas locais estabelecidas, as organizações que emergem, etc.

⁵ O pós-desenvolvimento tem como questão central apontar o que as políticas de desenvolvimento executam, ou seja, seus efeitos, seu sucesso, e seus resultados concretos. Entre os principais estudiosos estão Arturo Escobar, Gilbert Rist, Gustavo Esteva, Wolfgang Sachs (RADOMSKY, 2014).

É necessário, portanto, um trabalho de pesquisa detalhado sobre as transformações que ocorrem no *desenvolvimento* local.

O contra desenvolvimento se orienta pela cosmopolítica⁶ que reconhece e revaloriza as diversas práticas, impedindo a desqualificação de outras existências fazendo visível outros protagonistas (CHARÃO-MARQUES *et al.*, 2019). Para isso, a cosmopolítica recorre à elementos simultâneos (endógeno e exógeno) para gerar um *desde dentro e um desde fora*, que é uma forma analítica simétrica que questiona a hierarquização conceitual de uma ordem científica. Uma ciência influenciada pela cosmopolítica⁷ desafia a categorização dualista de local versus global, ou tradicional versus moderno, e passa a delinear realidades que surgem como resultado da incorporação do social, do natural e do sobrenatural (PAREDES; SHERWOOD; ARCE, 2016). Rompe-se, portanto, com quem está dentro e quem está fora do debate científico, não havendo divisões entre ciência e política.

Com isso se leva em conta a relação entre humanos e não-humanos (STENGERS, 2002). Durante muito tempo a ciência se esforçou em criar limites bem definidos entre objetividades e subjetividades humanas, sem levar em conta os que elementos não-humanos podem causar mudanças nos humanos. E isso levou a ignorar uma série de processos e metamorfoses que ocorrem nas experiências de vida.

Assim, pensar uma ciência a partir do cosmopolitismo metodológico é tornar-se sensível e aberto à muitos universos (BECK, 2010), e isso é relevante aos estudos relacionado campo da agroecologia pois permite saltar em direção a uma nova forma de abordar os processos e as experiências na ciência. A reconstrução paradigmática das ciências sociais de uma perspectiva nacional para uma cosmopolítica torna visível novas realidades e novos programas de pesquisa (BECK, 2010).

⁶ O termo cosmopolítica deriva do termo *cosmos* (mundo) e *polites* (cidadania), começando como um movimento filosófico normativo organizado em torno da primazia da cidadania mundial que está sobre as considerações nacionais, religiosas, culturais e étnicas. Entretanto, atualmente, o termo compõe uma atitude sociológica sobre as preocupações políticas globais. A cosmopolítica é uma reflexão das contradições da modernidade. Essa nova cosmopolítica não é um movimento normativo, mas sim uma experiência vivida por distintas redes de atores modernos que cruzam as fronteiras entre classes, organizações, crenças e Estado (PAREDES; SHERWOOD; ARCE, 2016).

⁷ As contribuições da cosmopolítica para as ciências sociais derivam do fato que ela questiona o nacionalismo metodológico que pressupõe que a humanidade é naturalmente dividida em um número limitado de nações que se organizam internamente como estados-nações e estabelecem externamente limites para se distinguir de outros estados nações. Sugere, portanto, categorizações sociais ao permitir descrever as condições do ator e suas experiências que surgem no século XXI. Um terceiro aspecto a sublinhar é que a cosmopolítica, ainda, reformula o enfoque metodológico baseado no estudo da materialidade e do cotidiano das existências (BECK, 2010).

A proposta de analisar as agroecologias sem universalidades homogêneas, que podem levar à uma normatividade que esconde certos processos, uma das contribuições do trabalho é partir de interações entre atores, política, conhecimentos e práticas. Partindo-se, assim, das experiências vividas no *fazer* da RESEA, mas considerando o que seus membros *falam* na medida em que interagem. Privilegiando o estudo das práticas sociais, se valoriza uma forma de análise que permite visibilizar significados que a agroecologia assume, mas também as consequências e expressões concretas na vida de atores e suas organizações.

Partindo-se das bases teórico-metodológicas de uma perspectiva centrado no ator social, se busca analisar a construção de espaços de transformação promovida pelos próprios atores em meio aos muitos processos reconhecidos como de desenvolvimento.

A forma de análise orientada pelo ator⁸ é pautada na construção social, em oposição às análises estruturais, institucionais e de economia política, que tradicionalmente excluía as pessoas de seus processos de análise e de intervenção. De acordo com a perspectiva dos atores, todas as formas de intervenção externa se introduzem nos modos de vida das pessoas, sendo mediada e afetada por esses atores (LONG, 1992, p.20).

1.2 NOTAS SOBRE A EMERGÊNCIA E A TRAJETÓRIA DAS AGROECOLOGIAS EM TEMPOS RECENTES

Nas últimas décadas, as agroecologias têm ganhado cada vez mais reconhecimento público e alcançado maior visibilidade em termos sócio-políticos, assim como econômico-produtivos. Reitera-se, aqui, que para fins da análise empreendida nesta tese, as agroecologias são tomadas como um conjunto de práticas sociais, que assume distintas formas, e que se configuraram em diversos espaços de participação política em contextos muito variados, envolvendo atores sociais atuantes em muitos domínios (pesquisa, extensão, educação, produção, comércio, técnico, político, religioso, artístico, dentre outros). Nesse sentido, se assume as agroecologias com um processo resultante da interação entre sujeitos e materialidades,

⁸ Originalmente, em inglês, *actor oriented*.

evidenciando a coexistência entre eles. A relação entre sujeitos e objetos, são nexos existentes entre práticas humanas e arranjos materiais (SCHATZKI, 2002)⁹.

As práticas sociais desencadeiam uma diversidade de formas e expressões, em que as 'agroecologias' variam desde a base técnica (desenvolvimento e/ou resgate de tecnologias específicas e localizadas) até distintos arranjos de organização social (articulações, redes, núcleos, associações, cooperativas, grupos). Também, merece destaque que, mais recentemente, esses processos passaram a influenciar políticas públicas, editais de pesquisa, projetos de desenvolvimento, programas de extensão rural, formação de recursos humanos etc.

O debate mais complexo à medida que muitas 'práticas' discursivas acabam por emergir e, inclusive, passam a ser disputadas, por exemplo, no que tange à definição de *o que é* a agroecologia. Esta é justamente uma das provocações que instigam a pesquisa e a tese, questionando se realmente um conceito, por mais abrangente seja, daria conta de delimitar as agroecologias, e mais que isto, se é possível enquadrar a multiplicidade de expressões contemporâneas destas agroecologias em classificações binárias de tipo excludente. A trajetória das agroecologias no Brasil é marcada por muitas contribuições, as quais envolvem atores sociais que têm práticas, significados, conhecimentos e compreensões distintas.

Para começar a construção da problemática que acabou por provocar questões de pesquisa, é necessário esclarecer que um argumento central é o de que não é possível tratar a agroecologia a partir de uma 'verdade', considerando que as vivências das pessoas com a agroecologia geram existências múltiplas que dificilmente podem ser normativamente enquadradas ou padronizadas.

Trazendo, aqui, alguns destaques relacionados à trajetória das agroecologias no Brasil, se pode começar mencionando a sua associação a uma teia de relações estabelecidas pelos atores em uma iniciativa seminal que foi o movimento da *agricultura alternativa*.¹⁰ Na ocasião, ainda nos anos 1980, o movimento começa a reunir pessoas que se identificavam com as críticas ao modelo modernizado de agricultura. Inicialmente, se juntam intelectuais e algumas categorias de profissionais,

⁹ Será mais bem detalhada na próxima seção desse capítulo.

¹⁰ Utiliza-se o termo *agriculturas alternativas* em itálico, porque foi um termo utilizado pelo movimento agroecológico ainda na década de 1970. Entretanto, para fins desta tese, se compreende que essas agriculturas sempre existiram e não são necessariamente alternativas ao modelo da agricultura moderno baseado nos princípios da revolução verde. Esses modelos diversos de agricultura coexistem e persistem em meio à agricultura modernizada.

em especial os engenheiros agrônomos, que alertavam sobre o uso de agrotóxicos, um pouco mais tarde, se agregam agricultores e estudantes das escolas de agronomia (LUZZI, 2007). No início desse processo contestatório, as ideias da agricultura alternativa não foram bem aceitas nos espaços acadêmicos das Ciências Agrárias, porém, ao mesmo tempo, impulsionou a formação de grupos de pessoas que passaram a organizar, por exemplo, os Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAA – ocorridos em 1981, 1984, 1987, 1989) (LUZZI, 2007). Durante os EBAA havia pontos de vista metodológico, conceituais e político muito diferentes. Grupos ligados à Comissão Pastoral da Terra (CPT) e à PTA-Fase defendiam a valorização das experiências ligadas aos agricultores e que se dessem voz a eles, por meio de metodologias participativas, mas essas demandas não eram acolhidas pelos acadêmicos que priorizavam palestras de pesquisadores (MONTEIRO; LONDRES, 2017). A organização desses Encontros pode ser considerada um marco importante na história da *agricultura alternativa* porque houve a articulação de diferentes públicos. Foi a partir desse movimento que houve um real enfrentamento aos impactos da modernização da agricultura, resultando, dentre outras coisas, na luta contra os agrotóxicos, que resultaria, em 1984, na chamada Lei dos Agrotóxicos (Lei 7.802/1989), (CAPORAL; PETERSEN, 2012).

Ainda na década de 1980, houve o surgimento do Projeto de Tecnologias Alternativas (REDE PTA-FASE) organizou um trabalho articulado entre várias Organizações Não Governamentais, (ONG's) e que em conjunto viria a realizar a identificação e a sistematização do que, na época, se chamou de tecnologias alternativas. O trabalho identificava experiências bem-sucedidas pautadas pelo uso de tecnologias e processos alternativos à revolução verde (MONTEIRO; LONDRES, 2017). A Rede PTA-FASE também atuou na formação de agricultores multiplicadores que teriam o papel de difundir as técnicas em suas comunidades (PETERSEN; ALMEIDA, 2004). Os EBAA e o trabalho da PTA-FASE marcaram o início da trajetória da agroecologia no Brasil porque conseguiu ampliar o debate sobre o tema, mesmo que as pessoas ainda não se identificassem com o termo *agroecologia*.

Nos anos de 1990, através de uma articulação entre a Rede PTA e a CLADES (Consórcio Latino de Agroecologia e Desenvolvimento) a noção de agricultura alternativa vai aos poucos sendo substituída pela noção de agroecologia, o que para

esteve fortemente ligada a busca de fundamentação científica (EHLERS¹¹, 1996 apud LUZZI, 2007). Aqui, encontra-se outra forma de abordar as agroecologias: a perspectiva científica.

A agroecologia substituiu, pouco a pouco, a noção chave (e reconhecidamente um pouco fragmentada) de tecnologia alternativa, muito em voga no período de meados da década de 70 até final dos anos 80. Ela parece ampliar a percepção do que se deve ter do agrícola, do rural e da sociedade. Mesmo sendo pensada, primeiramente, para tratar do “agro”, a agroecologia, através de uma intervenção mais localizada, tem bem presente a visão macro, ou “sistêmica”, ou até mesmo “planetária” (ver, por exemplo, as representações expressas anteriormente). E, nesse ponto, parece ter evoluído em relação à tecnologia (agricultura) alternativa (ALMEIDA, 2003, p.7).

O uso do termo ‘agroecologia’ acaba por designar um campo científico que estuda os agroecossistemas, utilização essa que tem origem ainda nos anos 1970, e recebeu contribuições e influências das ciências agrícolas, do movimento ambiental, da ecologia e estudos sobre desenvolvimento rural (HECHT¹², 1989 apud LUZZI, 2007). Os trabalhos de Stephen Gliessman, Miguel Altieri e, em seguida, Eduardo Sevilla Guzmán se tornam referências muito utilizadas na busca de estabelecer um marco conceitual que entregasse legitimidade científica à agroecologia.

Miguel Altieri¹³ estudou os sistemas tradicionais de produção, trazendo uma racionalidade ecológica através do aprofundamento sobre os conhecimentos do agroecossistema. Apresenta bases teóricas para agroecologia, os sistemas produtivos e as tecnologias *alternativas* e o manejo ecológico de insetos e doenças. Para Altieri (1999) a importância da agroecologia como disciplina científica é provar os princípios ecológicos básicos para estudar, desenhar e manejar os agroecossistemas que sejam produtivos e que conservem os recursos naturais, e que ainda sejam culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis.

Nessa perspectiva de enquadrar as agroecologias enquanto disciplina científica, Stephen Gliessman¹⁴ tratou a prática da agricultura a partir das interações do sistema levando em conta fatores ambientais para a transição sustentável. O autor

¹¹ EHLERS, Eduardo. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. São Paulo: Livro da terra. 1996. 178p.

¹² HECHT, Suzanna. A evolução do pensamento agroecológico. In: ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989. p.25-41.

¹³ Agroecologia: as bases científicas para uma agricultura sustentável (1999), originalmente do inglês *Agroecology: The Scientific Basis of Alternative Agriculture* (1983). Essa publicação foi um dos marcos na trajetória da abordagem da agroecologia enquanto ciência.

¹⁴ Agroecologia, originalmente do inglês *Agroecology: Ecological Processes in Sustainable Agriculture* (1997).

propõe sistemas produtivos alternativos ao modelo da revolução verde e além das concepções teóricas traz também experiências reais dos princípios da ecologia.

Gliessman sistematizou os estudos de interação entre agronomia e ecologia, propondo uma conexão entre conhecimentos locais e formas de ação coletiva como forma alternativa ao modelo de manejo industrial dos recursos naturais (CAPORAL; PETERSEN, 2012).

A entrada dos estudos sociológicos, em especial, os chamados *estudios campesinos* vem da contribuição da 'Escola de Córdoba' (Espanha), onde Sevilla Guzmán¹⁵ trata a dimensão social das agroecologias a partir do diálogo da teoria com a prática dos agricultores. E para isso há necessidade de o pesquisador dialogar de forma horizontalizada com os conhecimentos dos agricultores. Assim, o autor desenvolve críticas ao pensamento científico para gerar um enfoque pluriepistemológico que inclui a biodiversidade sociocultural. A perspectiva teórica metodológica da agroecologia aparece diversificada em três instâncias: a ecológica e agrônômica produtiva; a perspectiva social e econômica; e uma perspectiva sociopolítica e econômica. E a unidade analítica é a comunidade onde se insere o agricultor (SEVILLA GUZMAN, 2017). Desse modo, o autor propõe a valorização dos conhecimentos gerados pelas '*culturas campesinas*' na sua relação com a natureza para garantir seu meio de vida.

No Brasil, Caporal e Costabeber foram autores que influenciaram bastante o debate, na perspectiva das agroecologias abordada enquanto campo científico (Ver CAPORAL; COSTABEBER, 2004; CAPORAL; COSTABEBER, 2007; CAPORAL; PAULUS; COSTABEBER, 2009). Defendem que as agroecologias não deveriam ser confundida com agriculturas de base ecológica empiricamente existentes. Para eles, as agroecologias se trata de enfoque científico destinado a apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencional para estilos de agriculturas sustentáveis. A agroecologia a partir de um enfoque sistêmico adota o agroecossistema como unidade de análise tendo o propósito de proporcionar conceitos, princípios e metodologia para apoiar a transição agroecológica. A conformação do seu *corpus* teórico metodológico se constitui a partir de campos de conhecimentos de várias disciplinas científicas. Portanto, essa perspectiva leva em

¹⁵ Introducción a la Sociología Rural (1984) e Ecología, campesinado e história (1993).

conta as dimensões ambientais, sociais e econômicas, considerando o avanço tecnológico (CAPORAL; COSTABEBER, 2007).

A influência desses autores brasileiros se reflete nas bases dos textos orientadores de políticas públicas, como por exemplo, o Marco Referencial da EMBRAPA (SCHMITT, 2009). As bases conceituais formuladas serviram para a elaboração do programa institucional em agroecologia. Isso é relevante pelo fato de a EMBRAPA reconhecer a diversidade de *agriculturas* existentes no país e passou a incorporar as ideias agroecológicas em seus núcleos de pesquisa específicos sobre esse tema, os chamados Núcleos de Agroecologia.

Paralelo a isso, houve crescimento expressivo de eventos, como seminários, encontros, congressos, *workshops*, além de cursos de graduação e pós-graduação em agroecologia (BALLA; MASSUKADO; PIMENTEL, 2014; MASSUKADO; BALL, 2016). É exatamente em muitos desses eventos que foram ficando conhecidas as experiências locais dos agricultores.

Entretanto, a perspectiva científica das agroecologias é criticada por pesquisadores. A falta de rigor conceitual e metodológico associado a uma problemática científica correspondente aproxima as agroecologias do senso comum. A ausência de uma metodologia que permita conhecer a realidade e, então, construir um campo científico é uma limitação das agroecologias enquanto ciência. Outra crítica feita se refere ao perfil político das pessoas que estudam agroecologia, em os pesquisadores estão ligados ao campo da “esquerda agrária” com a finalidade de agir politicamente para atacar a produção agropecuária dominante no país (NAVARRO, 2017).

Na ciência as pessoas assumem postura política e, portanto, seus objetos de estudo passam por este filtro de identidade com pessoas, coisas e temáticas. Criticar os pesquisadores pela sua identificação política não se configura exatamente como um argumento científico. Essa constatação nos permite observar que a construção discursiva das agroecologias na ciência se deu por muitas correntes teóricas e até certo ponto de modo divergente e conflitante. Os conflitos surgiram pelos entendimentos diferentes entre os pesquisadores sobre a construção das agroecologias enquanto aporte teórico-metodológico científico. Entretanto, são essas discordâncias argumentativas que colaboraram para levar para aos centros de pesquisas, a pauta da agroecologia.

Outra vertente de compreensão das agroecologias é sobre sua constituição como um movimento social uma vez que ela apresenta expressões no mundo todo associado à capacidade de articular processos locais e regionais de mobilizações em rede (PETERSEN; ALMEIDA, 2004).

No Brasil, as agroecologias enquanto movimento social é associado a processos de mobilização social. Primeiramente no período do Estado ditatorial militar, em 1964, em que atuação de forças políticas progressistas mobilizando camponeses em defesa da reforma agrária. Nesse momento, a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) foi importante para mobilização dos camponeses. Em seguida, em 1980, ocorre a redemocratização e o surgimento da agricultura alternativa, culminando nos EBAA's e a intensificações de ações das ONGs conforme já mencionado acima. E seguida, a realização do I Encontro Nacional de Agroecologia (ENA) e o surgimento da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) em 2002, e finalmente deste último período à 2016 quando entram em cena as políticas públicas (MONTEIRO; LONDRES, 2017). No contexto dos movimentos sociais, a Via Campesina propõe a agroecologia como estratégia de desenvolvimento de rural e de soberania alimentar, com relevante papel de mobilização social e política (NORDER, 2016). Nesse caso, as agroecologias aparecem como caminho para construir uma agricultura baseada em princípios que se opõem ao modelo de agricultura da revolução verde.

Foi através da sociedade civil organizada que foi garantido o direcionamento de projetos em consonância com as agroecologias. Em 1980 as organizações de movimento de agricultura orgânica debatiam sobre as normas e procedimentos de regulação do mercado de produtos orgânicos. Foi construída a arquitetura institucional para o mercado de produtos orgânicos que envolveu diferentes fóruns e espaços públicos e atores sociais com interesses diversos. Essa reivindicação se intensifica em 1991 com a regulamentação europeia sobre produtos orgânicos e, portanto, mercado importador de produtos orgânicos (MOURA, 2017).

Em 1999, foi publicada a Instrução Normativa (IN) nº 007, do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) que dispõe sobre as normas para produção, tipificação, processamento, envase, distribuição, identificação e certificação para produtos orgânicos. Também foram criados os colegiados nacionais e estaduais com a finalidade de credenciar as instituições certificadoras. Esses foram resultados das discussões entre sociedade civil e Poder Executivo (MOURA, 2017). Essas

conquistas aconteceram no final da ditadura militar no Brasil, passando pelo *impeachment* do presidente Collor e finalizando no Governo FHC, momentos de pouca abertura política para dialogar sobre agroecologias. Mas como havia necessidade de uma organização e de amparo legal para o crescente mercado de produtos orgânicos, o governo brasileiro incorpora a pauta do movimento da agricultura orgânica para estreitar relações comerciais internacionais.

Enquanto o movimento da agricultura alternativa teve um caráter mais de mobilização e de contestação do modelo de agricultura, o movimento de agricultura orgânica tinha pautas de cunho mais instrumental e racional. Mas ambas contribuíram de formas e em momentos diferentes na trajetória das agroecologias.

Em 2011, a Marcha das Margaridas reivindicou um plano nacional para apoiar ações em agroecologia, e a resposta foi a criação de um grupo permanente de estudos e pesquisa com participação da sociedade civil para discutir o modelo agrícola do país. Ao longo do ano de 2011 houve cinco seminários, nas cinco regiões do Brasil, e um seminário nacional, em que os participantes puderam contribuir com uma proposta política (TROVATTO *et al.*, 2017).

Em 2012, é lançada a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), cuja construção tem raízes em um conjunto de experiências locais nas diferentes regiões do Brasil. Schmitt *et al.* (2017) identificam que tais experiências são resultado de um universo heterogêneo de organizações não governamentais, movimentos sociais e agricultores familiares, que em conjunto formaram redes de gestão do conhecimento fundadas nas capacidades dos agricultores e técnicos e nos processos de aprendizagem.

Com isso, se pode assumir que o movimento agroecológico está inserido em um movimento que se identifica como de contra tendência. As contra tendências podem ser geradas a partir das “múltiplas modernidades”, isto considerando que essas se referem à apropriação e à incorporação de ideias e práticas da modernidade em práticas locais, fazendo emergir um possível desenvolvimento “distorcido” ou “divergente” (ARCE; LONG, 2000).

A partir da trajetória das agroecologias é possível compreender que ela foi *feita* a partir do mundo social dos atores com práticas, valores e significados diferentes. Ou seja, olhar para a trajetória das agroecologias é olhar para as muitas contribuições que acabou subsidiando o adensamento das múltiplas agroecologias. Isso torna o

conjunto das agroecologias muito singular, muito específica em cada território, já que a partir dos contextos sociais as práticas ocorrem de modo localizado.

Com isso, não é possível fazer a universalização das agroecologias em conceitos pré-determinados, pois isso dificulta a percepção das possíveis formas de sua expressão. Ao assumir um conceito universal para as agroecologias, esse conceito se torna em uma verdade absoluta que chega a ser porta voz dos processos e dos atores envolvidos contribuindo para invisibilizar os processos sociais diversos. Propõem-se analisar as agroecologias a partir da noção de prática social, com aproximação das ideias da socio materialidade, o que resulta das formas de viver a vida. Dito de outra forma, as práticas sociais são expressões das multiplicidades da vida. Esse tratamento abre um leque para estudos, tendo em visto que quase tudo o que as pessoas *fazem* se identifica como prática social.

Portanto, a trajetória das agroecologias emerge a partir de diferentes *faces* à medida que novos atores sociais se somam às *ideias* agroecológicas mobilizando corpos de conhecimentos, significados e valores. Nesse sentido, é imprescindível olhar para as práticas sociais como unidade de análise.

1.2.1 Agroecologias: atores, práticas e conhecimentos

As práticas sociais são expressas de diversas formas, e, por isso é necessário delimitar conceitualmente essa noção.

Sem desconsiderar as muitas contribuições no campo de uma Sociologia das Práticas (GIDDENS, 1984; BOURDIEU, 1989; COULANGEON, 2014), aqui, se está trabalhando com a noção de que as práticas sociais são um conjunto aberto de ações e enunciados que emergem como um feixe de atividades intrinsecamente especializadas e estreitamente associadas aos corpos e às materialidades, constituindo-se em uma mescla de “fazer” e “dizer” (SCHATZKI, 2002). Ou seja, as práticas sociais são inerentes ao mundo de vida das pessoas com base em significados e valores específicos e que tem como característica alimentar esses mundos.

Nessa definição é apresentada ainda a estreita relação entre pessoas e elementos materiais. Materiais podem ser elementos e propriedades que se requer para “fazer, dar forma física, narrativa, gráfica, tátil, gustativa, de odor a uma coisa, objeto, artefato ou entidade no mundo dos atores” (ARCE; CHARÃO-MARQUES,

2020). Nessa perspectiva, o corpo humano ao participar do mundo material compromete-se, transforma e se transforma com esse mundo. Os seres humanos continuam a partir de onde não-humanos param. Inúmeras transformações ocorrem a partir de materiais de plantas e animais, tais ceras, seda, tintas, papel, carvão (INGOLD, 2015). Neste trabalho, consideramos materialidade como aqueles elementos capazes de interferir, de influenciar, nas práticas, na rotina e na organização das pessoas.

O “fazer” e o “dizer” são *incorporadas*, ou seja, as pessoas fazem as atividades diretamente com o corpo. Dessa forma, cada indivíduo assume as atividades de uma prática social com certo grau de diferença em relação a outros praticantes. Essa diferença reside nos tipos de conhecimento e do significado que essas ações têm em sua vida individual (SCHATZKI, 2002). Portanto, as práticas sociais são moldadas diferentemente por cada pessoa, são experiências muito particulares e explica sua irregularidade, sem padrões de *fazer* ou *dizer*. Ou seja, há uma pluralidade de formas de viver e de interpretar as práticas sociais.

Sobre mundo de vida, Long (2007, p.115) explica que se refere ao “vivido” do ator social, e é produto constante do reordenamento e reavaliação de relações e experiências. Isso explica, em parte, a dinâmica de participação dos atores sociais nos agrupamentos agroecológicos, pois suas prioridades e entendimentos mudam de acordo com as necessidades contingenciais e com as oportunidades que aparecem. Isso é relevante porque permite compreender a ambiguidade dos atores sociais. Eles não seguem de modo contínuo uma linha de racionalidade.

Pensar as agroecologias a partir a partir de um conjunto de práticas sociais, permite dar visibilidade para processos que surgem a partir da mescla de pessoas e materiais fazendo surgir novas materialidades (INGOLD, 2011). Essa dinâmica é vinculada às iniciativas locais cujas peculiaridades parecem imprimir diferenciações importantes no que tange às potencialidades de transformação e mudanças nos territórios. E aqui reside o foco desta tese.

É difícil pensar as agroecologias sem os corpos de conhecimentos e as relações de aprendizagem que se estabeleceram com o tempo. Tratar as agroecologias propondo formas de análise exige olhar para a teia de relações e para as redes estabelecidas nesse processo.

Em pesquisa feita no interior do Ceará, se identificou que emergência material em torno de sementes crioulas é resultado tanto do seu enraizamento no tecido social

das pessoas envolvidas nesse universo de atuação, como de um processo político de constituição de um ente público. As sementes crioulas possuem mundo e tornam-se conhecidas pelo encontro dos movimentos pelos quais os atores (humanos e não-humanos) do mundo agem. Esse movimento integra as próprias sementes, os agricultores, a chuva, e a seca, conectando lutas pelo reconhecimento das sementes crioula pela legislação e de conflitos em torno da implantação de mecanismos de proteção de propriedade intelectual (LOPES; SCHMITT; VASCONCELOS, 2019). Nesse estudo, as sementes crioulas emergiram materialmente como elemento que conectou pessoas, seus interesses e suas subjetividades.

As agroecologias como um conjunto de práticas sociais nos remetem a indagar como vem se constituindo as iniciativas agroecológicas no Brasil. Nessa reflexão, identificamos elementos importantes que perpassam as iniciativas e que contribuem para pensar sobre a pluralidade das existências das agroecologias.

Primeiramente as iniciativas são formadas por pessoas que tem interesses e conhecimentos diversos, e se posicionam a partir de um referencial de mundo. Ao interagirem formam interfaces sociais em que seus conhecimentos expressam a sua interpretação particular sobre agroecologias. Ao se engajarem nas práticas sociais das iniciativas agroecológicas os atores mobilizam seus conhecimentos podendo ocorrer conflitos, desacordos e tensões devido aos direcionamentos adotados pelo coletivo. Nessas interfaces os atores acionam seus conhecimentos e expertises na tentativa de construir ou ainda fortalecer o protagonismo e a influência nos processos agroecológicos. Como nessas interfaces há trocas de experiências cabe indagar se novas construções práticas e discursivas podem ser potencializadas a partir das interações, e ainda que novos arranjos sociais podem ser potencializados.

A partir da noção de várias interfaces que podem ocorrer em uma única iniciativa agroecológica, recorre-se a ideia de “comunidade”, em que as pessoas contribuem para o adensamento das iniciativas agroecológicas a partir dos seus saberes. Ou seja, cada pessoa *faz* e compreende a agroecologia do seu jeito, e contribui para o grupo e ao mesmo tempo aprende e aperfeiçoa as suas próprias formas de *fazer*.

Muitas das iniciativas agroecológicas se autointitulam como “rede”, no sentido que criar conexão com outros atores sociais, tais como consumidores e agentes de extensão rural. Entretanto, a noção de “comunidade” reconhece que os diferentes atores podem colaborar com seus conhecimentos para melhorar as práticas.

Nesse caso perceber as interações sociais, incluindo humano e artefatos, a partir das várias interfaces formando uma comunidade é inovador para o campo dos estudos das agroecologias. Para isso analisar a formação desses ambientes insere-se o conceito de Comunidade de Prática que se refere à grupos de pessoas que compartilham uma preocupação ou uma paixão por algo que fazem e aprendem a fazê-lo melhor à medida que interagem regularmente (WENGER, 2002).

Em **segundo**, mas associado ao primeiro aspecto, é o fato de que nas iniciativas agroecológicas aparecem os elementos materiais, conforme descrito acima, tais como sementes, mercados, a organização social. Essas materialidades dão sentido de existência para as iniciativas e, portanto, devem ser consideradas nos estudos. A costura entre práticas, interface de conhecimento, ator social, material e materialidade do território é denominado de *assemblagens* (ARCE; CHARÃO-MARQUES, 2020). A partir dessas relações é possível olhar para a existência, e para os significados das iniciativas agroecológicas na vida das pessoas e ainda sobre seu potencial para promover mudanças nos territórios.

A iniciativa da Rede Ecovida de Agroecologia, no sul do Brasil emergiu em 1998 por meio de organizações ecológicas e envolve processos de transição agroecológica em especial a troca de experiências em espaços coletivos (grupos e núcleos). A experiência da rede na construção de mercados territoriais tem como um dos componentes fundamentais a certificação participativa¹⁶, que institucionaliza um novo tipo de vínculo entre agricultores e consumidores, mediados pelo selo. A partir da formação de mercado direto – as feiras -, nesse caso da Rede Ecovida, ocorreu a formação de múltiplas interfaces culturais estabelecidas entre produtores e consumidores solidificando valores da agroecologia. Assim, criação de um mercado direto pela rede foi fruto de uma escolha baseada em um conjunto de valores que orienta suas práticas e discursos. Entretanto, parte dos atores envolvidos tinham receio que a certificação traria perdas de significados com relação aos significados da agroecologia (NIEDERLE; CHARÃO-MARQUES, 2016). Nessa experiência, os conflitos e o elemento material – o selo – marcaram o processo de construção de um mercado específico para comercialização dos produtos.

¹⁶ A certificação participativa constitui na transferência de valores sociais para um selo que deve comunicar para os consumidores as condições de produção. Busca-se estabelecer um novo tipo de vínculo entre produtores e consumidores (NIEDERLE; CHARÃO-MARQUES, 2016).

No caso da Rede Ecovida há grupo que não atuam efetivamente enquanto rede, permanecendo atrelados à uma lógica de avaliação de processos produtivos de base ecológica que ainda não leva em conta as exigências de construção de dinâmicas territoriais de desenvolvimento sustentável (SILVEIRA, 2013).

Sob esse ponto de vista, identifica-se que por dentro das iniciativas agroecológicas, as materialidades podem contribuir para determinar diferenças e assimetrias de ação e compreensão das pessoas. E isso leva a especificidades de cada iniciativa.

Outra experiência é a rede de agricultores-experimentadores no Polo Sindical e das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema, agreste paraibano que tem um programa de desenvolvimento local organizado pela AS-PTA. O objetivo do programa é apoiar a aprimorar as capacidades técnicas, metodológicas, administrativas e política das organizações, que atualmente é composta por 16 sindicatos de trabalhadores rurais, uma associação regional e 156 associações comunitárias, para que eles atuem de forma articulada na elaboração e execução de projetos próprios de desenvolvimentos. Essa articulação de organizações promove a interação entre as dinâmicas locais emergentes que se estruturam e se capilarizam nas comunidades com a finalidade de promover a transição agroecológica. Institui-se redes horizontais entre famílias e grupos comunitários para articular as inovações agroecológicas. As capacidades sociopolíticas e culturais das comunidades que garante a existência da rede de conhecimentos agroecológicos (PETERSEN; SILVEIRA, 2007).

Nessas experiências a formação de interfaces de conhecimentos associada à materialidade contribuíram para a criação de novas entidades. Dito de outra forma as materialidades são importantes às dinâmicas das interfaces.

Esses dois elementos levam ao **terceiro**, que se refere às iniciativas agroecológicas emergem para promover mudanças locais. Muitas vezes as redes agroecológicas são formadas inicialmente com intenções de solucionar problemas locais em que vários atores sociais se organizam para solucionar o problema. Ou seja, há um conjunto de experiências diferenciadas, que expressam os projetos particulares.

Os projetos podem ser entendidos como a articulação de práticas sociais. E cada projeto do ator, socialmente constituído, é articulado com projetos, interesses e

perspectivas de outros atores e coletivo dentro de um complexo de arenas¹⁷ entrelaçadas. Ainda que haja um projeto, este guarda heterogeneidades internas e consensos provisórios, pois esses projetos podem ser adaptados e reconstruídos (MEDEIROS, 2011). Com isso as agroecologias geram e são gerada por heterogeneidades.

Os projetos relacionados às agroecologias, ao serem reunidos em uma “rede”, podem ser influenciados e, também, influenciar o projeto do coletivo. Isso ocorre tendo em vista a capacidade de agência dos atores sociais.

Esses elementos pontuados contribuem para identificar os atores envolvidos com os processos agroecológicos nos territórios, uma vez que eles não se definem uniformemente. O detalhamento das práticas locais, a partir de uma perspectiva etnográfica, permite captar as relações estabelecidas por estes atores, os saberes agregados, e ainda os desdobramentos das práticas nos contextos sociais. Ou seja, não é possível apontar aqui a ideia de paradigma¹⁸ agroecológico como uma força homogênea, mas sim, agroecologias construídas a cada contexto, em cada território, com uma multiplicidade de fatores, por vezes até não imaginadas pelos pesquisadores que se propõe a estudá-las.

Os processos de construção e aplicação de conhecimentos, pelas pessoas, implicam em influências nos padrões (tecnológicos, materiais, poder, relações...) com potencial de fazer emergir e desenvolver novas políticas locais. Associado a isso, está o protagonismo das pessoas em agirem de modo a constituir as práticas e acionar seus conhecimentos nos processos em agroecologias. E são os protagonismos das pessoas que vão tecendo relações sociais, que podem fugir da ideia de rede enquanto estrutura unitária e fechada. Outros contornos e relações vão sendo construídas, formando “pontes” e parcerias com vistas a avançar nas ideias agroecológicas.

Essas pontuações feitas levaram-nos a imaginar como ocorrem as negociações e alianças especificamente no âmbito da RESEA.

¹⁷ Arenas são espaços em que tem lugar os conflitos sobre recursos, demandas, valores, assuntos, significados e representações. São os sítios de luta que atravessam os domínios (LONG, 2007, p.444)

¹⁸ Paradigma como “um tipo de relação muito forte que pode ser de conjunção ou de disjunção e que determina o curso de todas as teorias e discursos sob seu controle” (MORIN, 2002, p.31).

1.2.2 Questões de pesquisa

As agroecologias são mobilizadas por distintos atores que tem interesses, motivações, conhecimento e práticas diferentes entre si, mas se encontram para definir estratégias e políticas para ampliar suas capacidades de transformar as realidades locais. A formação desses processos, que são heterogêneos e situados localmente, se torna um objeto dos mais relevantes em se tratando do avanço do conhecimento acadêmico no campo dos estudos para os desenvolvimentos rurais.

Assim, a questão que se coloca é se as iniciativas agroecológicas, tendo em vista a correlação entre atores, práticas e conhecimentos são capazes de iniciar a formatação de mudanças nos territórios contribuindo para adensar as agroecologias? Quais atores sociais compõem a RESEA e como esses atores percebem a trajetória da rede? Os atores ao se encontrarem e interagirem, desde diversos corpos de conhecimento, estão conformando uma comunidade de prática? Quais práticas sociais dão sustentação para a RESEA? De que formas as práticas sociais potencializam o engajamento de diferentes grupos? A partir dos engajamentos como os atores conformam projetos de mudanças locais?

A partir das questões de pesquisa, o objetivo geral da tese é: estudar as práticas sociais, especificamente aquelas envolvidas na formação e continuidade da Rede Sergipana de Agroecologia (RESEA), com foco nas articulações de ações que ocorreram espaço-temporalmente e que permitiu tecer vida à RESEA, identificando como podem contribuir para a formação de uma Comunidade de Práticas (CdP).

E os objetivos específicos são definidos da seguinte forma:

- a) reconstituir a trajetória da RESEA, a partir das experiências narradas pelos atores sociais envolvidos, potencialmente caracterizadora de uma comunidade de prática (CdP);
- b) identificar e analisar as práticas sociais que dão sustentação para a continuidade da RESEA, analisando ainda as relações que se estabelecem entre eles e a possibilidade de construção de projeto heterogêneo.

1.3 METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa foi delineada para permitir a observação das relações entre os atores e o que eles fazem em agroecologias com foco no

conhecimento, nos conflitos, nos dissensos e consensos tendo em vista os vários mundos de vida que interagem. Neste sentido, é importante mencionar que foi necessário realizar um estudo exploratório, no sentido de delinear melhor a pesquisa e, por consequência, a própria Rede.

1.3.1 Breves contornos da Rede Sergipana de Agroecologia (RESEA)

A Rede Sergipana de Agroecologia (RESEA) surge, em 2006, com objetivo de fortalecer a dinâmica agroecológica no estado de Sergipe através da construção coletiva de espaços de reflexão e de sistematização das experiências agroecológicas. Os atores que atuam na rede a consideram como um fórum de caráter político, que tenta trabalhar na mobilização local em torno das agroecologias, a partir da articulação de instituições representantes do Estado, de movimentos sociais e de organizações da sociedade civil. Mas, a RESEA pode ser compreendida como uma entidade de apoio para cada grupo, já que é acionada para fortalecer a meta individual dos grupos.

Sua criação foi impulsionada, a partir das ações da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), que visava na época, à sistematização das experiências de agroecologias nos estados brasileiros. Para organizar e preparar os grupos locais de Sergipe para o II Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), ocorrido em 2006 na cidade de Recife/PE, organizou-se I Encontro Estadual de Agroecologia de Sergipe (I EEA/SE), ocorrido entre os dias 19 e 20 de maio de 2006¹⁹.

Desde então sua dinâmica de atuação e sua composição mudou bastante. Inicialmente a RESEA seguia uma linha de ação voltada a captação de recursos e os grupos atuantes nesse momento eram: Cáritas Diocesana de Estância, Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de Sergipe (FETASE), Associação Mão no Arado de Sergipe (AMASE), Centro Dom José Brandão de Castro (CDJBC), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA/SE), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST/SE), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

Conhecendo a trajetória das agroecologias no Brasil, é possível identificar que as relações de aprendizagem, a partir de mundos de vida das pessoas, foi crucial para consolidar as agroecologias como processo social. O adensamento das agroecologias decorreu da pulverização de iniciativas agroecológicas pelo país, e neste processo

¹⁹ A trajetória da RESEA será mais bem detalhada no capítulo 3 desta tese.

associa-se a emergência e consolidação da RESEA como uma iniciativa dos atores que criam, fazem, inovam e reinventam as próprias agroecologias.

A trajetória das agroecologias no Brasil foi marcada pela influência de atores com perspectiva e ações diferentes, e a RESEA segue esse fluxo tendo em vista as pessoas que atuam localmente e que se utilizam das suas expertises para promover e evidenciar *o que fazem*.

A RESEA como foco de análise foi escolhida pela sua emergência recente (10 anos), mas também pela sua consolidação a partir de diferentes experiências que expressa a capacidade de alianças e articulações dos membros. A organização da RESEA, aparentemente, reflete um pouco da construção das agroecologias do contexto nacional em que as pessoas ao interagirem potencializam dinâmicas que aumentam a densidade das muitas agroecologias. O engajamento de atores e a intensificação das relações estabelecidas, a partir de diferentes domínios, resultam em agroecologias diferenciadas.

No contexto sergipano, a RESEA tem agrupado representantes de entidades sociais que em certa medida influenciam os rumos políticos no estado, especificamente em relação à construção das agroecologias locais. Essa capacidade de influenciar decorre das suas ações (seminários, encontros, caravanas, reuniões) baseada em conhecimentos e práticas que foi tecendo as agroecologias no estado de forma específica.

No quadro 1 é apresentado os grupos que compõem a RESEA atualmente.

Quadro 1 - Organizações que compõem a RESEA

Instituição de ensino	Instituto Tecnológico de Sergipe – IFS Universidade Federal de Sergipe – UFS Núcleo de Estudos e Vivências Agroecológicas – NEVA
Instituição de pesquisa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA Associação Brasileira de Agroecologia- ABA
Movimento social organizado	Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA Movimento Camponês Popular – MCP Movimento Popular da Saúde – MOPS Rede de Núcleos de Agroecologia do Nordeste – RENDA MMC – Movimento de Mulheres Camponesas Articulação Semiárido Brasileiro – ASA
Organização Não Governamental (de assessoria técnica e ambientalista)	Centro de Formação em Agropecuária Dom José Brandão de Castro – CDJBC Sociedade de Apoio Socio-Ambientalista e Cultural – SASAC Ipan-Instituto PANGEA
Organização Sindical Classista	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe – FETASE

Fonte: elaborada pela autora (2017)

De acordo com os entrevistados a captação de recursos para disputar editais foi uma prática inicial da RESEA, e implicou em dificuldades de agregar mais parceiros e iniciar processos mais amplamente contestatórios. Essa dinâmica fez com que entidade entrasse em um período de recesso entre 2007 a 2012, e que será melhor detalhado no capítulo 3.

Atualmente a atuação da RESEA é caracterizada por engajamentos diferentes, expressos em movimentos sociais e instituições ligadas ao Estado, o que contribui para delinear uma iniciativa inovadora no que se refere à prática social em agroecologia. As contribuições são realizadas a partir de diferentes saberes (especialmente o político-ideológico vinculado aos movimentos sociais, e o científico associado às instituições de pesquisa e ensino) e diferentes materialidades (sementes crioulas, ensino, pesquisa).

Existem diferentes graus de participação na RESEA. A EMBRAPA, através de membros do Núcleo de Agroecologia, está sempre presente nas reuniões e fazem intervenções discursivas constantemente. Entretanto, outros grupos como ASA, CDJBC e SASAC têm menor participação nas reuniões presenciais. De acordo com esses grupos a participando destes últimos ocorre nas ações efetivas, em especial nas iniciativas que envolvem as sementes crioulas.

A partir de 2013, houve ampliação de parcerias na RESEA, aumentando seu campo de atuação, a inserção da UFS e do IFS são parceiros recentes, e tem se engajado na RESEA a partir de ações sobre a temática de sementes crioulas. Já o MCP também é um grupo recente, mas tem atuado na distribuição de sementes crioulas para os agricultores.

Com a ampliação do quadro de parceiros, aos poucos foi adensando a dinâmica da RESEA formando o que denominamos aqui de *frentes de ação*, e que determina o que a RESEA faz efetivamente.

A **primeira** frente diz respeito ao *diálogo estabelecido entre os grupos*, e foi observado através da estrutura de organização da própria rede. A Plenária Ordinária são encontros periódicos para discussões, onde os grupos se encontram para apresentar o que estão fazendo, dar informações, falar de avanços e ganhos, das ideias e das estratégias de ação para os próximos meses e quais dificuldades estão enfrentando. A Plenária Ordinária é um momento de encontro dos grupos, geralmente marcado por animosidade entre as pessoas e pelo clima de companheirismo. São

feitas dinâmicas de grupos no início dessas reuniões para que todos se sintam mais à vontade.

Entretanto, o diálogo e as definições das ações às vezes ocorrem fora do espaço da Plenária Ordinária sendo levada para o grande grupo em que é apenas cancelado como foi o caso do CBA e da participação do Edital Ecoforte, em 2018. O diálogo entre os grupos não ocorre apenas dentro da estrutura de organização da RESEA.

Ainda, há o Núcleo Operativo da RESEA, que tem objetivo de comunicação e animação, e dos Grupos de Trabalho (GTs) que são espaços de proposição de atividades a partir de temas específicos, como o GT de agrobiodiversidade que dinamiza o debate das sementes crioulas.

O *diálogo* entre membros da RESEA se dá também na organização de espaços de socialização de conhecimentos como as caravanas agroecológicas que foram visitas às experiências agroecológicas no agreste e no sertão do estado. Essas atividades ocorreram nas bases da militância, em especial da ASA e do MST.

A **segunda** frente de atuação da RESEA é o eixo que trabalha com as *sementes crioulas*²⁰ no estado. As ações em torno das sementes crioulas perpassam todos os grupos da RESEA, costurando as ações entre os grupos. Mais recentemente a ASA, o IFS, o MPA, o MCP e a SASAC conseguiram firmar um diálogo dentro da RESEA para averiguar a qualidade das sementes crioulas no estado e ainda iniciar um projeto de pesquisa que tem mobilizado as pessoas. O Projeto Inova, está iniciando no Sergipe, e objetiva fazer pesquisa a partir de testes comparativos e testes de transgenias e obter mais conhecimentos sobre o potencial das sementes crioulas.

A **terceira** frente de atuação da RESEA diz respeito à *formulação das políticas públicas*²¹. Essa frente de atuação parte inicialmente do MCP que a partir do seu trabalho com sementes crioulas levou para a RESEA a articulação para construção de uma política pública específica para o estado, inspirado na experiência do Paraná.

A elaboração e posterior aprovação da lei de agroecologia e da política de sementes foi uma conquista coletiva, já enquanto rede de agroecologia e não enquanto grupo individual.

²⁰ A experiência das sementes crioulas dos grupos será melhor abordada no capítulo 4.

²¹ A política estadual de sementes de crioulas e a lei estadual de agroecologia serão tratadas no capítulo 4.

São nas frentes de ação da RESEA que os grupos exercem seus *fazeres*, discursos, mobilizam conhecimentos e apresentam interesses. O que cada grupo traz para coletivo - pesquisa científica, mobilizações por recursos financeiros para sementes crioulas, seminários para discussões de temas das agroecologias, caravanas agroecológicas – contribui para dar sentido de existência para a RESEA. A combinação de atores e suas práticas resultam na própria iniciativa agroecológica, faltando conhecer as relações que se estabelecem para mudanças sociais, econômicas e políticas no Sergipe.

1.3.2 Estabelecendo a pesquisa

Amparado pela perspectiva construcionista, a pesquisa se inspirou na metodologia do ator social que foca nas interfaces, na materialidade e nos materiais que compõem o mundo dos atores, reconhecendo os conhecimentos e ação social. Esta metodologia sugere adotar como ponto de partida as questões, problemas, desejos, orientações e eventos que são significativos na vida dos atores. A identificação dos conjuntos de interação, e como estes se interconectam é importante porque são esses conjuntos de interação que geram as interfaces. A observação e a participação permitem ao investigador gerar descrições e análises das interações (ARCE; CHARÃO-MARQUES, 2020).

Ao fundamentar-se na metodologia do ator social a pesquisa acompanhou as atividades dos “pesquisados” para identificar e compreender os seus *fazeres*. Etnograficamente, buscou-se descrever as práticas e as relações estabelecidas entre as pessoas, e entre as pessoas e os elementos materiais vinculados às agroecologias.

O enfoque centrado no ator possibilita as diferentes respostas em processos aparentemente homogêneos, pois considera que os diferentes atores sociais não são passivos frente a intervenções, mas sim participantes ativos, com capacidade de criar estratégias através de suas interações sociais (LONG, 2007).

A aproximação da pesquisadora com RESEA iniciou em 2017 no trabalho de pesquisa exploratório (outubro de 2017 à março de 2018), através do acompanhamento de cinco plenárias, da reunião de planejamento da RESEA para o ano de 2018, de reuniões preparatórias para a participação do ENA (ocorrido em Belo Horizonte no final de maio de 2018), as primeiras reuniões para organização do Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA), ainda conversas informais e entrevistas

abertas com alguns dos atores envolvidos. Neste momento foi possível identificar os principais atores atuantes na RESEA e iniciar uma aproximação às principais ações realizadas.

Durante o trabalho exploratório, foi acompanhado o Seminário de Agrobiodiversidade, que tinha o objetivo de discutir com vários agentes do setor público a legislação sobre sementes crioulas. Nesse momento, foram realizadas duas entrevistas em profundidade dando especial foco na trajetória da RESEA.

Com essa aproximação e acompanhamento de atividades e atores ligados à RESEA, também foi sendo possível acessar uma série de documentos e registros de atividades realizadas ao longo dos anos, desde o surgimento em 2006. Essas observações, entrevistas iniciais e documentos foram significativos para delimitar o escopo empírico da pesquisa.

A outra fase da pesquisa empírica foi realizada entre os meses de abril à outubro de 2019, na cidade de Aracajú e São Cristóvão.

Os “pesquisados” foram, prioritariamente, os atores envolvidos na RESEA (movimentos sociais, as instituições de ensino e pesquisa e as ONG’s) que atuam diretamente em ações agroecológicas e se autodeclaram como componentes da RESEA. Ainda houve duas entrevistas com MST, tendo em vista sua participação regressa na trajetória da rede.

Os entrevistados foram os representantes de seus grupos na RESEA. Ou seja, aqueles que estão presencialmente nas reuniões e encontros. Entretanto, o MPA e a FETASE optaram por indicar um membro de suas respectivas secretarias de comunicação para participar da entrevista. Nestes casos as entrevistadas foram pessoas que não tem participação presencial na RESEA.

Utilizou como critério a participação o engajamento constante do grupo na RESEA, em especial sua presença nas plenárias direcionando o andamento das prioridades da rede.

As técnicas de coleta de dados foram a entrevista semiestruturada, a pesquisa documental e a observação participante.

A **entrevista semiestruturada** combina perguntas abertas e fechadas em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema sem se prender a indagação formulada (MINAYO, 2019). Parte-se de certos questionamentos básicos que interessam à pesquisa e que oferecem amplo campo de interrogações fruto de

novos elementos que vão surgindo à medida que os entrevistados dão suas respostas (TRIVIÑOS, 1987).

Apesar de haver um roteiro de entrevista a ser seguido, o diálogo foi dinâmico permitindo que os entrevistados relatassem sobre elementos que pudessem se relevantes para a pesquisa. Foram conduzidas 15 entrevistas com duração variável.

Durante as entrevistas, os atores relataram sobre suas ações em agroecologias e como essas ações os conectam com a RESEA, e ainda expuseram sobre suas expectativas em relação ao conjunto da rede. As entrevistas ocorreram durante a organização do CBA, momento em que as pessoas estavam muito ocupadas com as demandas do evento. Isso gerou certa dificuldade em agendar as entrevistas pela falta de disponibilidade dos entrevistados, por isso o período de entrevistas se prolongou por meses. O fato de as entrevistas terem ocorrido nesse momento específico da RESEA fez com que muitos atores apresentassem seus descontentamentos com a coletividade.

Na **pesquisa documental** as fontes são muito diversificadas e dispersas sem tratamento analítico, mas ao mesmo tempo, os documentos constituem rica e estável fonte de dados que atende fins específicos. Os documentos analisados podem ser atuais e antigos, e são usados para contextualização histórica, cultural, social e econômica de um lugar ou de um grupo de pessoas em certo período (FONSECA, 2002; GIL, 2009).

A pesquisa documental iniciou em 2017 quando ao acompanhar as plenárias foi solicitada a pesquisadora que elaborasse um texto contando a trajetória da RESEA na qual deveria compor o projeto do Edital ECOFORTE que acontecia naquele ano. Aqui houve o primeiro contato com os documentos, folders, atas, fotografias e memórias da RESEA. A partir desses materiais, foi elaborada uma linha do tempo, contando os principais eventos que contribuíram para contar a trajetória da RESEA enquanto iniciativa agroecológica, incluindo a dinâmica de entrada e saída de atores. Ao mesmo tempo em que se colaborou com a RESEA, utilizou-se esse material como esboço inicial para elaboração da trajetória da entidade, correspondendo ao capítulo 3 desta tese.

As memórias e atas de reuniões foram importantes para elucidar pontos específicos na trajetória da entidade somente foi possível ter acesso graças à constante participação da pesquisadora nas atividades da RESEA, como as plenárias mensais no ano de 2017, a reunião de planejamento de 2018, e a participação como

membro da comissão organizadora do Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA), o que conferiu certo grau de confiança e estreitamento de relações.

A **observação participante** foi utilizada em toda pesquisa empírica e ocorreu durante as reuniões da RESEA, em especial nas plenárias ordinárias.

A observação participante foi a principal técnica de pesquisa, sendo utilizado o diário de campo como técnica auxiliar de coleta de informação. Minayo (2016) define observação participante como um processo pelo qual uma pesquisadora se coloca como observadora de uma situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica. Ainda que este tipo de observação seja considerado parte essencial de um trabalho qualitativo, chegando a ser considerada um método científico que permite a compreensão da realidade (MINAYO, 2016).

A observação participante permite ao pesquisador relativizar o espaço social a partir da proximidade maior com seus interlocutores, além de vincular os fatos e suas representações e ainda a desvelar contradições entre normas e as práticas vividas (MINAYO, 2016). Isso é relevante porque o trabalho de pesquisa nas interfaces busca captar os desalinhamentos entre os grupos que interagem na RESEA, e a observação participante é muito profícua.

Dentre as vantagens do uso da observação participante destaca-se o rápido acesso a dados sobre situações habituais dos membros, a possibilidade de acessar dados que o grupo pesquisado considera privado, e ainda o esclarecimento sobre o comportamento dos sujeitos (KLUCKHON, 1946²² *apud* GIL, 2002).

No diário de campo foram anotadas ideias e informações referentes a elementos observados durante o acompanhamento das atividades da RESEA e imediatamente cada entrevista. Gibbs (2002) destaca que o diário de campo é um documento pessoal e que reflete a trajetória do pesquisador no próprio estudo, e que inclui comentários sobre os rumos da coleta de dados e percepções, ideias, inspirações sobre a análise de dados. Nesse sentido, quando aconteciam elucidações sobre episódios que ainda estava confuso eram anotados no diário de campo, bem como pensamentos e *insights* que poderiam ser relevantes para o trabalho, como novas visões e percepções.

²²LUCKHOHN, Florence. O método da observação participante no estudo das pequenas: comunidades. **Sociologia**. São Paulo, v.8, n.2. abr./jun. 1946

A análise foi feita a partir do que os grupos da RESEA *fazem* em seu cotidiano e como se dá seu engajamento na entidade e sobre suas compreensões em agroecologias. Os interesses e os conflitos também foram elementos importantes para compreender de que forma ocorrem os processos. As análises foram iniciadas já durante o trabalho de campo a partir da elaboração da linha do tempo das ações da RESEA, como já mencionado. Gibbs (2002) discute que análise de dados pode e deve começar já no campo, e isso é uma boa prática, pois permite que o pesquisador levante novas questões e perguntas para a pesquisa. O autor destaca ainda que para as análises da pesquisa qualitativa é necessária uma riqueza na descrição do que está acontecendo com ênfase nas intenções e estratégias das pessoas (GIBBS, 2002). Assim, os textos captados pelas entrevistas permitiram analisar as compreensões em agroecologias, os interesses ao se engajar na RESEA, as perspectivas, e as contradições.

Quadro 2 - Síntese do modelo de análise que foi utilizado na pesquisa

Objetivos específicos	O que foi verificado	Métodos e Técnicas utilizados
Reconstituir a trajetória da RESEA a partir das experiências narradas pelos atores sociais envolvidos, potencialmente caracterizadora de uma Comunidade de prática (CdP).	A trajetória da RESEA desde sua emergência, identificando os atores sociais e sua inserção na entidade. Discute-se como essa trajetória narrada contribuiu para formar uma comunidade de prática (CdP).	Pesquisa documental, observação participante, entrevistas semiestruturadas e diário de campo.
Identificar as práticas sociais que dão sustentação para a continuidade da RESEA, analisando ainda as relações que se estabelecem entre eles e a possibilidade de projeto heterogêneo.	Os conflitos e os distintos engajamentos, a dinâmica de “entra e sai” dos grupos na entidade. Discute-se a lógica das coalizões entre os grupos.	Observação participante, entrevistas semiestruturada e diário de campo.

Fonte: elaborado pela autora (2020)

1.4 PANORAMA DA TESE

Esta tese está estruturada em quatro capítulos além das considerações finais. Neste primeiro capítulo é apresentada a problematização a respeito das agroecologias, o recorte teórico-metodológico e o empírico proposto para esta tese.

No capítulo seguinte, é apresentada as abordagens utilizadas na tese. Foi proposto um quadro analítico que se fundamentou no diálogo entre essas abordagens

evidenciando a capacidade dos atores em influenciar os rumos do desenvolvimento através das suas habilidades, das relações estabelecidas e dos seus conhecimentos. A partir desses referenciais é definida a noção de prática social, sendo este entendimento crucial nesta tese, que propõe compreender as agroecologias a partir de um conjunto de práticas sociais.

No capítulo três é discutida a potencialidade da formação de uma ‘comunidade’ a partir do desenho da trajetória da RESEA. Defende-se que as noções de Comunidade de Prática (CdP) são potenciais para o estudo metodológico para as agroecologias, especialmente no que tange aos processos de conhecimento. Propôs-se analisar a RESEA a partir da sua trajetória, identificando elementos que pudessem associá-la à uma CdP.

No capítulo quatro é identificada e analisada a prática social que têm promovido atualmente a sustentação da RESEA: ações em sementes crioulas. Destaca-se várias ações em torno das sementes das crioulas até a culminância da tramitação da lei estadual de agroecologia, em 2018, graças à capacidade e habilidade dos atores. A importância das sementes crioulas na dinâmica da RESEA foi identificada durante a pesquisa de campo, acatando a *surpresa* que viria do empírico.

No capítulo cinco, a tese é concluída apresentando um resgate dos principais elementos empíricos e respondendo aos objetivos propostos.

2 O PERCURSO TEÓRICO: PRIORIZANDO O OLHAR AOS ATORES SOCIAIS

Inspirando-se na Perspectiva Orientada ao Ator (POA) (ARCE; LONG, 1994; ARCE; LONG, 2000; LONG 2007), este estudo se norteia pelo construcionismo¹ social que valoriza os atores, seus valores, seus entendimentos e as materialidades na construção do conhecimento (DORNELES, 2014; ARCE; CHARÃO-MARQUES, 2021). A afinidade do construcionismo social com o enfoque orientado ao ator reside nas múltiplas formas de conhecimento social e sobre a diversidade de resultados dos processos sociais. O construcionismo está interessado em entender os processos pelos quais os atores específicos e redes de atores se comprometem com a coprodução de seus mundos sociais interpessoais e coletivos (ARCE, 2007). Na POA o conhecimento é desenhado e construído diariamente nas contingências e forças que constituem a vida social (ARCE; LONG, 1994).

Na América Latina, os estudos do desenvolvimento tiveram inspiração, em especial, na teoria da modernização,² baseada em diagnósticos comprometidos com a ideologia do progresso, que sustentava que os países subdesenvolvidos precisariam passar de um estágio tradicional para um estágio moderno através de inúmeras etapas. A partir desse ideário, foram construídas políticas e programas que buscavam equalizar crescimento econômico e desenvolvimento. A repercussão deste modelo foi significativa, produzindo resultados expressivos na agricultura brasileira. Entretanto, após décadas do padrão modernizador-desenvolvimentista, com forte intervenção do Estado, se reconheceu o esgotamento deste modelo em virtude de novos problemas sociais, tais como mudanças demográficas, colapso urbano e preservação ambiental (NIEDERLE; RADOMSKY, 2016).

A teoria da modernização não esteve preocupada em explicar as causas do subdesenvolvimento, mas sim, apressar o próprio desenvolvimento. E isso

¹ As teorias *construcionista* e *construtivista* derivam da psicologia educacional e são diferentes entre si. No *construcionismo* a atenção é dada à forma de aprendizagem, em especial na relação entre o aprendizado e os artefatos. Permite compreender a formação e a transformação das ideias em contextos diversos. O conhecimento incide sobre os contextos e as diferenças individuais. Já no *construtivismo*, o foco é nos interesses e habilidades do indivíduo, levando em conta suas experiências. O conhecimento é construído em etapas, em estruturas coerentes e sólidas, as chamadas 'estruturas cognitivas' (ARENDRT, 2003).

² Dentre os autores influentes dessa teoria, cita-se: Lewis (1995), Redfield (1956) e Rogers (1969). Houve também outras abordagens utilizadas nos estudos do desenvolvimento rural, tais como: teoria da dependência, teoria estruturalista, enfoque neoliberal e enfoque neoliberalista (ver FAORO, 1992; KAY, 2002).

contemplava as análises da penetração econômica, social e cultural dos países industrializados do Norte nos países agrários do Sul. Tratou-se da difusão de conhecimentos, capacidades, tecnologias, atitudes empresariais e espírito inovador nas nações do Sul (KAY, 2005).

Esse modelo analítico do desenvolvimento aborda o desenvolvimento e a mudança social como emancipação dos centros de poder externos mediante intervenções estatais internacionais. Entretanto, esse modelo analítico não foi suficiente para captar a multiplicidade de atores sociais e interesses que participam na reestruturação de processos. A forma de análise ‘ator-orientada’ se pauta na construção social, em oposição às análises estruturais, institucionais e de economia política, que tradicionalmente excluía as pessoas dos processos de análise e de intervenção (LONG, 2007).

Neste sentido, alguns conceitos desenvolvidos no contexto da Perspectiva Orientada aos Atores (POA) foram mobilizados para estabelecer as bases teórico-metodológicas que guiaram o estudo. Neste capítulo, uma primeira parte do percurso teórico trará algumas considerações sobre eles. Na medida em que as práticas dos atores se tornaram fundamentais para evidenciar e discutir os engajamentos e disputas na constituição e cotidiano da RESEA, também, foram necessárias incursões pelos elementos trabalhados por uma ‘sociologia das práticas’, sendo justamente estas contribuições recuperadas neste capítulo. Por fim, traçando uma linha bastante pragmática, o desenvolvimento teórico da tese lança mão da noção de ‘comunidade de prática’, abordagem que permite compreender a formação de ambiente para aperfeiçoar os conhecimentos ou encontrar resoluções práticas para o cotidiano.

2.1 PERSPECTIVA ORIENTADA AOS ATORES: BASES ANALÍTICAS PARA AÇÃO SOCIAL

A Perspectiva Orientada aos Atores (POA) emerge como referencial teórico que prioriza as análises a partir da agência humana nas mudanças sociais. Ela oferece algumas bases teórico-metodológicas para compreender a ação social.

A ideia central na POA é entender os processos de mudança social a partir do ator e não da estrutura, isto, leva a considerar que as diferentes formas de intervenção sobre processos de desenvolvimento são introduzidas nos modos de vida das pessoas, porém, são mediadas e transformadas por elas. É assim que, para

compreender a mudança social, é necessária uma proposta mais dinâmica, que seja capaz de captar a interação entre fatores que influenciam os processos do desenvolvimento, e que reconheça o papel desempenhado pela ação humana (LONG, 2007).

Outro aspecto importante para uma perspectiva centrada nos atores sociais é a valorização do cotidiano e das estratégias que pessoas desenvolvem em seus processos de convívio, entre si e com o meio ambiente ao seu redor. Tais aspectos levam a POA a propor um caminho diferente das abordagens estruturalistas, anteriormente, consolidadas nas ciências sociais. Esse viés trata os fenômenos sociais como fatos de uma multiplicidade de realidades emergentes e construídas. Ela é, portanto, uma resposta às teorias que não consideram a capacidade humana em mudar o curso de eventos da sociedade (LONG, 2007).

A noção de **ator social** pode se referir a sujeitos individuais, grupos ou coletivos, redes organizacionais, que consiste numa condição social que se conquista por meio de relações e interações sociais à medida que constroem agência. Um ator social está em aprendizado constante, seja a partir da sua trajetória seja na interação com outros atores sociais. Nessa perspectiva, “[...] os atores sociais não podem ser vistos como sujeitos vazios ou recipientes passivos de intervenção, mas sim como participantes ativos que processam informação e utilizam estratégias nas suas relações” (LONG; PLOEG, 1994).

A Perspectiva Orientada aos Atores (POA) emerge como referencial teórico que prioriza as análises a partir da agência humana nas mudanças sociais. Ela oferece algumas bases teórico-metodológicas para compreender a ação social.

A ideia central na POA é entender os processos de mudança social a partir do ator e não da estrutura, isto, leva a considerar que as diferentes formas de intervenção sobre processos de desenvolvimento são introduzidas nos modos de vida das pessoas, porém, são mediadas e transformadas por elas. É assim que, para compreender a mudança social, é necessária uma proposta mais dinâmica, que seja capaz de captar a interação entre fatores que influenciam os processos do desenvolvimento, e que reconheça o papel desempenhado pela ação humana (LONG, 2007).

Outro aspecto importante para uma perspectiva centrada nos atores sociais é a valorização do cotidiano e das estratégias que pessoas desenvolvem em seus processos de convívio, entre si e com o meio ambiente ao seu redor. Tais aspectos

levam a POA a propor um caminho diferente das abordagens estruturalistas, anteriormente, consolidadas nas ciências sociais. Esse viés trata os fenômenos sociais como fatos de uma multiplicidade de realidades emergentes e construídas. Ela é, portanto, uma resposta às teorias que não consideram a capacidade humana em mudar o curso de eventos da sociedade (LONG, 2007).

A noção de **ator social** pode se referir a sujeitos individuais, grupos ou coletivos, redes organizacionais, que consiste numa condição social que se conquista por meio de relações e interações sociais à medida que constroem agência. Um ator social está em aprendizado constante, seja a partir da sua trajetória seja na interação com outros atores sociais. Nessa perspectiva, “os atores sociais não podem ser vistos como sujeitos vazios ou recipientes passivos de intervenção, mas sim como participantes ativos que processam informação e utilizam estratégias nas suas relações” (LONG; PLOEG, 1994).

A ação social é realizada de acordo com a reflexividade, sendo que esta serve de verdadeiro critério de acompanhamento sobre o que os indivíduos fazem. Os atores mantêm um contínuo entendimento das bases de suas atividades, com capacidade explicativa do que fazem (GIDDENS, 1989).

Sobre o conceito de agência aplicado às análises de mudança social no espaço rural, pesquisas tem apontado sobre como os agricultores de modo criativo tem dado forma aos padrões de desenvolvimento, rompendo com a ideia de agentes passivos ou vítimas do planejamento (GUIVANT, 1997). Nesse sentido, agência é poder e depende do quadro relacionais em que os atores articulam seus interesses e prioridades.

Reconhecendo que os atores são o centro da tomada de decisão dois aspectos são inerentes à formação das redes sociais: a) primeiramente, elas são compostas de um conjunto de intercâmbios relações diretas e indiretas, que evoluem e que mudam com o tempo; b) em segundo, a maioria dessas redes sociais estão compostas por conjunto de relações desiguais e parciais que tendem para a direção de modelos de centralização e hierarquia (LONG, 2007). Ou seja, a rede de relações em que a agência é exercida é caracterizada por trocas, alianças, lutas e tensionamentos. E consideramos *rede* como aqueles vínculos estabelecidos na vida das pessoas, sem delimitações rígidas vinculadas a redes formais.

Partindo-se dessa ideia, Long (2007) propõe o conceito de *ator coletivo*, que se refere à coalizão de atores que compartilhem uma situação, metas, interesses ou

valores, e que acordam perseguir cursos de ação social. Esses atores são constituídos de maneira formal ou informal e organizados de forma espontânea ou estratégica e se caracterizam por padrão de relação coordenada (não há figura central, direitos recíprocos e retiram-se quando querem) ou centralizada (ocorre desequilíbrio nos intercâmbios, diferença no acesso à recursos e certo grau de controle e toma de decisão) (LONG, 2007).

Sobre a ideia de ator coletivo, é importante destacar que, ao operar, cada membro traz para a coletividade sua capacidade de perpetuar suas práticas adaptando-as, negociando com outros membros. E tal processo, como mencionado, é feito com reflexividade em que os atores estão perfeitamente conscientes do que estão fazendo, ainda que as contingências e fatores imprevisíveis possam interferir nestes processos.

Em síntese, o ator social pode aparecer de formas variadas, podendo ser pessoas individuais, grupos formais, redes interpessoais, organizações, grupos coletivos, macroatores como governos, igrejas e organismos internacionais. O que os identifica é o poder a capacidade de decidir, de conhecer (DORNELES, 2014).

A POA considera os mundos de vida (*lifeworlds*) que se referem a ações, interações e significados identificados tanto com espaços sociogeográficos como com histórias de vida. Os mundos de vida são resultado de processos constantes de reordenamento e reavaliação de relações e experiências. Os mundos de vida não devem ser entendidos como estáticos, mas como espaço carregado de influências pelo ator e, portanto, passível de mudanças. (LONG, 2007).

Associado a isso, a POA considera também a noção de domínios sociais, que se refere à regras, normas e valores que são centrais para o processo de ordenamento social e para o restabelecimento de regras pragmáticas de governança. Os domínios sociais envolvem as fronteiras sociais e simbólicas que são definidas e sustentadas por meio das experiências compartilhadas e pela luta dos atores, produzindo-se e transformando-se delas nas arenas. As arenas são espaços (momentos) de encontros que podem acontecer dentro ou perpassando os domínios. As arenas são espaços onde acontecem as disputas pelos recursos, demandas, valores, assuntos, significados e representações (LONG, 2007).

Nas arenas também se apresentam práticas e valores onde se fazem esforços para resolver discrepâncias nas interpretações de valor e incompatibilidades entre os interesses dos atores. Estas arenas sociais são construídas discursivamente e

delimitadas praticamente pelo uso da linguagem e pelas ações estratégicas dos vários atores (LONG, 2001). Para esta pesquisa, a noção de arena é especialmente útil porque são esperadas, na dinâmica de atuação da RESEA, diferenças de práticas, de discurso e de compreensões sobre a agroecologia.

Dentro da proposta de analisar os engajamentos de atores sociais na RESEA, por meio das práticas sociais, os conceitos da POA permitem perceber as ações, as criações, as alianças, as respostas e as estratégias dos atores. Sendo assim, ações e negociações ocorrem tendo como influência diferentes corpos de conhecimentos, que se expressam pela ação dos diversos atores. As interações entre atores e conhecimentos que têm trajetórias diferentes podem gerar 'interfaces' entre eles, o que pode ou não a reformulação de suas práticas. A noção de interface é importante, aqui, para perceber os tensionamentos e negociações entre os membros da RESEA, é assim que a própria seção elucida o alcance desse conceito.

2.1.1 Interface de conhecimentos

O conhecimento é desenhado e construído diariamente nas contingências e forças que constituem a vida social, desta forma, a POA nos propõe uma aproximação ao conhecimento que recusa a distinção classificatória em categorias ou tipos de conhecimento. Esta posição abre a potencialidade de entender os processos sociais como produtores de conhecimentos. Sendo assim, o conhecimento é uma construção social que resulta das experiências e práticas, podendo ser compreendido como 'encontro de horizontes'. Conhecimento não é possuído, acumulado ou imposto, é construído e incorporado nas lutas entre atores na tentativa de envolver outros atores em seus projetos (LONG, 2007).

A incorporação de novas informações e novos discursos ou culturas só podem ocorrer com base em conhecimento e modos de avaliação já existentes, que são reformulados através do processo comunicativo. Portanto, o conhecimento surge como um produto de interação, diálogo, reflexividade envolvendo aspectos de controle, autoridade e poder, isto é, multicamadas (multiplicidade de significados possíveis) (LONG, 1999). Em síntese, o conhecimento é constantemente moldado pelas experiências e encontros.

O encontro entre diferentes corpos de conhecimento envolve a transformação ou a tradução de conhecimentos existentes e a fusão dos horizontes, isto é, a criação conjunta de conhecimentos e a interpenetração da vida e dos projetos de agricultores, extensionistas, planejadores, cientistas, políticos etc. (LONG; PLOEG, 1994, p.83).

É possível que diferentes atores (agricultores, extensionistas e pesquisadores) compartilhem as mesmas prioridades e parâmetros de conhecimento, mas nas comunidades 'epistêmicas' (aquelas que compartilham as mesmas fontes e modos de conhecimento) será diferenciado internamente em termos de repertório e aplicação (LONG, 1999).

Atores dotados de conhecimentos têm capacidade de criatividade e experimentação, e habilidades de continuamente absorver e retrabalhar ideias e tecnologias, de forma que é praticamente impossível caracterizar um elemento particular como pertencendo à ciência dos agricultores ou àquela dos técnicos e dos cientistas (GUIVANT, 1997). Os processos de conhecimento são centrais nas interfaces (ARCE; LONG, 1994), nesse sentido, é mais profícuo compreender os processos, ou seja, as interfaces das quais podem resultar respostas e estratégias dos atores, do que o pertencimento dos corpos de conhecimento como propriedade individual.

A interface consiste em uma entidade organizada de relações interligadas e de intencionalidades. Resulta, portanto, da interação contínua que estimula o desenvolvimento de limites e expectativas compartilhadas que moldam a interação entre os participantes. As situações de interface não devem ser reduzidas a encontros face-a-face entre indivíduos, pois as situações sociais são mais complexas e múltiplas, em que as interações são afetadas por atores, marcos institucionais e culturais e por recursos que podem estar fisicamente ausentes (LONG, 2007).

As interfaces contêm interesses, relações, racionalidades e poder diferentes, e estudá-las permite encontrar pontos de descontinuidades, e o caráter dinâmico e emergente das lutas, em que os objetivos, percepções e valores são reformulados. Assim, as análises focam nos pontos de confrontação e diferença social levando em consideração as experiências e práticas dos atores sociais relevantes (LONG, 2007).

As interfaces caracterizam-se também como um ambiente de conflito, incompatibilidade e negociação.

Embora as interações na interface indiquem certo grau de interesse comum, elas também têm potencial de gerar conflitos devido a interesses e objetivos

contraditórios ou a poder desigual nas relações. Em alguns casos, as negociações na interface são realizadas por indivíduos que representam grupos ou organizações específicas e sua posição é inevitavelmente ambivalente, pois eles respondem às demandas de seus próprios grupos, bem como às expectativas daqueles com quem eles devem negociar. E isso estabelece um dilema pois a pessoa ocupa uma posição intercalar entre diferentes domínios sociais. Aqueles que se tornam hábeis em administrar posições tão ambivalentes são capazes de empregá-los em proveito pessoal ou político (LONG, 1999).

Ao analisar as fontes e dinâmicas de contradição e ambivalência na interface, é importante não prejudicar as análises assumindo que certas divisões ou lealdades (como aqueles baseados em classe, etnia ou gênero) são mais fundamentais que outros. Também, não se deve presumir que, porque uma pessoa em particular 'representa' um grupo ou instituição específico, que ela necessariamente age no interesse ou em nome de seus companheiros. O vínculo entre representantes e suas associações devem ser estabelecidos empiricamente (LONG, 1999). Nas negociações entre distintos atores (para dentro de suas organizações ou para fora delas), são geradas as interfaces que, para além de conflitos, criam 'espaços de manobras'; estes manifestam a possibilidade de controle, prerrogativa, autoridade e capacidade de ação (LONG, 2007), ainda que mantidas diferenças em relações de poder.

A interface envolve também a composição de múltiplos discursos. Analisar as interfaces permite compreender como os discursos 'dominantes' são endossados, transformados ou desafiados. Tais discursos servem para promover políticas, pontos de vista culturais ou morais, e muitas vezes são mobilizados em lutas por significados sociais e recursos estratégicos. Uma das principais tarefas da análise de interface é esclarecer as implicações de conhecimento e poder na interação, mistura ou segregação de discursos opostos (LONG, 1999). Práticas discursivas e competências se desenvolvem principalmente nas circunstâncias da vida social cotidiana e se tornam especialmente salientes em pontos críticos de descontinuidade dos mundos da vida dos atores. É através da lente da interface que esses processos podem ser melhor capturados conceitualmente (LONG, 2007).

Em estudos mais recentes o conceito de interface tem sido tratado com potencial para evidenciar, além das relações sociais que decorrem da capacidade de agência de diferentes atores, as relações sociomateriais, que emergem das

capacidades de afetação mútua do mundo social e os materiais que compõem a vida e o ambiente. Neste sentido, a materialidade do mundo afeta a coordenação das práticas dos atores sociais, o que sugere que as interfaces, também, abrem espaços para a emergência de capacidades políticas territoriais (ARCE; CHARÃO-MARQUES, 2021). Nesse sentido, a capacidade das iniciativas agroecológicas, embora venha acompanhada de debates ideológicos e posicionamentos discursivos importantes, depende dos elementos materiais e de suas interações. No caso, deste estudo, são as sementes crioulas que assumem um protagonismo relevante na ampliação de capacidades políticas dos atores e da RESEA.

Como mencionado anteriormente, as iniciativas em agroecologias podem ser consideradas ‘contra tendentes’, na medida que surgem de espaços de contestação e crítica com relação a um estado de coisas considerado convencional. Por isto mesmo, são consideradas como desafiadoras às tentativas de homogeneização da agricultura, e representam um lócus de análise de interfaces importante tendo em vista a intersecção de múltiplos atores que trazem suas trajetórias experiências a partir de diferentes discursos e materialidades (sementes crioulas, arroz agroecológico, pesquisa, mobilizações...). Essa intersecção decorre do *saber*, do *fazer* e do *adaptar* conhecimentos e práticas materializando heterogeneidades. A observação das interfaces na RESEA deve evidenciar os diferentes discursos sobre as agroecologias, incluindo os conflitos e os dissensos, mas também as alianças e negociações entre os atores.

2.1.2 Projetos heterogêneos

Projeto social pode ser entendido como a articulação das práticas sociais que resultam em distintos modos de ação, e podem ser compreendidos como respostas a outros projetos formulados por outros grupos.

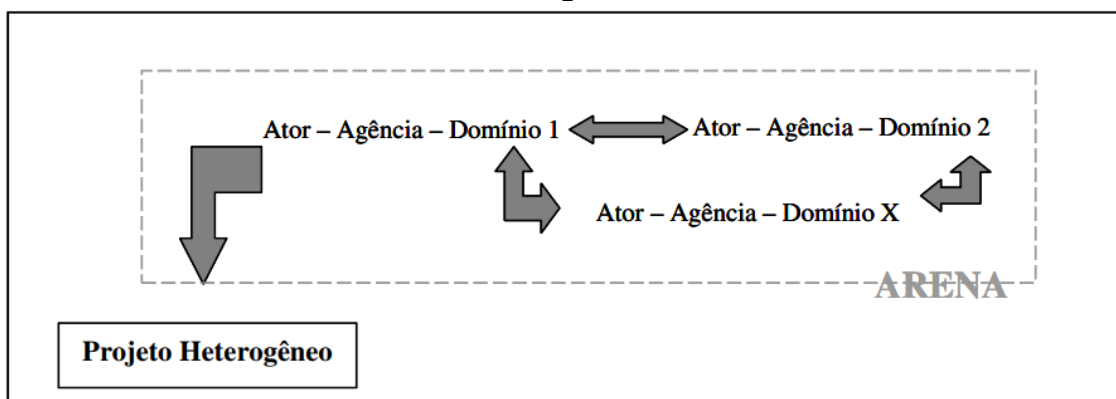
O projeto heterogêneo é materializado na intersecção entre saber e fazer de “novas” e “velhas” práticas em que os projetos dos agricultores não são simplesmente reações impostos por atores externos. Os projetos são ativamente gerenciados como respostas diferenciadas às estratégias e circunstâncias geradas por outros, as quais eles modificam, transformam, adotam ou até mesmo contrapõem quando necessário (LONG; PLOEG, 1994). Sendo assim os projetos entrelaçados dos atores são cruciais

para entender a articulação e manejo dos interesses, dos mundos de vida e da resolução de conflitos (LONG, 2007).

Cada projeto, socialmente constituído, é articulado com outros projetos dentro de um complexo de arenas entrelaçadas. Cada projeto está articulado com os projetos, interesses e perspectivas de outros atores. Essa articulação pode ser considerada estratégica, consciente ou não, em que os atores tentam antecipar as reações e as possibilidades de ação de outros atores. O estabelecimento de coalizões e o distanciamento de atores é parte intrínseca dessas ações (LONG; PLOEG, 1994).

A relação entre ator, agência e domínio nas arenas é esquematizada na figura abaixo.

Figura 1 - Relação entre ator, agência, domínio e arena na construção de projetos heterogêneos



Fonte: Medeiros (2011, p. 59).

Medeiros (2011) ao estudar a agricultura de base ecológica, na região de Pelotas, no Rio Grande do Sul, sugere que um projeto compartilhado entre muitos atores (Comissão Pastoral da Terra, Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, EMBRAPA, várias organizações de agricultores, de consumidores, dentre outras) abre a possibilidade da emergência de iniciativas agroecológicas. O que, aqui, se destaca, é que, embora o foco nas agroecologias seja compartilhado, não necessariamente é o projeto é percebido e vivido da mesma forma pelos diferentes atores. Estes projetos entrelaçados, que mesclam diferentes agências em interfaces ativas, acabam por compor um projeto heterogêneo de agroecologias.

Oliveira (2014) analisa a emergência da agricultura ecológica na região da Serra do Rio Grande do Sul, considerando interfaces e a capacidade de agência de múltiplos atores, em especial, ambientalistas e agricultores, que reagem frente aos processos excludentes da modernização da agricultura. Também nesse caso, há

compartilhamentos de focos e intencionalidades entre os atores, no entanto, o projeto relacionado à agricultura ecológica mantém heterogeneidades intrínsecas, fruto dos encontros de conhecimentos e trajetórias distintas.

Em ambos os exemplos, as iniciativas podem ser vistas como contra tendência e como associadas a projetos heterogêneos, nos quais os atores exercem sua agência em projetos entrelaçados que, embora mantendo diferenças entre si, ao mesmo tempo, encontram pontos estratégicos em comum para retirar as agroecologias da invisibilidade. Os agricultores dotados de agência, a partir de seus mundos de vida, constituem em arenas específicas projetos heterogêneos. Cabe enfatizar que não se deve tomar as iniciativas “dissidentes” como aglutinadoras de uma proposta única de contraposição ou como solução definitiva (OLIVEIRA, 2014). A emergência de ações dentro de uma nova proposta sociotécnica, como pode ser vista as agroecologias, é particular e específica aos contextos, impossibilitando generalizações.

Considerando que a Perspectiva Orientada ao Ator parte do pressuposto que distintos atores são capazes de definir e operacionalizar seus objetivos e práticas relacionados aos problemas da vida, é relevante pensar que o fazem com base em diferentes critérios, interesses, experiências e perspectivas. Isso potencializa, ao longo do tempo, projetos e práticas específicas de modo contextualizado às realidades vividas. Esses projetos denominados ‘heterogêneos’ podem ser entendidos, de certo modo, como respostas a outros projetos formulados, por exemplo, por agências estatais ou de agronegócio (LONG, 2001). É neste sentido que a ideia da constituição de projetos heterogêneos será explorada no desenvolvimento da tese para o caso da RESEA, levando em consideração os diferentes entendimentos sobre agroecologia que os diversos grupos ‘levam’ para os espaços de atuação da rede.

2.2 PRÁTICAS SOCIAIS: FAZERES E DIZERES QUE PREENCHEM O COTIDIANO

A teoria das práticas, também chamada de teoria prática, é uma teoria social abordada por vários autores, mas especialmente por Bourdieu, Giddens, Latour, Habermas e Foucault, e é um conceito importante para compreender como agência e estrutura, e ação individual e instituições ligam-se à sistemas sociais, culturas e organizações (GOLSORHI, 2010). De modo geral, os teóricos da prática possuem em comum o interesse pelos “mundos de vida” sob a influência de abordagem

interpretativa e cultural, e que tem certo grau de influência da teoria da ação de Max Weber (RECKWITZ, 2002).

No cenário de teoria das práticas, tanto Bourdieu como Giddens tem como foco das análises os limites teóricos entre as instâncias estrutura e agência, ao mesmo tempo, que tecem instrumentos para captura da relação estabelecida entre esses dois elementos, no desenrolar da vida humana (PETERS, 2006). No que tange às diferenças, Giddens trabalha com a microsociologia, enfatizando as escolhas individuais e a competência social no quadro de poder e focando na interpretação individual para reprodução da estrutura, enquanto Bourdieu trabalha no campo da antropologia, enfatizando a cultura como elemento dinamizador na estruturação e coloca seu foco nas restrições culturais (LOURENÇO; SAUERBRONN, 2018).

O percurso teórico desses autores desemboca na teoria da prática de Bourdieu e na teoria da estruturação de Giddens, que consiste em versões distintas de modelos para investigação do mundo social, com enfoque na caracterização da vida societária como fluxo ininterrupto de práticas, configurando como um ponto de partida fecundo para construção de um retrato dos processos sociais (PETERS, 2006)³.

Ambos os autores fizeram contribuições decisivas para questões contemporâneas, em especial sobre o significado da filosofia e das ciências sociais para a vida humana, a natureza da subjetividade, a racionalidade, a normatividade, o caráter da linguagem, a organização e reprodução da vida (SCHATZKI, 2001). Eles propuseram teorizar sobre prática social rompendo com a sua utilização como sinônimo de simples atividade humana, sem qualquer caráter reflexivo.

Na década de 1970 ocorreu a “virada interpretativa”, denominada de teorias culturais das práticas, e que difere das teorias sociais clássicas, do *homo economicus* e do *homo sociologicus*. A diferença entre os teóricos culturais das teorias clássicas de *homo economicus* e *homo sociologicus* é a maneira de apreender as condições de ação humana e da ordem social. A novidade das teorias culturais consiste em explicar e entender as ações, reconstruindo as estruturas simbólicas do conhecimento que ativa e restringe os agentes a interpretar o mundo. O efeito geral das teorias culturais,

³ Bourdieu considera que práticas sociais são produtos do *habitus* (elemento conciliador entre agente e estrutura que permite uma mediação dialética e permanente entre determinismo externo e processos individuais internos) e que são determinadas mais por estruturas do que por motivações individuais (OLIVEIRA, 2008). A coerência da prática ocorre por meio do *habitus*, que é a forma habitual de agentes se relacionarem com o mundo social (BOURDIEU, 1990). Giddens considera práticas sociais são as ações das pessoas com base na estruturação (repetição de sistemas sociais) e que são realizadas de modo rotineiro (GIDDENS, 2003).

em contrastes com os modelos clássicos e ainda influentes, consiste em trazer à luz a esfera do simbólico e do cognitivo, questionando como essas estruturas dão sentido ao mundo de maneira contingente (RECKWITZ, 2002). Entretanto, a teoria da prática ainda não ofereceu um sistema teórico que compete em complexidade com as teorias clássicas, ou seja, não há um novo discurso sistematizado (RECKWITZ, 2002).

Para a Reckwitz (2002) prática refere-se a maneira rotineira pela qual os corpos são movidos, os objetos são manipulados, os assuntos são tratados, as coisas são descritas e o mundo compreendido. Nessa perspectiva, corpo, mente, objetos, conhecimento, discurso, estrutura e agente são elementos que se entrelaçam nas práticas sociais. Portanto, não há uma abordagem unificada sobre prática social.

Schatzki considera que o núcleo central da teoria da prática é sua concepção de práticas incorporadas, nexos organizados de atividades e de entendimento compartilhado. A teoria da prática se refere a um conjunto de *feitos e ditos (doing and saying)* governados por *entendimentos, regras e teleoafetividades*. Ou seja, as ações das pessoas se interligam (ou se organizam) e ganham uma identidade conjunta não de maneira contingencial, mas em torno de uma estrutura de governança composta por estes elementos (SCHATZKI, 2002). As práticas reúnem as pessoas, os participantes, incorpora elementos e são orientadas por esta estrutura de governança.

Os **entendimentos** estão relacionados ao *saber fazer*, isto é, à habilidade empregada na execução do *saber como fazer ou dizer as coisas*. Diz respeito também ao *saber como* identificar/entender as ações do outro, saber investigar e responder às ações do outro em determinados contextos (situações de espaço e de tempo) característicos de determinada prática. Os entendimentos na organização de uma prática é uma característica que contribui para que a prática não seja tomada como uma propriedade individual, pois eles são estabelecidos, adquiridos, sustentado e transformado por meio das ações que compõem a prática (SCHATZKI, 2002). Por exemplo, saber como cultivar plantas de maneira ecológica não é uma habilidade particular, pois ela é uma habilidade que pertence à uma prática específica de produção que está disponível a todos. Nesse sentido, a saber cultivar ecologicamente é o *saber fazer* necessário para lidar com as instabilidades e dificuldades inerentes à esse tipo de produção agrícola.

As **regras** se referem às formulações explícitas, princípios, preceitos e instruções que direciona ou censura o que deve ser feito ou dito pelos praticantes.

Elas permitem emergir novas ações, bem como regular as já existentes. Influenciam o curso de atividades porque especificam como as ações deveriam ser realizadas para serem tomadas como “corretas”. São formulações inseridas na vida social com o propósito de orientar e determinar o curso das atividades, portanto, é um elemento “tradicionalmente normativo”. As regras ao conectar e organizar *ditos e feitos* de uma determinada prática, significa que as pessoas consideram, ponderam, aderem a esses ditos e feitos com as mesmas regras (SCHATZKI, 2002). No caso da RESEA a regra é estar ciente e aderir das ideias agroecológicas para compor as práticas sociais da entidade.

E a **estrutura teleoafetiva** constitui um conjunto hierarquicamente organizado e normativo de fins (objetivos) e emoções considerados na prática. É incorporada de maneira semelhante, mas desigual nas mentes e ações de cada um dos praticantes, pois cada indivíduo tem consigo uma “micro-versão” dessa estrutura. O termo “normativo” se refere àquilo que deve ou que se convenha de ser feito ou dito. A estrutura teleoafetiva não se trata apenas de quais ações são certas ou não, mas trata também de indicar quais delas são aceitáveis, mesmo que não satisfaça exatamente o que deveria ser feito (SCHATZKI, 2002). Os limites de uma prática são traçados principalmente pela sua estrutura teleoafetiva (SANTOS; SILVEIRA, 2015).

Assim, a prática vai além de habilidades e atividades, são experiências corporais, em que o corpo está inserido em alguma matriz social. As práticas estão longe de padrões de comportamento, elas incorporam e trazem consigo entendimentos, conhecimentos, ideias e significados práticos (CROSSLEY, 2002). Essa abordagem marca a fronteira de pensamento contemporâneo sobre o complexo corpo-atividade-sociedade (SCHATZKI, 2001). Com isso é possível abordar o mundo social a partir da ligação entre pessoas e objetos⁴.

Os arranjos se referem à ligação entre pessoas, coisas, artefatos e organismos em “cenários” (contextos) específicos. Ou seja, a coexistência entre humanos e artefatos se desenrola em um dado contexto que é importante para explicar a vida social. Quando práticas e arranjos se agrupam se assume que as práticas afetam, usam, dão significado e são inseparáveis dos arranjos, enquanto os arranjos canalizam, prefiguram, facilitam e são essenciais para as práticas. (SCHATZKI, 2015).

⁴ A relação entre pessoas, atividade e materialidade é muito bem explorada por outras abordagens como a teoria ator-rede (LATOUR, 1994, 2012) e a teoria da ação mediada (WERSTCH, 1998).

A inteligibilidade prática é responsável por organizar as práticas, e se refere ao que faz sentido para as pessoas fazerem em um espaço-tempo. A inteligibilidade governa as ações especificando o que um ator deveria fazer, apontando para os próximos passos (SCHATZKI, 2002). O que faz sentido ser feito nem sempre é aquilo que o ator julga ser correto ou apropriado, assim, a inteligibilidade prática não pode deixar de ser vista como um fenômeno *individualista* – é sempre para um indivíduo que determinada ação faz (ou não) sentido ser feita (SANTOS; SILVEIRA, 2015).

A partir dessas linhas teóricas expostas até aqui **definimos prática social** como as ações realizadas pelas pessoas que nutre os significados, as crenças e os valores de seu cotidiano de modo a perpetuar meus mundos de vida. E tais ações estão associadas tanto ao corpo quanto aos elementos materiais da rotina. No encontro desses mundos, ocorre geração, lapidação, adaptação de conhecimentos com graus de reflexividade sobre o que *fazem*.

As agroecologias são construídas a partir das mais diferentes práticas (cultivo e criação, organização social, mercados, políticas, pesquisa etc.) em que os discursos, significados, valores e conhecimentos são relevantes. E captar o mundo das práticas em agroecologias é importante para refletir sobre a proposta do contra desenvolvimento como um lócus político de ação dos atores. As estratégias políticas são expressas no cotidiano das pessoas, especificamente nas práticas, que podem apresentar potencial mudanças nos territórios.

E as práticas ao serem compartilhadas entre os sujeitos no âmbito coletivo, permite analisar as iniciativas agroecológicas a partir da concepção de *comunidades de prática* em que ocorrem processos de socialização e de aprendizagem.

2.3 COMUNIDADE DE PRÁTICA (CdP): A POSSIBILIDADE DE UM NOVO CAMINHO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Uma CdP constitui-se em um ambiente que sustenta o engajamento voluntário e mútuo entre os membros, objetivando por meio de empreendimentos comuns, a partilha de conhecimentos e geração de aprendizagem (WENGER, 1998).

O termo comunidade de prática surgiu no final da década de 1980 no Grupo de Prática e Tecnologia do Trabalho do Instituto de Pesquisa sobre Aprendizagem (IRL), no Centro de Pesquisa Xerox Palo Alto (PARC), Califórnia, Estados Unidos. Nesse momento o grupo sustentava que o aprendizado era um processo de transmissão de

conhecimento entre professor e aluno em que o conhecimento era visto como objeto a ser transferido. Entretanto nas décadas de 1970 e 1980 começou a haver um interesse crescente nos chamados modelos construtivistas de aprendizagem, baseado nos trabalhos de Vygotsky (KIMBLE, 2006). Essa mudança de perspectiva influenciou o entendimento sobre o processo de interação entre as pessoas. Assim, a emergência da noção de CdP está ligada à tentativa de desenvolver uma teoria sobre aprendizagem humana (WENGER, 2006).

A literatura sobre CdP apresenta três períodos diferentes que marcaram a evolução teórica da abordagem (KIMBLE, 2006).

Quadro 3 - Transformações conceituais do conceito de cdp

Período	Mudanças conceituais
Período Inicial (1991 - 1995)	Nesse período dois artigos foram publicados <i>Aprendizagem situada: legítima participação periférica</i> de Lave e Wenger (1991) e <i>Aprendizagem organizacional e comunidade de prática: rumo à uma visão unificada de trabalho, aprendizado e inovação</i> de Seely e Duguid, que iniciaram uma discussão acerca da definição de CdP. Ambos os trabalhos marcam o início da teoria de CdP, e a tratam de formas diferentes. Enquanto a primeira tem foco no aprendizado informal em situações sociais, explorando uma teoria alternativa de aprende em relação aos modelos dominantes; o segundo lidava com perspectiva de comunidades intersticiais. O ponto de partida deste segundo caso era a maneira como uma organização descreve o trabalho de uma pessoa e a maneira como ele é realmente feito. Como semelhança, ambos os estudos se concentram na aprendizagem e comunidade de prática como grupo autônomos, fora de organizações formais, independentemente do mundo formalizado e por isso é primeira fase é denominada de “selvagem” ou “indomável”.
Período do meio (1996 – 1999)	O trabalho de expressão é <i>Comunidade de prática: aprendizagem, significado e identidade</i> , de Ethiene Wenger, em 1998. Todos os trabalhos têm Wenger como único autor. Esta é uma época de muitas transformações sociais. Surge a noção de “gestão do conhecimento”. Em contraste com a definição anterior, Wenger oferece uma definição mais concisa de uma CdP, que consiste em três elementos inter-relacionado: “empreendimento comum”; “compromisso mútuo” e ‘repertório compartilhado’. Uma CdP é um fórum onde aprendizado, significado e identidade são negociados, e reflete a compreensão dos membros sobre o que é importante. As CdP podem ser guiadas ou nutridas quando se auto-organizam e o aprendizado se encaixa no ambiente organizacional (WENGER, 1998). Isso representa uma mudança de visão em relação à perspectiva de ‘selvagem’ em direção a algo que pode ser “alimentado”.
Período tardio (2000 – 2003)	O principal trabalho é ‘Cultivar comunidades de prática’ de Wenger (2002) e outros trabalhos (Wenger, 2000; Wenger e Snyder, 2000; Snyder, 2003) que ilustram claramente a mudança de foco da literatura das CdP. Ao contrário do livro anterior, a maior parte do livro é dedicada a dar dicas de como cultivar CdP em vez de analisá-las. Há uma ênfase no papel que as CdP desempenham na gestão do conhecimento. São descritos os cinco estágios de ciclo de uma CdP. Considera-se a maturidade da abordagem.

Fonte: Adaptado de Kimble (2006).

No último período há uma definição clara sobre CdP e é o conceito que mais aparece nos trabalhos acadêmicos contemporâneos.

Resumidamente, Wenger e Snyder (2002), descrevem que

comunidades de prática são grupos formados por pessoas que compartilham uma preocupação, um conjunto de problemas, ou uma paixão sobre algo, e que aprofundam conhecimentos e experiências em uma determinada área interagindo com uma base contínua. [...]. Essas pessoas não necessariamente trabalham juntas todos os dias, mas elas se encontram porque acreditam no valor de suas interações. Como passam algum tempo juntas, elas naturalmente compartilham informações, *insights* e conselhos. Ajudam umas às outras a resolverem problemas. Discutem suas situações, suas aspirações e necessidades. Refletem sobre questões comuns, exploram ideias e funcionam como caixas de ressonâncias. Podem criar ferramentas, padrões, modelos, manuais e outros documentos – ou elas podem simplesmente desenvolver um conhecimento tácito que compartilham. [...]. Elas também desenvolvem relações pessoais e estabelecem maneiras de interagir. Elas podem até mesmo desenvolver um senso comum de identidade. Elas tornam-se uma comunidade de prática. (WENGER; SNYDER, 2002, p. 4-5).

Dito de outra forma, CdP são grupos de pessoas que compartilham uma preocupação ou um entusiasmo por algo que fazem e aprendem a fazê-lo melhor à medida que interagem regularmente. E o aprendizado pode ser a razão pela qual a comunidade se reúne ou um resultado incidental das interações dos membros (WENGER, 2006). Um grupo de profissionais que se encontram com certa frequência para discutirem questões relacionadas à sua ação profissional, trocando experiências e saberes, compartilhando dúvidas e receios, buscando ajuda mútua pode se constituir como uma comunidade de prática. E isso pode ocorrer sem mesmo essas pessoas se darem conta disso.

As práticas para Wenger (1998), não implica em dicotomia em relação à teoria, podendo a comunidade de prática ser definida como um contexto ou local onde se desenvolve, se negocia e se compartilha o modo de viver (n)o mundo.

As redes informais que surgem e se desenvolvem em meio às estruturas formais, como as comunidades de prática, ajudam as organizações a aprender e responder criativamente à novas circunstâncias, e ainda mudar e se desenvolver (IPIRANGA *et al.*, 2005).

Com isso, nem tudo que se autodenomina comunidade é necessariamente uma CdP. Para se constituir como uma CdP é necessário desenvolver três elementos chave: *domínio, comunidade e prática* (WENGER, 2006).

O **domínio**, se refere à uma *identidade definida* por um domínio de interesse compartilhado. Uma CdP não é apenas um clube de amigos. A associação implica em compromisso com o domínio e, portanto, uma competência compartilhada. Por meio da associação em comunidades, desenvolvem projetos, adotam sistemas de crenças, rotinas, caminhos de fazer as coisas e, conseqüentemente, se desenvolve uma identidade partilhada.

A **comunidade** se refere ao trilhar do interesse em seu domínio, os membros participam de atividades e discussões conjuntas, *ajudam-se mutuamente e compartilham informações*. Eles constroem relacionamentos que lhes permitem aprender um com o outro, se preocupam com sua posição um com o outro. É necessário que os membros interajam e aprendam juntos, e não necessariamente trabalham juntos diariamente. As interações são essenciais para torná-las uma comunidade de prática, embora muitas vezes possam trabalhar sozinhas.

E a **prática** que diz respeito à necessidade de que as pessoas sejam praticantes de uma prática social, pois somente o seu interesse não é suficiente para formar uma CdP. Eles desenvolvem um *repertório compartilhado* de recursos: experiências, histórias, ferramentas, formas de abordar problemas recorrentes. E isso leva tempo e exige interação. É a combinação desses três elementos que constitui uma comunidade de prática. E é desenvolvendo esses três elementos em paralelo que se cultiva essa comunidade (WENGER, 2006). Cada um desses elementos se interconecta e os membros desenvolvem laços de amizade, engajando-se mutuamente e estabelecendo formas de interação e negociação de significados para que os processos de aprendizagem ocorram (WENGER, 2006).

Algumas CdP são bem pequenas, outras são locais e outras envolvem o mundo. Os encontros podem ser pessoalmente ou *on line*. Pode estar dentro de uma organização ou incluir membros de várias organizações, podendo ser formais, informais e até invisíveis (WENGER, 2006).

Ou seja, para uma comunidade de prática funcionar, ela precisa gerar e apropriar-se de um repertório de ideias, compromissos e lembranças compartilhados. Ela também precisa desenvolver vários recursos, tais como ferramentas, documentos, rotinas, vocabulário e símbolos que de algum modo conduzem o conhecimento acumulado pela comunidade (IPIRANGA et al., 2005).

2.4 COMUNIDADE DE PRÁTICA (CdP): PARTICIPAÇÃO E APRENDIZAGEM

Conhecendo de onde vem o conceito e o que são de fato as CdP, é importante aprofundar sobre a dimensão do conhecimento e do processo de aprendizado que é um elemento importante nessa tese e que reflete em uma contribuição científica à agroecologia.

Nos trabalhos de Wenger, o aprendizado ganha contornos sociais, abandonando, em parte, a ideia da aprendizagem centrada em processos cognitivos, em prol de uma perspectiva mais focada nas práticas sociais (IPIRANGA et al., 2005).

Sobre o conhecimento, o simples fato de estar vivo interagindo socialmente com as pessoas e com o mundo gera-se aprendizados, e esses aprendizados, com o tempo e de modo coletivo, gera-se práticas sociais. A aprendizagem ocorre por meio das relações sociais em que as pessoas se engajam por práticas em comum. E os conhecimentos estão intimamente conectados às práticas dos membros da comunidade (SOUZA-SILVA; SCHOMMER, 2008). Ou seja, a *aprendizagem* é um processo inerente à *participação* em comunidade de prática (LAVE; WENGER, 1991).

Na interação social e no engajamento mútuo em torno de uma atividade profissional, por exemplo, as pessoas acabam partilhando vivências, promovendo a *aprendizagem contextualizada* na prática (SOUZA-SILVA; SCHOMMER, 2008). A aprendizagem é contextualizada na prática na medida em que o processo do *conhecer* está ligado às ações cotidianas (LAVE; WENGER, 1991), extrapolando espaços formais como reuniões ou qualquer outro tipo de encontro regular.

O enfoque da *aprendizagem contextualizada* enfatiza a interdependência relacional do agente e do mundo, a atividade, o sentido, a cognição, o aprendizado e o conhecimento. Enfatiza o caráter social (negociado) do conhecimento, o caráter do pensamento e a ação das pessoas na atividade. A aprendizagem, o pensamento, o conhecimento são em relação entre pessoas e atividades, a partir de um mundo estruturado social e culturalmente (RODRÍGUEZ-MENA, 2000).

No processo social de aprendizagem ocorre o diálogo, a observação, as histórias contadas e as conversas entre as pessoas, que são elementos que implicam diretamente na aprendizagem dos membros em comunidades de prática, carregando influências ambientais e socioculturais (GUDOLLE; ANTONELLO; FLACH, 2012).

A participação e interação das pessoas nas atividades coletivas também adquirem importância analítica, pelo próprio desenvolvimento humano a partir da

interação social e do pertencimento às comunidades de prática (LAVE; WENGER, 1991). A participação baseia-se em uma constante negociação situada e renegociada de significados, e isso quer dizer que entendimentos e experiências estão em constante interação e são mutuamente constitutivos (LAVE; WENGER, 1991).

Na CdP, um novo integrante aprende com veteranos quando tem a permissão de participar de certas tarefas que se relacionam com a prática. Com o tempo, o novato se move da participação periférica para a participação completa. Esse movimento - central e periférico - não é uma simples medida da quantidade de conhecimento que se adquiriu. Os termos “participação periférica” e “participação completa” são usados para denotar o grau de engajamento e participação na comunidade (LAVE; WENGER, 1991).

Os diversos graus de participação decorrem do fato de que os membros têm necessidades, interesses e perspectivas diferentes (IPIRANGA, 2005). Os níveis de participação (Quadro 4) na CdP são:

- a) grupo principal: Um grupo pequeno de pessoas cuja paixão e envolvimento energiza a comunidade de prática;
- b) participação completa: indivíduo reconhecido como praticante e que define a comunidade;
- c) participação periférica: pessoa que pertence à comunidade, mas com grau menor de envolvimento, tanto por ainda ser considerada novata, como por não ter muito compromisso pessoal com a prática;
- d) participação transacional: também chamada de ocasional. Refere-se à pessoa de fora da comunidade que, ocasionalmente, interage com ela, visando receber ou fornecer serviços. Não é, necessariamente, membro da comunidade;
- e) acesso passivo: uma ampla diversidade de pessoas com acesso aos artefatos produzidos pela comunidade, como, por exemplo, suas publicações, seus sites na web ou suas ferramentas (WENGER, 1998).

Quadro 4 - Níveis de participação na CDP

Níveis de Participação	Participação no Grupo
Grupo principal	Um grupo pequeno de pessoas cuja paixão e envolvimento energiza a comunidade de prática.
Participação completa	Indivíduo reconhecido como praticante e que define a comunidade
Participação periférica	Pessoa que pertence à comunidade, mas com grau menor de envolvimento, tanto por ainda ser considerada novata, como por não ter muito compromisso pessoal com a prática.
Participação transacional	Também chamada de ocasional. Refere-se à pessoa de fora da comunidade que, ocasionalmente, interage com ela, visando receber ou fornecer serviços. Não é, necessariamente, membro da comunidade.
Acesso passivo	Uma ampla diversidade de pessoas com acesso aos artefatos produzidos pela comunidade, como, por exemplo, suas publicações, seus sites na web ou suas ferramentas.

Fonte: Adaptado de Wenger (1998).

Importante destacar que essas comunidades não podem ser consideradas isoladas do mundo e de outras práticas porque os seus membros não estão isolados, nem mesmo o que eles fazem, pois, a história que trazem e suas relações são interconectadas com o mundo (WENGER, 1998).

Indo além, então, de simples encontros de pessoas em torno de um tema, uma CdP apresenta bagagem histórica e cultural, que parcialmente captura o significado negociado socialmente (BARAB; DUFFY, 2000). Os sujeitos ao interagirem em uma CdP tornam-se parte de algo mais amplo por trabalharem em um contexto específico e tornarem-se interconectados, ajudando a produzir e dar sentido a um objetivo e a construir uma identidade para o indivíduo e para a comunidade (BEDRAN; BARBOSA, 2017).

Nesse sentido, uma comunidade de prática tem como principal objetivo o desenvolvimento das capacidades dos membros, bem como construir e desafiar conhecimentos, à medida que os membros se autoselecionam e uma vez movidos pela paixão, confiança e identificação, permanecem juntos pelo tempo que acharem necessário (WENGER; SNYDER, 2002).

2.5 COMUNIDADE DE PRÁTICA (CdP) E AS AGROECOLOGIAS: NOVA OPÇÃO METODOLÓGICA

A partir do engajamento dos atores nas iniciativas agroecológicas em que ocorrem a partir de interesses individuais, estes empreendimentos podem ser considerados potenciais promotores de mudanças sociotécnicas ao criarem oportunidades de compartilhar experiências, saberes, demandas, apoio mútuo, mantendo o centro de discussão nos processos de agroecologia.

Souza-Silva e Schommer (2008), ao estudarem processos de aprendizagem organizacional a partir da comunidade de prática, destacam que além da aglutinação de pessoas, há necessidade de estreitos relacionamentos de amizade para promover a confiança, disposição para compartilhar conhecimentos e camaradagem para desenvolver domínio do conhecimento. Para Wenger e Snyder (2002) isso intensifica a coesão e a identidade entre os membros.

Ao participarem de uma “comunidade”, aparentemente todos buscam por um objetivo em comum, entretanto, algum membro pode não estar sentindo-se contemplado com os encaminhamentos do coletivo, ou ainda ocupar uma posição privilegiada por ter maiores acessos a recursos e conhecimentos gerando certo grau de hierarquia e abrindo espaços para tensões e desacordos. Uma eventual tensão interna na comunidade não necessariamente afeta a coesão mobilizada para negociações com aqueles que estão “de fora”, ou aqueles que podem representar uma ameaça ao projeto do conjunto (CHARÃO-MARQUES; LUZ; KUBO, 2015). No entanto, reiteram-se que não se pode supor que o fato de terem objetivos em comum, faz as tensões desaparecerem automaticamente, assim, os vários tipos de relações que se estabelecem deverão ser considerados para um “mapeamento” da RESEA. Isto conduz a outra hipótese teórica, de que os engajamentos em uma possível comunidade de prática, não necessariamente são automáticos e não problemáticos, eles podem ser marcados por arenas sociais.

A partir da organização de uma CdP em que é criado um espaço para socializar os potenciais criativos dos membros, o qual é exercido as capacidades de agência nas relações estabelecidas, abre-se novos caminhos teóricos-metodológicos para analisar a agroecologia.

A perspectiva teórica das CdP que observa a constituição de grupos a partir de interesses em comum é potencialmente útil para analisar as iniciativas em

agroecologias, pois permite delinear um novo caminho teórico-metodológico para estudar os processos de aprendizagem agroecológico. Captar os processos de aprendizagem dessas iniciativas a partir da ferramenta de CdP permite compreender os processos de criação aperfeiçoamento, adaptação dos conhecimentos na interação com o coletivo. E isso ocorre de modo a resolver os problemas práticos sem a interferência (ou reduzida interferência) de agências de intervenção externa, como por exemplo, dos serviços de extensão rural. A necessidade de um ambiente em que se constrói o aperfeiçoamento de conhecimentos e de resolução de problemas ocorre após décadas de intervenção de agências de desenvolvimento pautado na supervalorização do conhecimento científico e distante da realidade das comunidades locais.

A contribuição a partir da CdP é abordar as agroecologias passando a considerar as particularidades (expressos nos *fazer*s das pessoas, conhecimentos, recursos, pessoas, materialidades...) que se conectam e desconectam a depender das relações estabelecidas. E nessas relações as negociações e os dissensos são levados para dentro da CdP, de modo a adensar e dinamizar a própria CdP. E isso não impede que ela exista e cumpra sua função ou meta. Essa é uma forma de reconhecer que construções discursivas heterogêneas e conflituosas das agroecologias podem compor um coletivo.

Nesse sentido, a CdP representa um importante dispositivo metodológico para abordar os conhecimentos em agroecologias, reconhecendo a diversidade de pessoas e de experiências que ao interagirem aperfeiçoam seus conhecimentos.

Do ponto de vista operacional, durante as entrevistas, deve-se captar qual a motivação/interesse do ator social em ingressar no grupo e o que ele traz de experiência como bagagem que pode contribuir para adensar a iniciativa agroecológica. Ainda deve-se considerar o que ele pretende levar consigo como resultado dessa interação, e o que pode levá-lo a romper com a CdP. Nesse momento podem aparecer as negociações geradas, a explicação para os diferentes graus de participação (ou de abster-se de participar em certos momentos) na CdP. Ou seja, captar a opção de engajamento dos atores em uma determinada iniciativa agroecológica é relevante.

Associado às entrevistas, outros procedimentos podem se associar de modo a garantir o entendimento da participação dos atores na CdP.

Nesse sentido, propor a CdP como procedimento metodológico para estudar as agroecologias aparece como um avanço na própria teoria que tratou o conhecimento de uma forma que não considerou os conflitos e tensões em meio aos processos de aprendizagem. E também contribui para as próprias agroecologias já que considera o contexto de cada território incorporando de forma ampla as suas demandas e potencialidades. E isso é relevante porque permite ao pesquisador ir ajustando a noção de CdP para cada contexto social.

3 DA TRAJETÓRIA DA RESEA À FORMAÇÃO DA COMUNIDADE DE PRÁTICA: A POSSIBILIDADE DE UM ROTEIRO METODOLÓGICO

Um dos pontos centrais da pesquisa que daria lugar a esta tese é a reconstituição dos processos que levam a formação e continuidade da Rede Sergipana de Agroecologia. O importante para o trabalho era buscar entender a trajetória, porém, desde os atores mesmos, em especial, tomando a prática das *participações* dos diferentes membros na RESEA, e buscando evidenciar as relações estabelecidas entre os atores envolvidos. É assim que a dinâmica de participação dos grupos na trajetória da Rede aqui é tratada neste capítulo, de forma a esboçar os interesses e motivações das pessoas que acabam por constituir a RESEA. A tarefa de reconstituir a trajetória exigiu organizar um universo de informações, por vezes, discursivamente contraditórios entre si, tendo em vista que cada membro da RESEA vivenciou experiências em épocas diferentes e desde perspectivas diferentes. Se, por um lado, isso tornou o trabalho um pouco árduo, por outro, permitiu a reflexão e análise de como os engajamentos em uma ‘causa comum’ (as agroecologias) ocorrem de forma desigual e são vividos diferentemente pelos distintos atores.

Na primeira parte do capítulo, são apresentadas as articulações entre os atores para a formação da RESEA. Em seguida, são evidenciados laços de confiança e de ajuda mútua que emergem no processo de estabelecimento da Rede. Por fim, a participação dos atores na RESEA é explorada analiticamente de forma a avaliar se ela tem permitido a ampliação de capacidades dos atores envolvidos de forma a apontar para a potencialidade da perspectiva de Comunidade de Prática como um dispositivo metodológico-prático para auxiliar na evidência das práticas dos atores relacionados às agroecologias.

3.1 RESEA: DA EMERGÊNCIA ÀS PARTICIPAÇÕES

A emergência da RESEA está associada à organização da delegação sergipana para participar do II Encontro Nacional de Agroecologia (II ENA), que aconteceu na cidade de Recife/PE, em 2006. Essa organização esteve ligada aos trabalhos que a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) vinha fazendo nos estados nessa época. O foco da ANA era iniciar e/ou consolidar grupos e redes agroecológicas com a finalidade de promover maior conexão entre os atores no

movimento agroecológico. Até então, as agroecologias, em Sergipe, estava presente em ações isoladas, ou seja, sem congregações coletivas abrangentes e amplas.

Em 2006, foi realizado o I Encontro Estadual de Agroecologia (I EEA/SE) com o objetivo de definir representantes locais que deveriam participar do II ENA. O I EEA/SE é relatado pelos entrevistados como um momento marcante na trajetória das agroecologias do Sergipe, pois foi possível visualizar as experiências que vinham sendo realizadas no estado. Neste processo, a participação da ASA é considerada importante por causa dos trabalhos em agroecologias desempenhado na região conhecida por 'sertão' do estado. "Nesse momento inicial da RESEA participava muito a turma da ASA, que se articula muito bem no sertão" (Entrevistado 3).

Os principais grupos que estiveram envolvidos com a organização do EEA/SE foram: a Cáritas Diocesana de Estância, a Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de Sergipe (FETASE), a Associação Mão no Arado de Sergipe (AMASE), o Centro Dom José Brandão de Castro (CDJBC, vinculado à ASA), e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST/SE). Por último, também se engaja a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), a partir de convite feito pelos grupos que estavam organizando o EEA. A EMBRAPA se engaja nessa tarefa a partir da participação de pesquisadores envolvidos com o Núcleo de Agroecologia, que atua em atividades de pesquisa e transferência de tecnologia no âmbito da empresa.

Foi durante o I EEA/SE que foi deliberada a necessidade de uma organização que sustentasse o diálogo e a interação dos grupos envolvidos com agroecologias no estado de Sergipe. De acordo com os documentos consultados, a RESEA surge com a proposta de fortalecer a 'dinâmica agroecológica' em Sergipe. O que deve ser ressaltado é que a organização inicial foi impulsionada – pela ação política e influência organizativa da ANA. Para entender melhor esta relação, é interessante considerar que justamente este é o papel da Articulação, mobilizar e 'agregar' as iniciativas nos estados, naquela ocasião, o estímulo era para a participação no ENA. Sendo assim, a emergência da RESEA não se explica puramente pela ação dos atores locais em agroecologias, mas também por ações de interconexão com organizações de atuação nacional e regional, o que indica que a RESEA também se forma pela 'fusão de alguns interesses', por exemplo, expressos em interesses e metas comuns a diferentes grupos.

A preparação da delegação do Sergipe que iria participar do II ENA foi, então, um processo que se desprende da realização do I EEA/SE. Desta experiência inicial

da RESEA, destacam-se alguns elementos que ajudam a identificar como se vão desenhando inter-relações inerentes à construção de uma rede de múltiplos atores. O MST, com seus representantes do estado de Sergipe, parece sempre ter estado próximo à ANA, de forma que tal inserção levou, por exemplo, à indicação de uma pessoa para contribuir, como animadora do processo, para a organização inicial do grupo que iria participar do II ENA.

Interessante notar que, desde esta fase inicial da RESEA, a participação do MST foi avaliada internamente pela direção do Movimento como uma oportunidade importante para a estratégia de expansão de sua base de militância. Em uma das entrevistas com um membro da RESEA, que representava o MST, ficou registrada a seguinte afirmação: “a presença do MST na RESEA, nesse momento [fase inicial], era estratégica, pois, significava ampliar seu campo de atuação”. Aparentemente, naquele momento, ‘a agroecologia’ surgia como uma espécie de motor para a ampliação do que o Movimento estava identificando como base política. Em outras palavras, as agroecologias surgiam com força discursiva no conjunto do debate sobre reforma agrária e/ou acesso a recursos.

Entretanto, a participação do MST na RESEA foi de curta duração, pois na mesma época, em 2006, começava a ser implementado, em Sergipe, o Projeto de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES)¹, e o MST fez a opção de focar neste projeto, se afastando da RESEA. Um trecho de uma das entrevistas, como transcrito abaixo, aponta para isto.

Em 2006, inicia a ATES para o MST, que é uma política pública forte que tem muito recurso. Até aí, o MST fazia disputas com alguns movimentos [ASA e SASAC] que faziam alguma coisa [ações] na base do MST. Mas, quando chega a ATES, que tem um monte de recurso com a possibilidade de fazer política. Aí, o MST não se preocupou mais com as briguinhas, estas besteirinhas. Deixa-os fazerem as unidades demonstrativas, porque a gente [o MST] tem coisa muito mais forte, muito maior, muito mais importante. (Entrevista 3)

Essa passagem começa a mostrar elementos que contestações surgidas nas interfaces entre os diferentes atores envolvidos com a RESEA. A leitura mais evidente é de havia ‘disputa das bases sociais’ entre o MST e os outros movimentos. Neste caso, a referência é feita a ações da ASA e do SASAC, que haviam instalado campos

¹ O serviço de ATES foi criado pelo INCRA, em 2004, e surge com a finalidade de dar apoio técnico aos agricultores assentados para condução de seus processos produtivos (MINÁ, 2004).

demonstrativos dentro de áreas de reforma agrária, o que, aparentemente, tensionava as relações com o MST. Essa tensão passa a ser ainda mais questionada quando a projeto de ATES proporciona uma nova e mais independente possibilidade de ação para o MST. No serviço de ATES, o MST chegou a ter 600 técnicos a campo o que significou grande oportunidade de estar presente nos territórios. Esta ilustração é trazida, aqui, como contribuição à reflexão sobre as relações ‘pré-existentes’ entre os atores e que acabam por entrar também na dinâmica da RESEA.

Ao retornar do ENA, os grupos ainda em efervescência e motivados pela participação no evento, imediatamente passaram a se reunir para dar início às primeiras atividades.

Assim, ainda em 2006, foram realizadas reuniões de avaliação dos Encontros (I EEA e II ENA), nessas oportunidades, o conjunto dos participantes presentes discutiram as duas estratégias de fortalecimento da RESEA a serem construídas nos primeiros seis meses: 1) a construção da carta de princípios; 2) as normas internas de funcionamento e operacionalização. Sobre a estruturação, ficou definido que a RESEA seria composta por *Plenárias*, como amplos espaços de discussões, nas quais os participantes teriam direito a participar e orientar decisões. Também, haveria um *Núcleo Operativo*, que deveria cumprir objetivos de comunicação e de animação. Por fim, seriam criados *Grupos de Trabalhos* (GTs), como espaços de proposição de atividades a partir de temas específicos. Vale mencionar que essa estrutura interna de funcionamento da RESEA permanece até hoje.

Nessa dinâmica inicial, se percebe que a atuação da RESEA se voltou a pensar projetos para participar de editais com o objetivo de obter recursos. Um exemplo disto foi a apresentação de proposta no contexto do edital ECOFORTE.² Entretanto, os projetos apresentados aos editais disponíveis, na época, não obtiveram aprovação. Isto, obviamente, teve como consequência o fato de que a RESEA não dispunha de recursos financeiros. Em parte, isso parece explicar o motivo que fez com que os grupos fossem perdendo a motivação inicial de compor a RESEA. Aparentemente, havia interesses nas potenciais contrapartidas para os grupos, o que não se

² O Edital ECOFORTE, para o qual a RESEA apresentou uma proposta, concorrendo por recursos em 2017. Este edital tinha como objetivo a seleção e o apoio a projetos territoriais de redes de agroecologia, extrativismo e produção orgânica, voltados à intensificação das práticas sustentáveis e de sistemas produtivos orgânicos e de base agroecológica.

concretizou. O trecho da entrevista abaixo ilustra um pouco da fraca aglutinação ao redor da Rede em um primeiro momento.

Quando eu realmente tive contato com a RESEA, isso foi em 2007, eu estava trabalhando num projeto sobre agroecologia, e aí a gente soube de uma rede de agroecologia e fomos pra reunião. Eu e um amigo. E aí, a primeira reunião foi uma coisa burocrática, vai ter um edital aqui, vamos buscar recurso ali, e a gente já militava no movimento estudantil e agroecológico. E essa pegada não era o quê a gente queria. Como não se teve uma massa, uma densidade teórica-prática, era uma coisa de conseguir recurso, não teve uma coisa de 'vamos nos juntar, vamos nos unir, se envolver'. Aí, a galera ou decidiu ou de forma natural, parou, desistiu da RESEA (Entrevista 1).

A desarticulação inicial da RESEA parece, portanto, ter estado ligada à falta de um elemento unificador, como um projeto em conjunto. É assim que, o período de 2007 a 2012, aparece nos relatos como uma “lacuna”, há certo vazio de ações da Rede. Esse período, tampouco, aparece nos documentos analisados. Os grupos reconhecem que esse foi um período de *standy by* da Rede, em que não ocorreram atividades significativas para o conjunto do RESEA. Porém, isso não significa que não ocorreram atividades pontuais, como algum seminário ou encontro, apenas podem não ter sido sistematizados e documentados.

Ainda sobre esse período, entrevistados relataram que a RESEA esteve muito calcada nas experiências das pesquisas científicas realizadas na EMBRAPA. Uma das entrevistas demonstra esta impressão.

No início, as construções da RESEA estavam muito ligadas à EMBRAPA e a eventos científicos como seminário, encontro, simpósio, e os movimentos [sociais] até vinham, mas muito tímidos. Somente a partir de 2011 a coisa toma mais corpo (Entrevista 2).

Essa sobreposição da participação da EMBRAPA na RESEA também ajuda a explicar a falta de dinâmica interna da rede. Pois, a participação pelo viés científico, através da pesquisa e de eventos técnicos, não refletia a articulação inicial para a formação da RESEA que se iniciava a partir dos movimentos sociais.

Nesse tom de atividades científicas, em maio de 2011, ocorre o II Seminário Sergipano de Agroecologia³ organizado pela EMBRAPA, em que várias autoridades

³ O I Seminário Sergipano de Agroecologia, organizado pela EMBRAPA, aconteceu um ano antes e teve um perfil científico. É considerado pelos entrevistados como um “evento de sucesso” porque

científicas sobre o tema das agroecologias são convidadas para abordar o tema. O evento ocorre como fruto de avaliação positiva do I Seminário Sergipano de Agroecologia ocorrido um ano antes.

A EMBRAPA, através do Núcleo de Agroecologia, decidiu repetir a atividade com foco no debate do avanço do agronegócio no campo brasileiro. A diferença desse II Seminário em relação ao primeiro, é que houve a presença de agricultores e eles apresentaram suas experiências agroecológicas. Houve apresentações de experiências sobre horta medicinal por agricultores ligados ao CDJBC, debate sobre reforma agrária por parte do MST, experimentação de manejo da caatinga e feira de produtos locais de agricultores ligados ao SASAC e CDJBC, produção local de apicultores ligados ao Instituto de Cooperação para o Desenvolvimento Rural Sustentável (I CODERUS).

Ao final do evento é aprovada uma Carta aberta direcionada às entidades parceiras da RESEA. A carta faz um chamamento para retomada das atividades, tendo sido assinada em nome do Seminário, ou seja, por todos os presentes. Esse momento do II Seminário Sergipano de Agroecologia aparece nos relatos dos entrevistados como um movimento importante de retomada da RESEA. Entretanto, não foram encontradas memórias, atas, relatorias ou qualquer documento referente ao período de 2011 a 2013.

Nesse movimento de retomada da RESEA, militantes do MST retornam a participar das reuniões da RESEA, mesmo sem oficialização da direção estadual do movimento. Este 'retorno' se tornou crucial para a RESEA, na medida em que essas pessoas se tornaram colaboradores efetivos da Rede, participando até os dias de hoje, e funcionando agentes influentes no direcionamento das pautas e das tomadas de decisão. Durante a realização da pesquisa de campo, essas pessoas vinculadas ao MST foram apontadas, pelos grupos, como *atores chave* e que deveriam ser entrevistados. Ou seja, se nota que há uma percepção positiva dos grupos com relação à importância do MST na trajetória da RESEA. Ressalvando, aqui, que tais participações não necessariamente partem de uma deliberação interna do Movimento, elas têm estado muito mais relacionadas às disposições individuais.

teve a participação de autoridades sobre a temática da agroecologia. Entretanto, não houve participação dos agricultores e movimentos sociais. Por isso, o I Seminário não foi muito lembrado pelos entrevistados na trajetória da RESEA, mas sim o II Seminário.

No período de 2011, o Instituto Federal de Sergipe (IFS) através de uma pesquisadora redistribuída que buscava se inserir em ações de agroecologias do estado, iniciou uma primeira aproximação com a EMBRAPA. Esse foi um primeiro contato entre essas duas instituições, resultando na aproximação de atores representantes do IFS à RESEA, com seus representantes passando a acompanhar as plenárias mensais. Mais tarde em 2014 houve um projeto que foi aprovado por chamada pública⁴ para desenvolver pesquisa sobre sementes crioulas. De acordo com os relatos, a partir desse projeto houve maior inserção do IFS na RESEA, especialmente devido ao estreitamento de relações especialmente com a EMBRAPA, com o MPA e com o MST. As ações do projeto envolviam ações em parceria, como o plantio de adubação verde e avaliação, organização de reuniões e seminário sobre sementes crioulas, orientação e saídas de campo com os bolsistas, redação de artigos e relatórios. A coalizão de atores que compartilhem uma situação, metas, interesses ou valores, e que acordam perseguir cursos de ação social denomina-se ator coletivo (LONG, 2007). Esses atores são constituídos de maneira formal ou informal e organizados de forma espontânea ou estratégica e se caracterizam por padrão de relação coordenada (não há figura central, direitos recíprocos e retiram-se quando querem) ou centralizada (ocorre desequilíbrio nos intercâmbios, diferença no acesso à recursos e certo grau de controle e toma de decisão) (LONG, 2007).

A ideia de ator coletivo, é importante destacar que, ao operar, cada membro traz para a coletividade sua capacidade de perpetuar suas práticas adaptando-as, negociando com outros membros. E tal processo é feito com reflexividade em que os atores estão perfeitamente conscientes do que estão fazendo, ainda que as contingências e fatores imprevisíveis possam interferir nestes processos.

Em 2013, o CDJBC recebe um recurso financeiro, oriundo de edital de projeto, para fazer uma atividade em agroecologias em Sergipe e inicia a fazer reuniões para decidir sobre como utilizar esse recurso. A partir dessas reuniões, as pessoas identificaram que a riqueza do processo seria construir de modo coletivo, e o caminho para isso seria a retomada da RESEA. A ideia era fazer uma atividade em Sergipe sobre agroecologias e que teria como culminância o resgate da RESEA.

⁴ Chamada MCTI/MAPA/CNPq Nº 40/2014. Levantamento e avaliação participativa de variedades crioulas e de adubos verdes em territórios rurais de Sergipe.

No decorrer dessas reuniões, algumas pessoas foram se (re)aproximando, e durante os debates se percebeu que o III ENA estava próximo e que seria realizado no estado vizinho, na Bahia, na cidade de Juazeiro, em maio de 2014. Aparentemente, a realização deste evento serviu de motivação, como se apresenta na fala abaixo.

Na segunda ou terceira reunião, alguém falou que ia ter o III ENA, e que o pessoal estava no processo de mobilização e articulação através das caravanas [agroecológicas]. E a gente como é que fica? Não vamos ficar de fora não, vamos fazer uma caravana também. E aí surge a I Caravana Agroecológica e Cultura de Sergipe, em 2014, que foi uma pegada de rodar o estado e ver as experiências. A gente até produziu um documentário sobre essa caravana. Foram quatro dias viajando. Cada dia a gente visitava duas experiências, [...]. E aí o processo da Caravana foi um processo que deu um gás, porque conviver, viajar pra outra cidade criou uma dinâmica (Entrevista 1).

A Caravana Agroecológica e Cultura teve como objetivo inicial a preparação da delegação de Sergipe para participar do III ENA, tendo sido considerado um momento crucial e muito importante para a RESEA, na medida em que favoreceu a interação entre as pessoas. Justamente, este processo que leva a certo reavivamento da Rede, será tratado na seção seguinte.

3.1.1 “Oxigenação da rede”: as participações como prática social

A Caravana Agroecológica e Cultura consistiu em percorrer os quatro territórios do estado (Alto Sertão, Baixo São Francisco, Sertão Ocidental e Sul Sergipano), durante quatro dias, o grupo de membros da RESEA viajou junto para conhecer experiências agroecológicas. As experiências visitadas abrangeram: o plantio de mudas de hortaliças, que se destinam a comercialização em feira orgânica; o trabalho de um grupo de mulheres organizadas que confeccionam artesanatos a partir de uma planta nativa da região (taboa) e que produzem remédios fitoterápicos, cuja matéria prima elas cultivam em hortas medicinais. Também, tiveram destaque as visitas a experiências de inovações técnicas, aquelas relacionadas ao trabalho com os agricultores-experimentadores, destacando-se a tecnologia da cisterna calçadão (ver, Anexo A).

A Caravana saiu de Aracajú em direção à Estância e à Santa Luzia do Itanhý; no segundo dia, passou pelos municípios de Lagarto e Simão Dias; no terceiro dia,

e de integrar ações” (Entrevistado 5). A caravana agroecológica inaugura um novo período para a RESEA, este com maior integração entre as pessoas, o que começava expressar-se nas participações efetivas e mais membros. As pessoas passam a estabelecer relações entre elas, também promovendo muito mais encontros de experiências. Neste sentido, a inserção dos diferentes grupos representados na RESEA na organização da caravana agroecológica foi um fator relevante, porque, foi a partir do que cada um podia contribuir que as atividades da caravana puderam ser desenvolvidas.

Essa ‘divisão de tarefas’ pode ser exemplificada pela contribuição do IFS, que viabilizou o transporte, a ASA (através do CDJBC e da SASAC) e o MST organizaram as pessoas nas localidades de modo a receber a Caravana para conhecer as experiências agroecológicas das suas respectivas bases social, as reuniões de organização ocorreram na EMBRAPA, já, os recursos financeiros foram disponibilizados de forma pulverizada entre os grupos, mas em especial, pelo projeto de ATES do MST.

Os participantes vinculados ao MST foram atores importantes na trajetória de ações da RESEA. Os representantes do MST unificaram a demanda específica do movimento social - que se refere em atender e envolver agricultores em atividades devido aos serviços de ATES - com a demanda da RESEA de promover a caravana, que necessitava de experiências para serem visitadas. Assim, o MST juntamente com a ASA, disponibilizaram-se em fazer a interrelação entre a organização da Caravana (RESEA) e as iniciativas agroecológicas, cujo trabalho estava relacionado a estas duas organizações. Novamente, a participação dos agricultores foi importante no processo de dinamicidade da Rede. O trecho abaixo ilustra um pouco esta participação do MST, que ao princípio enfrentou dificuldades, mas que assumiu papel relevante na nova fase da RESEA.

Então, de 2011 pra frente, foi quando o MST começou a participar muito da RESEA, mas por iniciativas individuais: minha, da Maria e do Roberto que tínhamos certa influência dentro da ATES e alguns recursos do programa eram direcionados para ações da RESEA, como a caravana agroecológica. E tinha muito recurso da ATES. Então, assim, estava rolando a caravana, mas estava rolando uma lista de participação de agricultores que eram assentados de reforma agrária, e estavam fazendo na verdade um intercâmbio. Era intercâmbio que o MST estava ajudando. Então, funciona um pouco dessa maneira a participação do MST [na RESEA] (Entrevista 3)

A visitação às iniciativas agroecológicas, durante a Caravana, ocorreu também em locais considerados base social da ASA, o que parece ter gerado motivação para este grupo retomar a parceria com a RESEA. A fala reproduzida abaixo nos mostra esta tendência.

A ASA está desde o começo da RESEA, mas foi a partir de 2013 que a gente começa a contribuir mais efetivamente [...] disponibilizando áreas nossas para a realização de intercâmbios e da caravana em 2014. E daí a gente não parou mais (Entrevista 7).

O trabalho de Santos *et al.* (2015) avaliam os resultados da realização da Caravana Agroecológica e Cultural de Sergipe de 2014. Os autores afirmam que, para pesquisadores da EMBRAPA Tabuleiros Costeiros, um dos grandes resultados da caravana foi evidenciar a diversidade, a resistência e a criatividade das alternativas camponesas em Sergipe (SANTOS, 2015). Portanto, este contato direto com as experiências agroecológicas, de modo a evidenciar o que os agricultores estavam *fazendo*, serviu de elemento motivador para reiniciar a debater a importância da RESEA.

Depois do retorno da Caravana agroecológica para Aracajú, foi produzido material audiovisual⁵, que retrata as experiências vividas pelas pessoas que participaram da atividade. Este vídeo foi compartilhado entre os participantes no quinto dia, em um momento considerado de socialização na programação da Caravana, ocorrido na sede da EMBRAPA. Essa socialização, de acordo com os entrevistados, foi um momento das pessoas relatarem suas percepções da caravana e marcou a finalização do evento, considerado como uma 'ação agroecológica'.

Estes acontecimentos, então, marcam este início de uma nova fase da RESEA, que viria a ser marcada por maior interação entre os atores e consolidação da Rede. Isto significou, na prática, retornar reuniões para repensar a organização interna, com foco nos temas que passariam a ser discutidos com mais prioridade pelos membros.

A ideia central para facilitar a interação foi mobilizar os GTs, de modo que animassem os debates a partir de determinados eixos temáticos (GT produção do conhecimento, GT segurança alimentar, GT agrobiodiversidade, GT comunicação, GT

⁵ A ideia inicial era de apresentar esse material durante o III ENA, mas não houve espaço no evento para que isso acontecesse. Este material acabou não recebendo posterior tratamento, como edição ou pós produção, acabou ficando somente como arquivo da RESEA.

mercados, GT mulheres e GT povos tradicionais e comunidades indígenas). Essa estrutura de GTs demanda a organização de encontros, participação, comprometimentos e dedicação, considerando que o foco é estudar os diferentes temas de maneira a acumular conhecimento e informação para alimentar as discussões. Entretanto, os grupos da RESEA não têm conseguido dar conta dessa estrutura organizativa de GTs. De acordo com os relatos, cada grupo tem muitas tarefas acumuladas em suas bases sociais e acabam elencando prioridades, e com isso os GTs não tem feito parte dessas preferências. Uma exceção encontramos no caso do GT agrobiodiversidade, uma vez que este tem conseguido se reunir e fomentar o debate, especialmente, quando o tema são as sementes crioulas.

Teoricamente a RESEA tem o GT's, que na prática não funciona muito, apesar do GT de agrobiodiversidade estar mais consolidado. Mas acabou que as estruturas dos GT's não deram certo, não conseguiu se articular (Entrevista 5).

Apesar da estrutura organizativa em GTs aparentemente não ter funcionado como as pessoas esperavam, as ações em conjunto continuam a ser realizadas. Ou seja, a pouca dinâmica do trabalho nos GTs não impediu que outros processos fossem fortalecendo a existência da Rede. As observações indicam que as plenárias mensais têm sido espaços de discussões que têm proporcionado a criação de ações em conjunto entre os membros da Rede. Exemplo disso é a realização de outras duas caravanas agroecológicas, em 2015 e 2017⁶.

A Caravana Agroecológica e Cultura de 2015 foi organizada a partir de experiências agroecológicas em três territórios diferentes. No território Sertão Ocidental (municípios de Tobias Barreto, Poço Verde, Simão Dias e Lagarto) foram visitadas as experiências dos guardiões de sementes crioulas; de produção de hortaliças orgânicas, que são comercializadas em três feiras da região; da produção de cosméticos naturais derivados da palma e do leite de cabra; da casa de bolo, mantida por um grupo de mulheres; de permacultura, de produção de fitoterápicos, além de apresentação de grupos culturais locais para encerrar o dia. No território Sul Sergipano, foi conhecida a experiência das Mulheres Catadoras de Mangaba (MCM),

⁶ As Caravanas Agroecológica de 2015 e de 2017 quase não tiveram material documentado pela RESEA, o que prejudicou a reconstituição dessas ações. E durante as entrevistas houve apenas uma menção sobre a realização dessas duas caravanas. Os entrevistados sempre se referiam à Caravana ocorrida em 2014 como a de maior importância na trajetória da RESEA.

da produção de sementes crioulas, e da produção de adubo orgânico a partir do subproduto de fábrica de cerveja. E, no território Baixo São Francisco, foi visitada a experiência da Escola Agrícola Ladeiras, que envolve práticas agroecológicas (minhocario, composteira, casa de mel, reserva florestal, horta em forma de mandala e estufa de mudas) em seu projeto político pedagógico. Foram visitadas, também, as experiências de produção em horta coletiva, seguindo a programação, houve apresentação de grupos culturais locais, bem como, uma roda de conversa sobre o Rio São Francisco, suas transformações, problemas, potenciais e significados para o território.

A Caravana Agroecológica de 2017 é considerada, pelos membros da RESEA, como metodologicamente diferente, pois o trajeto percorrido foi diferente (região do baixo e alto sertão, e na região sul e sertão ocidental). O retorno foi marcado pela realização de uma grande feira agroecológica, que ocorreu na Praça Fausto Cardoso, região central da capital Aracajú, dando visibilidade à RESEA e à Caravana.

A fala abaixo expressa a diferença de objetivo das Caravanas de 2015 e 2017.

Essas caravanas [de 2015 e 2017] já foram em outra perspectiva: uma pega as experiências do Baixo e do Alto Sertão e a outra pega do Sul e do Sertão Ocidental que pega o agreste. Daí a gente volta pra Aracaju e termina com a feira cultural na praça Fausto Cardoso [praça no centro da cidade de grande circulação de pessoas]. E isso foi massa porque a gente conseguiu articular uma galera. E é bem interessante porque é nesses eventos que acontecem o emaranhado de contatos, das articulações é isso é sempre bom. As pessoas que participam que não tem contato assim direto vão conhecendo, se encantam, se aproximam. Algumas pessoas acabam chegando na RESEA, e quando ficam sabendo das coisas, querem participar, mas não significa automaticamente da organização que é uma parte mais difícil. Mas eu enxergo que cada vez [a RESEA] tem ganhado um corpo, está amadurecendo. Agora a gente só vai (Entrevista 1).

A caravana de 2017 estava inserida em um conjunto de atividades realizadas a partir da proposta da RENDA (Rede de Núcleos de Agroecologia do Nordeste) que estava buscando promover especificamente caravanas agroecológicas.

Sendo assim, as caravanas agroecológicas aparecem como ferramenta estratégica para diferentes fins (mobilizar, divulgação e evidenciar pessoas e *fazeres* em agroecologia) e que podem ser acionadas para dinamizar formas de participações na RESEA. Entretanto, como menciona o entrevistado a emoção e/ou encantamento

momentâneo após uma caravana não é suficiente para engajar as pessoas, tornando-as responsáveis e comprometidas com a RESEA ou com as ‘ideias agroecológicas’.

Assim, as participações na RESEA aparecem como uma prática em construção constante e isto parece ser o que mantém a Rede em funcionamento. Ou seja, vai ficando mais evidente que as participações se devem às formas variadas de interesse nas agroecologias.

3.1.2 “Juntos somos mais fortes”: a prática discursiva para alcançar objetivos

No contexto do período que se identifica como “oxigenação da rede”, ocorre, em 30 de outubro de 2015, o I Seminário Estadual sobre Legislação de Sementes Crioulas (Figura 3), que teve como objetivo reunir as experiências locais dos guardiões de sementes dos quatro territórios de Sergipe para propor uma política estadual de sementes.

Figura 3 - Seminário Estadual Sobre Legislação De Sementes Crioulas



Fonte: RESEA (2015)

O Seminário teve como tema “Semente: Patrimônio do Povo a Serviço da Humanidade” e trazia um questionamento para a discussão: “Que lei de sementes queremos para Sergipe?”⁷

Essa demanda de aprofundar o debate sobre as sementes havia surgido durante o seminário de planejamento da RESEA, ocorrido no início do mesmo ano, justamente foi o incentivo para a criação do GT de Agrobiodiversidade, que ficou responsável por encaminhar as discussões sobre sementes crioulas. Até esse momento, a SASAC e o CDJBC (ligados à ASA), o MPA, o IFS e o Núcleo de Agroecologia da EMBRAPA já vinham realizando ações individuais em torno das sementes crioulas.

No final do ano de 2014, o Movimento Camponês Popular (2014) se soma à RESEA, esta entrada parece ter sido bastante motivada pelo interesse em tratar a pauta das sementes crioulas, que era uma ação forte deste movimento junto a comunidades rurais em Sergipe. A fala abaixo expressa o interesse inicial do MCP em participar da RESEA.

A gente visualizou a RESEA, começamos a participar das reuniões, e entendemos que era importante tá ali, tá construindo aquele espaço. Na época tinha articulação pelos encontros de agroecologia, as caravanas, que depois lá na frente foi surgir a ideia do Plano Estadual de Agroecologia, da lei de agroecologia e da lei de sementes. Como a gente já tinha esse trabalho com sementes, nas comunidades, então casou. Daí, a gente achou que era prioritário essa articulação, de estar envolvido na RESEA. (Entrevista 11)

Apesar da temática das sementes crioulas ser uma discussão recorrente na dinâmica dos grupos que compõe a RESEA, foi com a entrada do MCP que esse debate foi fortalecido e acelerado. Ao fazer parte da RESEA, são os membros do MCP que passam a organizar e coordenar o GT de agrobiodiversidade com a função de estimular o debate, assumindo a frente da elaboração da política de sementes e da lei de agroecologia. O MCP se tornou uma referência dentro da RESEA quando o assunto é sobre a política de sementes crioulas. Durante as entrevistas, se observou que muitas pessoas se referiam ao MCP como o grupo responsável pela “luta” dando a eles certo grau autoridade para falar sobre o assunto. Os demais membros parecem, em certos momentos, terem assumido uma posição de espera, com a geração de

⁷ A elaboração da política de sementes crioulas e da lei de agroecologia pelos atores da RESEA será abordada na última seção do capítulo 4, quando serão discutidas as ideias sobre projetos heterogêneos.

expectativas sobre a possibilidade de benefícios para as bases sociais de cada organização representada na Rede.

O I Seminário foi importante para despertar um interesse mais evidente sobre a aprovação de uma política que atendesse aos interesses dos agricultores produtores de sementes crioulas. Essa temática foi sendo tratada de maneiras distintas, por exemplo, o IFS e a EMBRAPA assumiram o desenvolvimento de pesquisas sobre as sementes. A ASA, para além das capacitações sobre gerenciamento de recursos hídricos e manejo da água na produção de alimentos, inicia a trabalhar na direção de projetos de construção de 'casas de sementes', com a participação de agricultores. Como o MCP já havia desenvolvido projeto que visava a produção de sementes,⁸ juntamente com a ASA, inicia-se a distribuição de sementes crioulas de milho e incentivo ao processamento local do cuscuz.

Com isso o tema das sementes crioulas foi aos poucos tomando corpo para dentro RESEA, sendo, na atualidade, uma pauta central e que ocupa grande parte do tempo das discussões das plenárias mensais.

Tanto a pauta das sementes crioulas, da lei de agroecologia, e mais recentemente a organização do CBA parecem ter contribuído para unificar discursos e esforços na RESEA, estabelecendo um laço mais profundo entre seus membros. Os trechos abaixo contextualizam um pouco o entendimento dos grupos de participantes da Rede sobre a importância de *estarem juntos*.

[...] você estar organizado em uma rede e agroecologia é que você não tá sozinho. Não tá pautando as coisas sozinhas. Você tá vinculado com outros movimentos, então você consegue pensar pautas comuns pra buscar formas de pressionar o Estado. E na RESEA você não tem só movimentos. Você tem algumas estruturas que são estruturas do Estado também, como a UFS, a EMBRAPA, e o IFS. Então, a partir disso, você consegue ir articulando trabalhos junto com os agricultores, projetos, que você pode ir desenvolvendo na base pra poder fortalecer, não só do ponto de vista político, mas também do ponto de vista prático a agroecologia nas comunidades. E a RESEA se focou muito no CBA agora, que também foi uma coisa importante (Entrevista 11).

[...] todos esses grupos são uma fortaleza. São vários grupos na mesma pauta, que é a agroecologia. Além das experiências agroecológicas a agente precisa fazer também enfrentamento ao agronegócio. E vários movimentos juntos é uma maneira de nos fortalecer, juntos somos mais fortes (Entrevista 6).

⁸ Este projeto do MCP será apresentado no capítulo 4 desta tese.

A expressão “juntos somos mais fortes” apareceu em diversos momentos, tanto nas entrevistas individuais, como nas plenárias mensais. Esse discurso de união pelas agroecologias, de *lutar* juntos, pode ser compreendido como elemento de ligação entre os participantes, o que pode ser visto parte da prática da participação em si. Mas, foi durante a organização do Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA), em 2018 e 2019, que ficou mais claro a noção de união entre os membros para atender uma demanda específica da RESEA.

A articulação para que a RESEA assumisse a organização do CBA inicia em 2015, com a entrada de um pesquisador da EMBRAPA Tabuleiros Costeira na Associação Brasileira de Agroecologia (ABA).

A gente participou do Congresso Brasileiro em Belém [2015], e Sergipe já estava começando a aparecer e dentro da Diretoria da ABA, porque Dinho é convidado. E isso foi um ponto importante. E nas conversas de bastidores. E aí, em 2017, no processo de preparação do CBA, uma das reuniões a gente brincando, a Rafa perguntou: e o próximo CBA?? Cadê? Por que Sergipe não pega? E aí a gente vai para o congresso com essa indicação, mas com outra perspectiva: não seria uma coisa de Sergipe, mas do Nordeste sediada em Sergipe (Entrevista 1).

A articulação para realização do evento foi impulsionada pela EMBRAPA, que conduz, assim, a pauta da organização do CBA junto à RESEA. A decisão sobre a organização do CBA não teve uma aderência imediata dos diferentes membros, havendo receios sobre as condições da Rede para preparar o evento. O acompanhamento de muitas atividades que precederam o Congresso, mostrou que não havia uma perspectiva unitária a respeito de qual seria o retorno político do CBA para a RESEA, ou mesmo, para cada organização representada na Rede. Em outras palavras, uma vez mais se identifica que os atores vão construindo expectativas diferentes.

A fala abaixo deixa à mostra como o interesse de cada grupo vai emergindo no processo; como surge o sentimento de utilizar o CBA como um momento para ampliar o debate sobre as questões específicas.

A gente está ajudando a construir o CBA, a gente tá firme nessa construção, mas a gente teme que esse CBA não tenha espaço pra gente apresentar as pautas do campo (Entrevista 6).

Nesse trecho da entrevista do MPA, se percebe que o movimento é estimulado a participar da organização do evento para dar visibilidade e debater suas pautas, entre as quais se destaca o enfrentamento ao agronegócio.

Outra expectativa em relação ao CBA é a da EMBRAPA, que coloca esforço em evidenciar as ações locais em agroecologia dos territórios. No trecho a seguir, a entrevista mostra a preocupação no Núcleo de Agroecologia em dinamizar as experiências dos territórios a partir do CBA.

O CBA está sendo uma grande contribuição para o estado de Sergipe porque é um processo. É interessante pensar como que eu mobilizo meu território para o CBA. Não para participar do congresso. Mas quais ações a partir dessa movimentação do CBA eu consigo promover, provocar lá onde eu atuo? (Entrevista 5).

Durante a organização do CBA a EMBRAPA realizou uma oficina, durante a qual se expressa a diversidade dos interesses envolvidos na organização do evento. Participaram representantes de cada uma das organizações que compõem a RESEA, o foco era identificar o que cada um desses membros gostaria de inserir na programação do evento. Os membros ao trazerem para o debate nessa oficina os seus interesses na programação evidenciam suas expectativas, que são diferentes entre si. Como exemplo dos resultados dessa oficina, está a decisão consensual de inserir a apresentação de grupos culturais locais, uma mesa redonda sobre a experiência da lei estadual de agroecologia e, ainda, uma apresentação da trajetória da própria RESEA.

Entretanto, o CBA também representou um produto das ações agroecológicas do Sergipe, especialmente como resultante do adensamento da RESEA. Abaixo, a entrevista aponta uma perspectiva a respeito da organização do CBA pela RESEA.

A construção do CBA ocorre fundamentalmente pela representatividade da RESEA na pauta da agroecologia dentro do estado e de sua visibilidade. Acho que é um dos poucos estados que tem uma rede de agroecologia estadual. Primeiro CBA no Nordeste, acontecendo em Sergipe. É um desafio, mas a gente sabe também que isso acontece muito dentro da nossa atuação na RESEA. [...]. A construção do CBA é a grande devolução do acúmulo da RESEA (Entrevista 10).

Nesse trecho, se observa que sediar o CBA representou um reconhecimento da RESEA frente ao cenário agroecológico nacional. Ou seja, há um sentido de existência da Rede graças às relações tecidas ao longo do tempo, e como exemplo associa-se a capacidade de organizar evento científico em agroecologias.

Já, para o IFS a organização do CBA acabou por representar a ampliação de espaço para participação dos estudantes de graduação do curso de agroecologia do Instituto.

Agora na organização do CBA, e em vários momentos os estudantes foram chamados para participar da RESEA. Vários estudantes que se formaram também, egressos do curso, participam da RESEA, da forma deles. Então assim, os estudantes eles foram convidados, teve um dia que a gente até foi lá pra fazer uma sensibilização, pra visualizar onde cada um poderia estar participando (Entrevista 9).

A maior participação e reconhecimento do IFS na RESEA é uma narrativa constata das entrevistadas representantes deste grupo. E o CBA foi um evento que gerou certa expectativa em relação à essa ampliação de participação. Entretanto, isso não aconteceu. A fala a seguir expressa as dificuldades de inserção dos representantes do IFS na organização do CBA.

Os estudantes não se sentem muito incluídos não. Eles têm dificuldade de se inserir. Então eles vão para as reuniões, e aí acabam se afastando. Os estudantes que colocaram o nome pra participar [da organização do CBA] em algumas comissões acabaram não sendo integrados (Entrevista 9).

Então, apesar da tentativa de maior inserção de estudantes do IFS na RESEA foi observado que há uma barreira para essa participação. Assim, é importante destacar que a união dos grupos para atingir uma meta – como a realização do CBA – é marcada também por descontentamentos.

O CBA pode ser associado a uma janela de oportunidade⁹ em que os grupos inseriram suas pautas, aproveitando o momento favorável de conjuntura da Rede. Seus membros consideraram favorável o evento, na medida em que todos estavam colaborando mutuamente para a realização do Congresso, mesmo que com interesses diversos.

⁹ Janela de oportunidade se refere às oportunidades políticas em curto prazo, e que após um tempo (semanas, meses) as atenções se voltam para outra coisa, e a janela se fecha (JASPER, 2016, p.40).

Por fim, vale mencionar que, durante a organização do CBA, houve aproximação de movimentos organizados em Sergipe, tais como MMTR (Movimento da Mulher Trabalhadora Rural), MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), MOPS (Movimento Popular da Saúde) e São Francisco Vivo, com a finalidade de contribuir com a organização do evento. Esses movimentos não haviam participado da dinâmica da RESEA até aquele momento. Essa aproximação veio a expressar a ampliação dos atores que participam na Rede, o que é um fator positivo pela natureza mesma de uma articulação como a RESEA.

De modo a sistematizar graficamente a trajetória da RESEA é apresentada a seguir a linha do tempo da trajetória da RESEA (Figura 3).

Figura 4 - Linha do tempo da trajetória da RESEA



Fonte: elaborada pela autora (2020).

A trajetória da RESEA, da sua emergência passando pelo momento de retração e reinício, chegando na organização do CBA é caracterizada por diferentes formas de participações dos seus membros. Essas participações são marcadas por interesses e pautas próprias, igualmente, por compromisso assumido com o grupo como um todo e por oportunidade de ampliar espaço político.

No entanto, estas construções de ações em interfaces de diferentes mundos de vida, e em interfaces de diferentes conhecimentos geram a necessidade de entender e propor modos de ação coletiva que captem o desafio dos encontros de diferentes atores, de forma a identificar potencialidades. É assim que a próxima seção

desenvolve alguns aspectos que se referem a desdobramentos da ideia de comunidade de prática como aporte metodológico emergente.

3.2 APONTAMENTOS PARA UM ROTEIRO METODOLÓGICO

Valoriza-se, nessa tese, a noção de ‘comunidade de prática’ (WENGER, 1998; 2002; 2012) como roteiro metodológico para estudar os casos de organizações com foco na agroecologia. A RESEA como um locus de diálogo e de articulação entre atores sociais que ‘praticam’ agroecologias representa um caso em potencial para essa proposta de estudo.

Buscou-se, nesse capítulo, compreender quais elementos mantêm os grupos unidos (domínio); se é expresso algum grau de companheirismo, confiança e ajuda mútua entre eles (comunidade) e, ainda, se as pessoas se capacitam a partir dos diferentes repertórios e práticas trazidos pelos membros para ‘dentro’ da RESEA (prática). Para isto, o foco esteve nas participações dos diferentes atores sociais na trajetória da RESEA, desde sua emergência até culminar com a organização de um congresso a nível nacional.

Como desenvolvido anteriormente (capítulo 2), domínio, comunidade e prática se articulam para constituir uma comunidade de prática. Uma comunidade tem identidade definida por um domínio de interesse compartilhado e estar juntos na comunidade significa certo compromisso com esse domínio e, portanto, uma competência compartilhada. Ao perseguir seu interesse em seu domínio, os membros participam de atividades e discussões conjuntas, ajudam-se mutuamente e compartilham informações. E com isso constroem relações que lhes permite aprender um com o outro. E a prática diz respeito às pessoas da ‘comunidade’ serem praticantes (e não apenas terem interesse), em que eles desenvolvem um repertório compartilhado (experiências, repertórios, histórias, ferramentas) e que permite a sua auto capacitação (WENGER, 2012).

No que tange ao **domínio**, identificou-se que os engajamentos na RESEA têm sido fortemente influenciados por interesses e perspectivas em relação à demandas e metas dos grupos, tais como: ações em sementes crioulas, organização do CBA, busca por edital de financiamento em projetos (como, por exemplo, o ECOFORTE). Ou seja, o adensamento da Rede tem ocorrido pelo emaranhado de relações (incluindo as idas e vindas de atores) que acabou também ampliando a capilaridade

da RESEA no Sergipe, exemplificado pelo aumento de organizações representadas por membros na Rede.

Sobre o domínio, identificou-se que a RESEA gerou uma competência compartilhada (uma identidade) entre seus membros, que pode ou não ser reconhecida pelos foras 'de fora'. Essa competência se refere ao conhecimento produzido sobre os caminhos a ser percorrido até chegar na elaboração/condução/aprovação da legislação de agroecologia (detalhada no capítulo 4). Nesse sentido, há um interesse partilhado que motiva as pessoas interagirem 'na comunidade'.

Mesmo que ocorram momentos de afastamento de membros, estes não deixam de *fazer suas* agroecologias. Então, a qualquer momento, a partir do seu interesse e das oportunidades, eles podem acionar parcerias dentro da RESEA. Ou seja, compor a RESEA não se refere necessariamente que as pessoas estão participando presencialmente das reuniões. As ações, projetos, iniciativa movidas pelas organizações que têm representantes na RESEA acabam sendo considerada parte da ação da Rede, independente do contato 'face a face'. Autodeclarar-se pertencente à RESEA tem sido suficiente para que alguém ou um grupo seja visto como parte da Rede. Esta, talvez, seja uma das implicações mais relevantes identificadas pelo trabalho. Na medida em que a própria ideia de 'rede' já não é totalmente representante dos processos sociais que ligados às agroecologias em Sergipe, tomando especificamente o caso estudado. Aquilo que pode ser visto como um problema, e mesmo como uma controvérsia interna, como é o caso das reuniões sempre na capital, finalmente, pode gerar potencialidades de caráter territorial, antes, inesperados. De certa forma, a fala abaixo dá indicações para esta observação.

As reuniões se concentram em Aracajú, e a nossa sede não está concentrada em Aracajú e a gente considera que isso não é uma coisa legal porque é um custo de deslocamento e alimentação para participar das reuniões. Mas a gente continua fazendo, colaborando, e não fazemos parte das reuniões e nem do núcleo diretivo (Entrevista 10).

Recentemente, as ações em torno das sementes crioulas têm potencializado as permanências dos membros na RESEA, pois atualmente há uma meta em comum que se refere à regulamentação da lei estadual de agroecologia, e que tem impacto direto na compra de sementes crioulas dos agricultores locais. Ou seja, as sementes

crioulas aparecem como uma materialidade importante que aparentemente têm mantido a RESEA (isto será aprofundado no capítulo 4 da tese).

Para alguns grupos, o fato de estarem juntos enquanto existem recursos e oportunidades aparecem de modo mais claro. O trecho da entrevista mostra um pouco sobre o entendimento de alguns grupos sobre o elemento que unifica e sustenta as relações na Rede.

Na verdade, foram os projetos financiados que nos mantiveram juntos. E a gente não vai ter mais esses projetos. Então, a gente não sabe como vai ser a sustentação dessas relações. A gente teve financiamentos tanto do Inbra, SEFAC, CNPQ. Então, eu vou ter que buscar outras parcerias com quem faz extensão [rural]. Porque nós não temos condições de desenvolver, assumir um processo de extensão rural. A gente não tem uma logística que permite isso. Agora, a gente tá tentando fazer uma parceria dessa natureza com o governo do estado, que se sair vai ser interessante pra nós resolver essa questão da extensão (Entrevista 9).

Em vários momentos, é possível identificar que os grupos têm interesses específicos em relação a sua permanência na RESEA. Assim, a área de interesse para a definição da RESEA ocorre a partir das demandas, necessidades, interesses e oportunidades de cada organização/grupo. A análise parece indicar que um dos aspectos que confere fragilidade à RESEA tem sido a dependência de recursos financeiros como elemento chave na manutenção e/ou animação do interesse na participação. Buscar por outras parcerias não rompe efetivamente com a RESEA, mas fragiliza o engajamento entre os atores pela redução na participação.

Associado ao ‘domínio’ está noção de **comunidade** que está vinculada às relações estabelecidas e no sentimento de pertencimento. No caso da RESEA se pôde observar tais relações na primeira etapa de emergência da RESEA (2006-2013) com a idas e vindas dos atores; na realização da caravana agroecológica, em 2014, em que os grupos contribuíram de formas diferentes (garantia de ônibus para os participantes, disponibilização das experiências a serem visitadas, realização de feira no final do evento); e ainda na construção da prática discursiva de “juntos somos mais fortes”, em que os grupos destacaram a importância de estreitar relações para se auxiliarem com certo grau de confiança e entendimento. Por outro lado, observou-se que nem todos os grupos se sentem incluídos na dinâmica da RESEA, gerando um sentimento de exclusão.

Por mais que as pessoas se aproximem porque trabalham em agroecologias, ou são ideologicamente relacionados a princípios preconizados pelas agroecologias, não quer dizer que o companheirismo e a amizade façam parte das relações. A união em torno das agroecologias pode passar por outros valores tais como atingir metas específicas, que, como os resultados da pesquisa indicam, podem ir de obter recursos para projetos próprios até ganhar visibilidade políticas para pautas específicas (eventualmente corporativistas). No caso da RESEA, o discurso de estarem juntos e unificados para fortalecimento das suas “lutas” é comum, entretanto, na jornada das empreitadas são gerados tensionamentos e desconfortos entre as pessoas. A falta de consenso ao assumir a organização do CBA é um exemplo que pode contribuir para compreender dificuldade de alinhamento completo e constante entre os diferentes atores.

Agora na organização do CBA, e em vários momentos os estudantes foram chamados também pra participar da RESEA. Só que eles não se sentem muito incluídos. Eles têm dificuldade de se inserir. Então eles vão para as reuniões, mas acabam se afastando. E ficou bastante cansativo essas reuniões, meio sem foco. Tem problemas sabe, de grupo fechado dentro da RESEA. A gente se sente assim como se eles fossem um ‘primo pobre’. Ai quando vai incluir alguém, algum acesso pra alguma coisa nunca é alguém do IFS. Os educadores que têm foco no trabalho da agroecologia não conseguem agregar [no CBA] não conseguem se colocar em nenhum espaço. Isso é ruim porque acaba que o pessoal tenta contribuir com o CBA, mas não consegue. E fica a impressão que é uma ‘grande família’. Sinceramente, eu vou repensar a partir desse CBA a participação na RESEA. (Entrevista 9)

Tem uma galera [na RESEA] que é muito da parte da infraestrutura/logística e sabe que isso [o CBA] é muita responsabilidade. Então eu fui uma das pessoas que falei que não. Mas se o grupo disser que sim, eu vou ter que assumir, mas é muito trabalho. Eu sabia que muita gente ia escapulir. (Entrevista 1)

Não se trata de afirmar que os laços de amizade e companheirismo não existem, no entanto, é necessário identificar até que ponto eles são mobilizados discursivamente para dar uma ideia de coesão total. O consenso, a coesão são aspectos que podem levar a equívocos em termos de entender os processos emergentes das relações sociais. Criar uma aparência de unidade em torno de uma ‘causa’ agroecológica, não necessariamente ajuda a aprofundar o entendimento da amplitude de consequências e efeitos das articulações estabelecidas a partir de tal ‘causa’. É assim que nas alianças e parcerias, como algumas estabelecidas para viabilizar a realização do CBA, são observadas tensões e discordâncias.

Nesse sentido, a noção de ‘comunidade’, nas iniciativas agroecológicas, precisa considerar as interfaces em que os atores acionam seus conhecimentos para negociar os encaminhamentos dados, além de identificar que se mantém diferenciações hierárquicas e nas relações de poder entre a diversidade de atores que constituem o campo agroecológico. As negociações são constantes, porque o consenso, a confiança e a ajuda mútua parecem subjacentes à ideia de ‘comunidade’, no entanto, são processos que dependem de relações que estão em constante transformação e negociação.

Finalmente, sobre o terceiro elemento constituinte de Comunidade de Prática que se refere à **prática**, no caso da RESEA, aparece como uma característica que está em constante re-construção. Foi observado que processos de aprendizagem e capacitação estão correlacionados à participação das pessoas. E essa participação ainda é uma prática não constante e homogênea dentro de Rede. Os atores consideram que *aprendem* quando participam juntos de algum acontecimento, tais como o diálogo constante nas plenárias, a participação em projeto e a organização do CBA. Nas falas abaixo se identifica isso de modo mais claro.

Eu vejo que só o fato da gente estar ali sentado naquela roda e bater uma conversa a gente já aprende muito, e esse aprendizado com o outro, no coletivo é uma coisa fascinante. E quando se está junto há maiores chances de conquistar determinadas pautas. (Entrevista 2).

A questão da inscrição em um edital, e isso nunca tinha acontecido aqui em Sergipe, para trabalho em rede. Foi o ECOFORTE. A gente até passou de fase, mas não conseguimos lograr êxito. Mas foi uma experiência muito boa porque envolveu a diversidade da RESEA e a gente conseguiu escrever o projeto de forma coletiva, com a participação de todos. Então foi aprendizado a questão do ECOFORTE (Entrevista, 9).

No caso do grupo que eu represento hoje, os processos de construção democrático, dessa forma que tá sendo feita, é uma coisa que a gente tá aprendendo. Eu estou aprendendo, então eu acho que esse processo de construção dos eventos, os projetos sempre muito compartilhados, sempre muito conversado, dialogado, é uma coisa que acrescenta muito pra cada grupo. Essas formas horizontalizadas de construção. (Entrevista 4).

Nessa perspectiva, a participação efetiva dos membros como prática social aparece intrínseca ao processo de aprendizagem, e este aparece de muitas formas (na prática de encontros mensais, na elaboração coletiva do projeto para o edital ECOFORTE, e no entendimento/construção das relações democráticas). Dito de outra

forma, o envolvimento das pessoas na RESEA é o motor para os processos de aprendizagem.

O conhecimento é gerado e transformado, não no abstrato, mas nas contingências e lutas cotidianas que constituem a vida social. É resultado das interações, negociações, interfaces e acomodações que ocorrem entre os diferentes atores. As realidades múltiplas significam e implicam diferentes racionalidades para os atores contidos em um contexto ou arena. São esses encontros e interações de conhecimento que geram conhecimento localmente situado (LONG, 2007).

Na RESEA, a participação como prática social, é uma combinação de heterogeneidades de atores, de interesses, de conhecimentos, pode ser analisada como um processo de aprendizagem, porque é uma prática central na dinâmica da entidade.

A abordagem teórica de comunidade de prática tem como ponto favorável o foco nas pessoas propondo que elas aprendam umas com as outras, promovendo o desenvolvimento pessoal e a ajuda com os seus desafios, e ainda não são limitadas à estruturas formais, permitindo o estabelecimento de conexões entre as pessoas para além de fronteiras (WENGER, 2002). Enquanto limitações, a abordagem ainda não foi suficientemente desenvolvida, pois não incorporou as divergências e os possíveis tensionamentos entre as pessoas da 'comunidade'.

A emergência e sustentação da RESEA se deram a partir de diferentes participações, em momentos diferentes, em que os grupos, aparentemente, mantiveram certos laços de ajuda mútua para vencer desafios. Eles se aliaram em uma iniciativa agroecológica adensando as relações no estado. Quanto aos aprendizados, estes estão calcados na participação efetiva nas práticas da própria Rede (reuniões, caravana, seminário sobre sementes crioulas). Ao mesmo tempo, existem interesses e entendimentos diferentes, mas que não impediu a continuação da Rede. Assim, a abordagem de CdP contribui para analisar organizações que se juntam para propor, defender e praticar a agroecologia com foco nos *fazer*es dos atores.

4 AS SEMENTES CRIOULAS E A RESEA: PRÁTICAS, INTERFACES E ARENAS

Um argumento central nesta tese é o de que a agroecologia pode ser entendida como um conjunto de práticas sociais geradoras de potencialidades de transformação de capacidades políticas, de produção de conhecimentos, de inovações sociotécnicas e outros processos associados. Na dinâmica da RESEA, é a partir das múltiplas práticas que os atores ativam diálogos e estabelecem relações diversas, fazendo emergir uma intencionalidade, até certo ponto, compartilhada pelos seus membros.

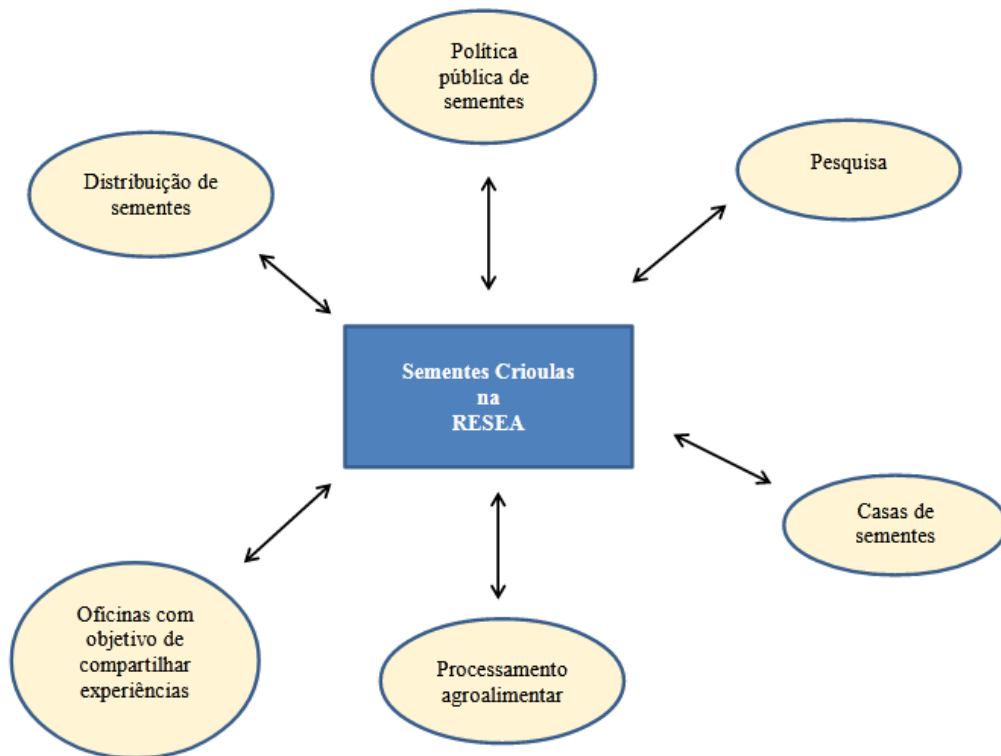
Este capítulo se concentra em apresentar e analisar uma destas ‘práticas emergentes’ surgida no interior da RESEA. Acompanhando as atividades da Rede, ficou bastante evidente que as temáticas envolvendo as sementes crioulas¹ passaram a ocupar tempo e atenção nas discussões entre os membros. Interessante notar que, associado ao tema das sementes crioulas, também emergem outros processos relacionados, por exemplo, à capacidade de imaginação das pessoas em articular processos, e ainda a perspectivas de melhorias de condições para os agricultores das bases sociais das organizações que compõe a RESEA. Em outras palavras, são as práticas em torno das sementes crioulas que, aparentemente, têm estimulado o engajamento de vários dos atores na RESEA após sua retomada em 2011.

Quando o assunto são as sementes crioulas, fica bastante evidente que cada um dos membros da Rede vislumbra e trata o tema de forma diferente, é assim que há grupos que trabalham os aspectos da pesquisa agronômica, outros se ocupam da distribuição de sementes crioulas e da ampliação de casas de sementes, ainda, há outros que estão mais preocupados em capacitar os agricultores, neste sentido, têm sido organizados ‘oficinas de formação’ (como mencionado no capítulo 3, são trabalhados temas como gerenciamento de recursos hídricos, manejo da água e sementes crioulas) com objetivo de promover a agroecologia entre os agricultores. Nessas oficinas há troca de experiências entre as pessoas, ou seja, se valoriza o compartilhar de conhecimentos. A ilustração abaixo (Figura 4) traz um breve esquema

¹ Existem vários trabalhos sobre definição, práticas, significados, fluxos a respeito de sementes crioulas. Neste trabalho sementes crioulas se referem às variedades locais, e que podem assumir diferentes funcionalidades na vida das pessoas (produção agrícola, resistência política, alimento). Para Zeven (1998) as sementes crioulas não podem ser confundidas com as sementes cultivadas pelos centros de pesquisa porque estas apresentam unidade taxonômica delimitada por um atributo particular ou por uma combinação de atributos claramente distinta, uniforme e estável.

que resume as diferentes ações postas em marcha pelos distintos grupos que participam da RESEA.

Figura 5 - Representação das ações dos grupos da RESEA em sementes crioulas



Fonte: elaborado pela autora (2020).

4.1 AS SEMENTES CRIULAS NA RESEA: PRÁTICAS E ATORES

Seguir o tema das sementes crioulas acabou por favorecer a entrada da pesquisa na RESEA, de forma a explorar as práticas levadas a cabo pelos atores. Na ‘prática da pesquisa’, foi durante a participação nas reuniões que foi ficando evidente que a pauta das sementes crioulas sempre ocupa um momento de destaque nas discussões. Tal momento se caracteriza por certa expectativa, já que se configura por alguns dos representantes dos grupos aguardando por notícias sobre o andamento de ações em conjunto, por exemplo, algumas das ações que envolviam o representante da RESEA na Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural (SEAGRI). Isso decorre porque o representante da RESEA na SEAGRI alimenta a Rede com informações sobre o andamento da tramitação da lei de agroecologia no orçamento público.

A pesquisa também revela que é possível distinguir dois conjuntos de membros da RESEA atuando em favor das ações com sementes crioulas; há os “articuladores políticos” e os “atuantes na ponta”. Os “articuladores”, em geral, são aqueles que reúnem a informação, encontram alguma maneira de compartilhá-la com o restante dos participantes, mas também, são os que acabam se encarregando de influenciar o fluxo de eventos e de falar em nome da RESEA. Os “atuantes na ponta” englobam, além dos agricultores, outros atores que têm sua atuação mais ligada à assistência técnica e extensão rural (estatal ou não), embora, também haja alguns relacionados à pesquisa. Sem dúvida, se percebe que há um esforço de atuação coletiva, no entanto, existem atores que se posicionam de forma a dar direcionamentos, e esta influência que, em geral é exercida pelos “articuladores”, nem sempre, é bem compreendida e aceita por todos. Neste sentido, era perceptível alguns desconfortos gerados para dentro da Rede. Em uma das entrevistas, ao tocar neste assunto, um dos interlocutores menciona: “*tu sabes, a RESEA não era pra ter chefe, mas tem!*”.

Durante o tempo de convívio com os membros da RESEA, foi possível observar que há formas diferentes de perceber a importância das sementes na vida das pessoas e como elas acabam fazendo parte de interfaces entre os distintos atores. Essas diferenças geradoras de encontros tanto harmoniosos, como contenciosos são descritas e analisadas a seguir.

4.1.1 Os articuladores políticos da RESEA para as sementes crioulas

Considerando o grupo dos articuladores políticos da RESEA que tratam da temática das sementes crioulas, se pode identificar que vários deles são membros que atuam pelo MCP, pela EMBRAPA e pelo MST.²

O MCP é um grupo de atuação recente em Sergipe. Ingressaram com atuação no estado no final do ano 2014, buscando de imediato construir sua base social a partir do trabalho com sementes crioulas. Note-se que este era um tema já trabalhado e operacionalizado por esse movimento no estado de Goiás. De acordo com os entrevistados, o trabalho inicial do MCP, em Sergipe, foi a produção e distribuição de

² A atuação dos membros que pertencem ao MST, mesmo que não tenham oficialmente sua participação designada pela direção do estadual do movimento, tem ocorrido a partir da inserção destes atores na CEAPO (Comissão Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica), que é um espaço político que trata das questões relacionadas à Lei Estadual de Agroecologia. Isto será tratado na última seção desse capítulo.

sementes crioulas entre os agricultores de modo a mobilizar o debate sobre autonomia camponesa.

O MCP conseguiu operacionalizar, em Sergipe, o PAA sementes e com isso começou a distribuição na região conhecida por “sertão sergipano”. Essas sementes vieram de outros estados uma vez que não havia sementes crioulas locais o suficiente para atender o PAA. A partir dessa ação o MCP ampliou e também consolidou sua atuação em sementes crioulas junto aos agricultores locais.

Iniciada a distribuição, a direção do MCP passa a perceber que as sementes crioulas se mostravam como um caminho para potencializar seu trabalho em Sergipe. Por exemplo, com este processo eles passaram a ampliar seus contatos no estado, o que parece ter contribuído para a formação de sua base social.³ A fala abaixo, nos dá um pouco desta dimensão da importância deste trabalho para a consolidação do movimento no estado.

Nós, enquanto movimento, a pauta da agroecologia é o nosso projeto para o campo, e desde o começo, a gente dialoga com as comunidades em torno disso [a importância das sementes crioulas]. No começo a gente não tinha muitas experiências. Na verdade, ainda estamos em processo de consolidação de algumas experiências, porque nós somos recentes aqui no estado, faz pouco tempo que estamos aqui. Mas a principal coisa que nós estamos construindo é a questão das sementes crioulas. E já conseguimos avançar estando na RESEA (Entrevista 11).

Em paralelo a esse trabalho de distribuição, implementado através do PAA sementes, o grupo de atuação ligado ao MCP foi fazendo um trabalho com agricultores em diferentes localidades do interior do estado de forma a iniciar a produção local de sementes. Conforme esse trabalho foi aumentando, surgiu a ideia do processamento de cuscuz a partir do milho crioulo. O cuscuz é uma farinha flocada, processada a partir da produção local de grãos de milho e que vem sendo feita sob a responsabilidade organizacional do MCP (Figura 7). Essa produção de cuscuz a partir de variedades de milho crioulo expressa a ampliação das ações do MCP no estado, o que contribui para lhe conferir maior visibilidade e consolidação política no estado do Sergipe.

³ Considera-se base social as pessoas que compõem o movimento social.

Figura 6 - Farinha de cusuz de milho crioulo

Fonte: Expressão sergipana (2017)

As sementes crioulas podem assumir um caráter de vitalidade, que se manifesta na capacidade destas sementes de fomentar práticas, mobilizar afetos, de conectar pessoas, coisas e lugares, criando raízes e ampliando seu espaço de circulação, de materializar memórias e histórias, produzindo novas narrativas e performances (LOPES; SCHMITT; VASCONCELOS, 2018).

No caso do MCP em Sergipe, foi ficando bastante claro que as sementes crioulas foram relevantes para mobilizar maior protagonismo político, por exemplo, através da ampliação da sua base presença e visibilidade junto aos agricultores. De certa forma, a participação do MCP na RESEA representa um pouco essa ampliação de sua base social em Sergipe, expressando a capilaridade do trabalho deste movimento em agroecologia. Os trechos de entrevista, reproduzidos abaixo, atestam este processo.

No começo a gente não tinha muitas experiências consolidadas. Na verdade, ainda estamos em processo de consolidação de algumas experiências, porque nós somos recentes aqui no estado. A principal coisa que nós estamos construindo é a questão das sementes crioulas. Já conseguimos avançar, em articulação com a RESEA aprovamos a lei da agroecologia, aprovamos a lei de sementes, e a compra de sementes pelo governo do estado (Entrevista 11).

O fato do MCP, desde sua inserção na RESEA, promover ações com sementes crioulas contribuiu para adensar a existência do próprio grupo no estado do Sergipe.

Essa existência perpassa não somente pela produção agrícola, mas pela visibilidade do MCP na qualidade de ator social em agroecologias.

Em Sergipe, já existiam experiências com sementes crioulas antes dos trabalhos do MCP, um dos exemplos é a atuação de alguns pesquisadores da EMBRAPA, seja pelo trabalho de experimentação científica (inerente à função da própria instituição) ou pela capacidade de articulação dos pesquisadores com o tema e com outros atores. Também, se deve registrar que a empresa conta com disponibilidade de infraestrutura, o que facilita o trabalho. O trecho de entrevista, reproduzido abaixo ilustra esta atuação dos pesquisadores ao mesclar pesquisa com processos de articulação com outros atores.

Teve um trabalho nosso [EMBRAPA] com o MCP que foi um campo de multiplicação de sementes, e teve um processo de seleção massal de sementes.⁴ E, no campo, de forma participativa com os agricultores, não é no laboratório. É muito bacana, porque depois gera discussões que não é só técnica (Entrevista 5).

Um dos projetos desenvolvidos dentro da EMBRAPA, por um dos membros do Núcleo de Agroecologia, envolveu uma pesquisa participativa no estado da Paraíba, região da Borborema e do Cariri (semiárido), com objetivo de resgatar as variedades de sementes crioulas. O foco da pesquisa recaía sobre uma investigação sobre o rendimento agrícola das sementes crioulas em relação às sementes convencionais.⁵ A partir dessa pesquisa, os pesquisadores buscaram fortalecer as casas de sementes do estado da Paraíba, em parceria com a ASA e com CONAB. Esta experiência desencadeia, na EMBRAPA Tabuleiros Costeiros, a realização de experimentos comparativos entre sementes crioulas e variedades comerciais, além da participação de mais um pesquisador na RESEA.

Na temática das sementes crioulas, a EMBRAPA inicia sua atuação de modo mais direcionado, na RESEA, a partir do Seminário sobre Legislação de Sementes Crioulas, organizado em 2015 (conforme citado no capítulo 3). Este seminário foi um

⁴ Seleção massal é uma técnica utilizada para selecionar plantas a partir das suas características fenotípicas. É utilizada pelos agricultores quando eles escolhem as melhores plantas para dar origem à geração seguinte. A seleção massal é considerada o procedimento mais antigo em melhoramento genético (ABREU, 2010).

⁵ Como curiosidade, se pode registrar que dito experimento acabou por registrar que os rendimentos foram equivalentes, com tendência de rendimento superior para o milho crioulo nas condições do semiárido.

marco no que se refere ao debate sobre legislação para as sementes crioulas. A ideia que começa a ser mobilizada, com o começo do debate sobre uma política específica, era a de criar bases para implementar uma política que favorecesse os agricultores sergipanos que utilizam as sementes crioulas.

A pesquisa revelou que, vários dos entrevistados atribuem bastante importância a esse seminário, considerando que a atividade abriu a possibilidade de agricultores, pesquisadores e movimentos sociais promoverem um diálogo sobre a situação das sementes crioulas no estado. Aqui, o destaque a ser dado é para a atuação dos pesquisadores da Embrapa como membros da RESEA que, neste caso, tem sua ação alinhada como articuladores. Por exemplo, o evento contou com a participação de 180 agricultores, e houve desdobramentos a partir dele. Um deles foi uma série de atividades com a finalidade de mobilizar o debate sobre as sementes crioulas, tais como reuniões, lançamento do programa *Sementes da Liberdade*, Encontro Estadual de Agroecologia, caravana agroecológica e intercâmbios, tanto no Alto Sertão sergipano, como com agricultores guardiões de sementes crioulas do estado de Alagoas. Outro desdobramento importante foi o estabelecimento de um Programa Estadual de Bancos de Sementes Crioulas (BSC), que contou com recursos do governo estadual para multiplicação e conservação das sementes das variedades locais.

No conjunto de membros da RESEA que se pode identificar como articuladores, estão vários são pesquisadores da EMBRAPA. Neste sentido, as articulações que tais membros são capazes de estabelecer 'para fora' da Rede também acabam por trazer influências e contribuições. Este parece ser o caso das aproximações de membros da Embrapa com a ABA-Agroecologia, bem como com o MPA. A ideia compartilhada de que agroecologias é "ciência, prática e movimento", por exemplo, é uma tendência trazida para a RESEA a partir da proximidade com a ABA. Da mesma forma, a incorporação da noção de que é através das agroecologias que se pode alcançar a "autonomia camponesa" parece entrar na agenda da RESEA justamente pelas ações de articulação envolvendo o MPA.

Como mencionado anteriormente, também membros do MST têm uma atuação significativa no conjunto de articuladores. É assim que, finalizando esta seção, se poderia ainda destacar que estes participantes da RESEA vêm contribuindo com a representação oficial da RESEA na SEAGRI, além da recente articulação para participar do edital ECOFORTE (mencionado no capítulo 3).

4.1.2 Os que atuam “na ponta” e a constituição de interfaces

A ASA (através da SASAC e do CDJBC), o MCP, o MPA, e o IFS são organizações que têm membros participando da RESEA e que trabalham diretamente com os agricultores com a temática das sementes crioulas.

O IFS se insere na temática das sementes crioulas na medida em que passa a desenvolver um projeto voltado a identificar os agricultores potenciais para serem guardiões de sementes crioulas. O trabalho, iniciado em 2012, recebeu apoio através de uma chamada pública do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) em conjunto com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). As ações foram desenvolvidas nos assentamentos de reforma agrária Paulo Freire e Rosa Luxemburgo, ambos localizados no município de Estância, região sul do estado do Sergipe. Com o projeto, foram identificados potenciais guardiões de sementes de fava, feijão, amendoim e quiabo. A região sul do estado é marcada pela intensa produção de citros⁶ altamente modernizada, mas em meio à sistema de produção existem os agricultores produzindo milho crioulo, nestes assentamentos citados. Esses agricultores são os atores que estiveram envolvidos com o projeto de mapeamento dos guardiões de sementes crioulas.

A partir desse projeto houve aproximação do IFS com a EMBRAPA e com o MST, bastante motivados pelo compartilhamento de trabalhos de campo. Este viria a ser o embrião da participação do IFS na RESEA, que se consolida em 2104 por ocasião da caravana agroecológica (como mencionado no capítulo 3).

Em 2015, outro projeto, também contemplado por com recursos através de chamada pública do MDA, foi iniciado o projeto *Levantamento e avaliação participativa de variedade crioulas e de adubos verdes em territórios rurais em Sergipe*. Esse segundo projeto parece ter sido relevante no fortalecimento das parcerias interinstitucionais, especialmente entre a EMBRAPA e o IFS.

Esse segundo projeto envolveu atividades de pesquisa e extensão, e realizou as seguintes ações: identificação dos guardiões de sementes, ensaio de avaliação

⁶ A produção de citros no estado do Sergipe teve forte impulso econômico, na década de 1970, através de crédito rural e da tecnificação do processo produtivo. No entanto, a partir dos anos 1990, a citricultura, que havia sido bem relevante, passou por uma crise de produção que perdura até os dias de hoje (ANDRADE, 2019).

participativa do milho, instalações de oito campos de multiplicação de sementes de adubos verdes, intercâmbios, realização de duas feiras de trocas de sementes, implementadas duas de casas de sementes (DALMORA, et al. 2017). O trecho da entrevista abaixo ilustra um pouco a dinâmica que se estabeleceu do IFS na RESEA.

Foi muito importante esse momento desse projeto, de sementes crioulas, com a parceria com a EMBRAPA, porque na verdade ali a gente começou a se relacionar mais profundamente no sentido de ter ações, encontros, publicações (Entrevista 9).

A pesquisa revela que os trabalhos do IFS com sementes crioulas começaram antes do seu engajamento oficial na RESEA, contudo, foi a experiência que os professores e estudantes do IFS haviam ganhado no tema que oportunizou a aproximação e sua inserção na Rede.

A partir de 2018, com o trabalho iniciado pelo MCP, aquele mencionado anteriormente de produção de cuscuz de milho crioulo, o IFS iniciou uma pesquisa com foco na contaminação genética. Ou seja, a ação do processamento do cuscuz promoveu a parceria do IFS através da pesquisa. No que se refere a certa evolução dos projetos protagonizados pelo IFS, uma das entrevistas revela: “*no primeiro projeto a gente só mapeava os guardiões na região sul e cadastrava agora a gente foca se houve transgenia do milho ou não*” (Entrevistada 12). Este novo foco das ações acaba por contribuir para levar para a RESEA outros debates, além de desenhar potenciais ações conjuntas, como se percebe no trecho de entrevista reproduzido abaixo.

A RESEA hoje é resultado na verdade dessas ações [de parcerias]. Eu me coloco na RESEA pelo caminho dos projetos que a gente executou em parcerias. Por exemplo, agora eu tenho um projeto que um é com o MPA e o outro é com MCP. E ainda mantemos uma forte relação com o MST, pelo PRONERA. Então a gente tem trabalhado assim. Cada movimento social tem a sua forma de se decidir, de se constituir. E também é um aprendizado isso tudo. (Entrevista 9).

A atual parceria do IFS, com o MCP e com a ASA gira em torno da avaliação da contaminação genética das sementes crioulas dos agricultores que produzem o milho para beneficiamento do cuscuz. Como mencionado anteriormente, o MCP expandiu sua base social e fortaleceu o trabalho junto aos agricultores na medida em que avançou com as ações envolvendo as sementes crioulas. Essas ações têm proporcionado a ampliação das parcerias dentro da RESEA, como com a ASA, em

especial, para análise da qualidade da semente. Aqui, chama a atenção que a atuação “na ponta”, ou seja, diretamente a campo com os agricultores, muitas vezes, não se separa da articulação política, como mencionado na seção anterior. Justamente, este aspecto parece reforçar a noção de que são as múltiplas práticas que sustentam a existência de uma articulação entre atores com um foco em comum, como a RESEA.

O trabalho da ASA está vinculado ao *Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido*, que vem desde o ano 2000. Dentro do programa, o destaque é o projeto ‘um milhão de cisternas’⁷, bastante conhecido nacionalmente, e que acabou dando origem a diferentes políticas públicas. A fala de uma das entrevistadas é representativa deste processo.

Em 2009, inicia o P1+2 uma água duas terras, destinado a captação da água para produção. Mas o P1 não deixou de existir, foi uma soma de programas (Entrevistada 10).

Mais recentemente, foram executados os programas P1+2 (uma terra duas águas), cisternas nas escolas, e o projeto sementes do semiárido, esse último a partir de 2015, sendo que todos estavam inseridos no programa de formação e mobilização social. Em Sergipe, todos esses programas foram executados pela ASA e seus parceiros (CDJBC e SASAC).

No que tange às sementes crioulas, é a partir de 2015 que a ASA amplia a temática de seu trabalho, indo além das ações em torno do tema da água, passando a trabalhar também com esta temática. De acordo com uma das entrevistadas, trabalhar com as sementes crioulas passou a fazer parte da estratégia de ação da ASA de convivência com o semiárido.

Então, de 2015 a 2017, a gente trabalhou no projeto de sementes do semiárido, onde a gente implementou as casas de sementes, fizemos espaços de formação, e ainda se testou sementes, se fez todo processo de levantamento. Isso a nível de Sergipe, mas integrado aos outros nove

⁷ O programa Um milhão de cisternas (P1MC) tinha como objetivo melhorar a vida das pessoas no sertão nordestino através da construção de cisternas para captação da água da chuva. Na sequência do primeiro programa, foram executados os programas P1+2 uma terra duas águas, cisternas nas escolas e, ainda, as sementes do semiárido. A ASA foi a principal organização envolvida com a execução dos programas, que envolveram tanto políticas públicas do governo federal, como a atuação de variadas ONGs. É necessário registrar que, após 2016, as políticas e programas sofreram com cortes sucessivos de orçamento. Na ocasião da escrita desta tese, a informação dos coordenadores da ASA é de que os programas estão inoperantes por falta de recursos.

estados nordestinos que estavam executando esse programa (Entrevistada 10).

O projeto de sementes no semiárido tinha o foco na multiplicação e valorização do material genético, para tanto estabeleceu estratégias de ação que visavam a organização dos agricultores e de casas de sementes.⁸ O trabalho iniciou com a estruturação de 15 casas de sementes no sertão sergipano, e formação dos guardiões, que são agricultores que assumem a responsabilidade de identificar, secar e armazenar as diferentes variedades de sementes. Na época da pesquisa, o trabalho havia sido ampliado, chegando ao estabelecimento de 40 casas, sendo que cada casa envolve o trabalho de 20 agricultores, os grupos vão, assim, assumindo o compromisso com a multiplicação e a armazenagem das sementes crioulas, além de incluírem estas variedades nos seus sistemas de cultivo.

No que se refere a inserção da ASA na RESEA, foi ficando evidente que o reconhecimento da organização em função de sua atuação em projetos, cujo foco estava nas sementes crioulas no estado do Sergipe. De certa forma, este trabalho decisivo para a consolidação da participação de membros da ASA na RESEA.

Além dos “atuantes na ponta” que tinham seu trabalho ligado ao MCP e à ASA, também alguns são ligados ao MPA. Aqui, destacando apenas uma frente de atuação do MPA, se destaca o trabalho de sensibilização dos agricultores através do debate da construção do que ficou conhecido por “plano camponês e agroecológico”, preconizando uma agricultura, na qual, as sementes crioulas aparecem como um tema transversal e importante.⁹ A fala transcrita abaixo nos dá um pouco da dimensão deste trabalho.

Desde quando a gente se organiza enquanto MPA, as sementes crioulas é uma bandeira nossa. Tem o trabalho com as ervas medicinais, de resgate e multiplicação das ervas. Esse trabalho é feito com as mulheres, porque elas são as guardiãs. Nós estamos construindo uma unidade de produção camponesa, a gente chama de casa mãe de semente, que fica lá em Canindé de São Francisco. Lá, agrega várias ações, a ideia é ter multiplicação de

⁸ Na totalidade da região nordeste, foram construídos 859 bancos de sementes, pelo programa executado pela ASA. Os bancos, também chamados de casas de sementes, são espaços construídos ou adaptados para armazenamento de sementes de espécies e variedades diversas, são geridos pelos próprios agricultores que, em geral, fazem a designação de alguns deles para conduzirem a administração da casa.

⁹ O MPA tem ainda a experiência do arroz agroecológico que produz com uso de óleo de neem, composto de castanha, e esterco animal como fonte de fertilizante. Na safra 2019/2020 foram colhidas 150ton de arroz. A partir dessa experiência o MPA reivindica maiores investimentos para a agroecologia do estado.

sementes, de ter insumos, húmus. Apenas três anos que estamos lá e estamos batalhando para estruturar essa experiência (Entrevista 6).

De acordo com a entrevistada, que é representante do MPA, as sementes crioulas aparecem associadas à expansão da noção de “camponês” A palavra camponês, no Brasil, tem sido usada como um termo político, em geral, com objetivo de expressar uma situação de classe e, sobretudo, da unidade a luta camponesa (MARTINS, 1983). Mesmo para o MPA, segundo Santos (2016), o termo camponês tem sido fundamental como identificação, relacionando a ele uma noção de sujeito social, político e de classe (SANTOS, 2016). No entanto, é importante ressaltar, aqui, que esta relação das sementes com “ser camponês” parece ultrapassar a noção puramente ideológica que, muitas vezes, o termo acaba assumindo.

Em outras palavras, a prática do MPA com as sementes crioulas supera o campo ideológico, na medida em que a relação com as sementes desencadeia a possibilidade da “convivência com o semiárido” pela potencialidade de manejar e controlar a base genética dos cultivos, além de obter colheitas que garantem alimentação para as famílias e comunidades. Parte das práticas se refere à organização das casas de sementes, o que ocorre pela aproximação às comunidades. Nesse caso, situa-se as parcerias com outros grupos, como a ASA no projeto sementes do semiárido. As ações em sementes crioulas se mostram como uma porta de entrada para definir estratégias que visam um maior grau de autonomia para os camponeses, além de favorecer a ampliação do debate político na base deste movimento social. O trecho abaixo evidencia um pouco destes processos.

A gente trabalha nas bases, encontros comunitários, encontros com os jovens e com as mulheres, encontros a cada dois meses, que é reunião de trabalho e de formação. E aí nós temos oficinas específicas com a juventude e com mulheres. Temos a escola de formação geral que vai pra militância toda e para os agricultores. E a gente divide por temáticas nos aspectos da agroecologia e políticos sobre conjuntura. Essa semana mesmo a gente tem encontro da militância e formação política, o Frei Sérgio¹⁰ veio para nos ajudar nessa formação. Então, a gente tem esses espaços de formação estaduais, regionais, aqui no Nordeste, e nacional (Entrevistada 6).

Interessante notar que esses processos de atuação na interface com os agricultores, também, desencadeia uma série de arranjos entre as próprias

¹⁰ Frei Sérgio Görden é uma liderança proeminente com atuação junto ao MPA.

organizações. Por exemplo, a ASA foi contemplada com parte das sementes crioulas recebidas pelo PAA, sendo este processo organizado e coordenado pelo MCP. Com isto, a ASA pode direcionar essas sementes as casas de sementes que estavam sendo organizadas pela mediação desta organização, ou seja, houve um reforço recíproco das práticas em andamento. Outro exemplo, é a casa de sementes crioulas construída pelo MPA, mas contando com recursos que ASA havia obtido, essa foi batizada como “*casa mãe*” em Sergipe, passando a ser uma referência de multiplicação de sementes.

Os membros da RESEA que atuam “na ponta”, levando a cabo os projetos e programas mencionados nesta seção (e outros), não estão desvinculados dos processos de caráter político, tal qual explicitado na figura dos “articuladores”. De certa forma, seguir algumas das ações que envolveram (e ainda envolvem) as sementes crioulas abre a possibilidade de observar as práticas, ou seja, a mescla de ir fazendo e ir falando sobre o que se faz, e, eventualmente, provocando processos políticos desde os atores sociais localmente situados. A próxima seção buscará justamente explicitar melhor como as práticas que envolvem o tema das sementes abriram certos espaços de ‘encontro’ na RESEA.

4.2 RESEA: POSSIBILIDADES DE UMA ARENA

O papel das sementes crioulas como “entidades”¹¹ que favoreceram o estabelecimento de uma pauta sobre agroecologia no estado foi ficando cada vez mais evidente na medida em que a pesquisa foi avançando. Alguns dos aspectos levantados sugerem que as agroecologias, tomada desde a objetividade ligada às sementes, abriu espaços para fluxos discursivos e práticos.

Um exemplo desses fluxos prático-discursivos é a realização do Encontro Estadual de Sementes do Semiárido, ocorrido nos dias 22 e 23 de maio de 2019. O encontro envolveu membros da ASA, IFS, MPA e MCP, e tinha como objetivo discutir o fomento de uso de sementes crioulas pelos agricultores sergipanos. Um dos resultados deste encontro foi o desenvolvimento de uma ação conjunta dentro do

¹¹ Arce e Charão-Marques (2021, no prelo) sugerem que mercadorias, objetos, artefatos e entidades (estas últimas podem incluir fenômenos que emergem independentemente dos atores sociais - energia, plantas, animais domesticados ou não, rochas e minerais, etc.) estão envolvidos na recomposição e na circulação do conhecimento e das materialidades nos territórios de vida dos atores.

Projeto Inova Brasil, financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento e Social (BNDS) e pela Fundação Banco do Brasil. A ação se refere à criação da Rede Sementes da Liberdade que envolverá agricultores, movimentos sociais, organizações não governamentais e pesquisadores. Esse encontro, tendo frutos práticos (a criação da rede), dá pistas sobre a formação de interfaces na RESEA calcadas na iniciativa das sementes crioulas.

Sobre o projeto *Inova Brasil*, que será desenvolvido em três anos, na época da pesquisa, estava em seu primeiro ano, na fase de formação de “comitês territoriais de acompanhamento da agrobiodiversidade” compostos por instituições que coincidem com alguns membros da RESEA (IFS, ASA, EMRBAPA, SASAC, CDJBC) e pelos guardiões de sementes crioulas. Este projeto tem foco na pesquisa em sementes crioulas, em especial, no levantamento das variedades de sementes de crioulas disponíveis em Sergipe, bem como no estudo sobre a contaminação genética causada pela polinização cruzada no milho.¹²

As análises laboratoriais sobre a contaminação genética por sementes transgênicas ficaram a cargo da ASA, MCP e IFS. Dados parciais do IFS e da ASA, logo no início, já apontavam para uma contaminação elevada, gerando apreensão entre os participantes da RESEA. A fala abaixo nos permite perceber esta preocupação.

O que tem preocupado a gente, aqui em Sergipe, são os testes de transgenia que a gente tem feito, eu não sei os resultados do IFS e do MCP, mas pelos testes que a gente está fazendo já deu 80% de contaminação nas sementes. E a tendência é piorar se a gente não tomar uma ação mais enérgica. (Entrevista 7)

Os resultados acabam por desencadear debates e reforçar ações que, na verdade, já vinham sendo desenvolvidas (como descrito anteriormente), qual sejam, fomentar o uso das sementes crioulas, e garantir que algumas sementes crioulas do estado do Sergipe sejam guardadas, de modo que sirvam como um banco de material genético. É perceptível que esta noção de ‘guardar’ está relacionada a uma característica que parece inerente às agroecologias, a de que recursos locais precisam perdurar no tempo de modo a contribuir para os diferentes modos de

¹² Algumas espécies de plantas, que não são autopolinizadas, podem receber pólen de cultivares geneticamente modificadas, com isto passam a produzir e reproduzir componentes provenientes da transgenia. O milho é uma dessas espécies, e por ser de grande importância em Sergipe, vem sendo foco das pesquisas que se destinam a identificar tal contaminação genética (ver Duarte, 2014.).

existência. Os parceiros, contribuí para ampliar seu campo de ação e, portanto, sua existência. Lopes, Schmitt e Vasconcelos (2018), também apontam que a ideia de tempo aparece, com frequência, nas narrativas de agricultores que utilizam sementes crioulas, estabelecendo um vínculo entre sementes e armazenamento.

No entanto, aqui, é possível apontar também outros aspectos que se somam às noções do armazenamento e salvaguarda. Tomando o caso ASA, o foco de ações em sementes crioulas passou por mudanças. Se, primeiramente a atenção estava na organização e construção de casas de sementes crioulas, com o novo projeto, abre-se a possibilidade da relação com a pesquisa científica com o objetivo de produzir conhecimentos compartilhados. O trecho abaixo nos sugere esta disposição para trabalhos em colaboração.

Se você me perguntar se a gente faz isso [ações em sementes crioulas] de forma isolada, na verdade a gente sempre tem dialogado com essa questão das sementes dentro da própria RESEA. Então, desde a primeira etapa, quando foram as sementes do semiárido, porque tu está percebendo, assim, que tem uma evolução, ela tem uma continuidade. Então, desde o começo a gente procurou essa parceria com a RESEA (Entrevistada 10).

Neste mesmo sentido, o projeto aponta para algumas ações a serem desenvolvidas em longo prazo e mediante intercooperação entre as organizações da RESEA. Isto é apontado na fala abaixo.

A gente está vendo, mas acho que a EMBRAPA vai cooperar com a ASA para guardar esse material genético para futuramente ser multiplicado e estudado. Então, não vai ser caixa preta [...], a EMBRAPA tem essa dinâmica, mas aí pra ASA vai estar guardada e, na hora que a ASA precisar, vai ter acesso pra estar multiplicando. Vai ser uma ferramenta pra salvaguardar material genético (Entrevistado 7).

O fazer pesquisa científica aparece como uma possibilidade de ampliar visões sobre as sementes crioulas, tanto sobre a suas potencialidades em garantir a produção das famílias rurais, quanto evidenciando a contaminação por material transgênico como ameaça.

Na tentativa de entender melhor como se estabelece e se consolida a atuação da RESEA em Sergipe, se identifica que a temática das sementes crioulas aparece como um importante fio condutor que tem proporcionado entrosamento entre diferentes grupos, promovendo inclusive certo grau de coesão que sustenta múltiplas relações. O trecho de entrevista transcrito abaixo nos traz essa dimensão.

O bacana é que dentro da RESEA a gente conseguiu fazer uma conexão entre o Estado e as organizações civis, de dialogar mesmo. Então, tudo que a gente vai fazer a gente vai dialogando e envolvendo pessoas do IFS, do MPA e do MCP, nos espaços de formação (Entrevista 7).

Essa “conexão” citada pela entrevistada tem passado pelas ações em sementes crioulas, mas, obviamente por muitas outras (organização do CBA é um bom exemplo). Quaisquer dessas ações têm contribuído para que as organizações atuantes em agroecologias, além dos esforços de ação conjunta, também estabeleçam dinâmicas ‘internas’ de trabalho, como mencionado em algumas situações das ‘atuações na ponta’. Ou seja, os diferentes grupos parecem se auto fortalecer pelo fato de terem membros participando da RESEA.

Por outro lado, ao abordar a RESEA como espaço de compartilhamento, é necessário compreender que estes espaços gerados criam ‘arenas’, nas quais diferentes atores sociais, com suas diversidades de mundos de vida e conhecimentos se encontram.

A arena pode ser caracterizada como um ‘espaço de luta’ em que os atores se encontram e interagem, mas também, disputam recursos, apresentam demandas, estabelecem conflitos e tensões (LONG, 2001). Reconhecer as arenas auxilia na reconstituição das interfaces que emergem dos processos e práticas que se estabelecem a partir da atuação da RESEA.

Tendo em vista que a RESEA é composta por muitos atores sociais, é de se esperar que suas atuações sejam diversas e, por vezes, divergentes. Ao consideramos que a agência é reconhecida quando ações particulares fazem diferença em um estado pré-existente de coisas ou no curso de determinados eventos. A agência efetiva requer geração e manipulação de estratégias de uma rede de relações sociais, além da canalização de demandas, recursos, informações ou instrumentos (LONG, 1992, p.23-24). E tais ‘práticas’ nem sempre angariam concordância de todos, embora, de qualquer forma, provocam o curso de eventos que alteram o que está colocado.

As práticas sociais dos atores têm relação sobre como eles experimentam múltiplas realidades, que emergem de processos de implementação de políticas e projetos. São essas múltiplas realidades que geram as discontinuidades que os atores objetivam reatar baseando-se nas experiências (ARCE, 2003). Neste sentido,

um dos resultados que emerge da trajetória da RESEA, como essa experimentação de muitas realidades, é a preponderância de certos membros no que tange a representar a Rede 'para fora dela' e/ou tomar decisões em nome do conjunto de participantes. Este aspecto, já mencionado anteriormente, cria fricções entre diferentes atores, o que ora gera afastamentos de participantes, ora gera disputas. Ambos os processos são parte da construção da própria Rede, não seria razoável imaginar que uma organização com tantos atores estabeleça suas práticas apenas contanto com consensos.

Uma prática que exemplifica estas fricções é a realização das reuniões quase sempre na sede do centro de pesquisa da EMBRAPA, na capital do estado (como mencionado anteriormente). Parece simples de resolver, seria a questão de alternar os lugares de realização das reuniões, mas o fato é que de um lado alguns alegam não poder viajar à capital e, de outro, há aqueles que apoiam os encontros em um lugar que conta com boa infraestrutura. Estas divergências sobre o local das reuniões de certa forma são uma expressão de outros aspectos. Um deles parece estar relacionado ao fato de que a atuação dos membros da Rede que trabalham na EMBRAPA é vista como uma posição privilegiada, considerando que a empresa é entendida como parte do Estado.

O discurso científico sobre agroecologia (homogênea, universal), construído por dentro da EMBRAPA, tem sido bastante influenciado por conceitos e diretrizes ligados à ABA, esta pesquisa revela que estas noções não necessariamente encontram alinhamento com o discurso de todos os participantes da RESEA. Aqui reside outra pista sobre a formação de arena na RESEA.

No que tange às sementes crioulas, embora exista uma série de convergências, a pesquisa também pode identificar algumas tensões. Uma delas se refere à construção das casas de sementes por uma dada em regiões onde outros grupos atuam. A partir de algumas entrevistas, se registra que membros da RESEA expressam que, em certos momentos, se criaram receios por parte de alguns que houvesse a possibilidade de disputa de bases sociais entre as organizações e/ou movimentos.

Assim, mesmo em projetos em comum, como no caso das sementes crioulas, os esforços para fortalecer as experiências não necessariamente avançam sem tensionamentos, conflitos e discordâncias. No entanto, os projetos entrelaçados são

cruciais para entender a articulação e manejo de interesses dos atores e mundos de vida, assim como para a resolução de conflitos (LONG, 2001, p.128).

Cada ator socialmente constituído está relacionado a projetos, interesses e perspectivas de outros atores individuais e coletivos dentro de um complexo de arenas entrelaçadas. Na construção dos projetos, os atores lançam mão de estratégias na antecipação de ações de outros atores, entretanto, ainda que haja um projeto, este guarda heterogeneidades internas e consensos provisórios. Assim, cada ator exercendo sua agência, a partir de domínios, constituem, em arenas específicas, os seus projetos que podem ser entendidos como formas de articulação das práticas sociais (MEDEIROS, 2012, p.55).

O estabelecimento das coalizões e o distanciamento de atores são intrínsecos aos projetos heterogêneos (LONG, 2001) (ver capítulo 2). No caso da RESEA, talvez as agroecologias, embora compartilhada como foco, como ideia, como discurso, como prática entre os atores, se mostra como um projeto heterogêneo, no qual os engajamentos vão se dando desde posições diferentes e interesses diversos, assim como, a partir de conhecimentos construídos e experiências que emergem de muitas experiências diferentes.

Um dos principais destaques, a partir deste ‘emaranhado’ de atores, domínios e agências, é uma estreita conexão entre as ações em torno das sementes crioulas e os atores sociais, evidenciando interesses e práticas diversas que qualificam e impulsionam a agroecologia.

As práticas sociais que envolvem as em sementes crioulas, por meio das ações de multiplicação, da construção de casas de sementes, do processamento de agroalimentar do milho crioulo para produção de cuscuz e, ainda, a pesquisa científica promoveram outros ‘fluxos de práticas’, em Sergipe, um a destacar é o que leva à aprovação de uma política estadual de sementes crioulas. A próxima seção trata de alguns dos processos associados ao surgimento de dita política.

4.3 LEI ESTADUAL DE AGROECOLOGIA COMO PROJETO HETEROGÊNEO

O Seminário Estadual sobre Legislação de Sementes Crioulas (ver capítulo 3), ocorrido em 2015, teve a participação de agricultores de todos os territórios do estado, de técnicos agrícolas, de gestores públicos e de pesquisadores com objetivo de

discutir a elaboração de uma política pública voltada às sementes crioulas para o estado do Sergipe.

Neste seminário foram apresentadas as experiências de elaboração de lei estadual dos estados vizinhos, Alagoas e Paraíba, e que serviu como inspiração para a RESEA. Essa inspiração teve influência a partir da atuação profissional de um pesquisador da Embrapa Tabuleiros Costeiros em que este coordenou um projeto de pesquisa com foco no resgate de sementes crioulas na região de Borborema e do Cariri, na Paraíba. Nessa experiência foi estabelecido um programa estadual de Banco de Sementes Comunitários (BSC) em que o governo estadual garante recursos financeiros para a aquisição de sementes crioulas locais. Isso decorreu da aprovação da lei estadual de sementes crioulas do estado da Paraíba¹³.

Como desdobramento importante deste seminário foi a criação de uma comissão para redigir a Lei de Sementes Crioulas de Sergipe, que passou a ser conhecida como 'Sementes de Liberdade'. O texto elaborado pela comissão foi entregue na Assembleia Legislativa em ato do Dia Internacional da Mulher, em 08 de março de 2016. Como já havia um 'ambiente institucional favorável' para a aprovação desta lei, tendo em vista os mesmos deputados estaduais que já haviam acatado a lei de agroecologia em 2011, a lei de sementes foi aprovada. Assim, a Lei 8167/2016 institui o conceito de sementes crioulas e o incentivo à conservação da agrobiodiversidade.

Com a aprovação da lei de agroecologia em 2011, e a da lei de sementes em 2016, os membros da RESEA perceberam que estavam com duas leis aprovadas e que precisavam inseri-las no orçamento público. Entretanto, isso demandaria muito esforço, muita capacidade de articulação das pessoas, e muito estudo sobre leis.

Em 2015, teve um seminário de legislação de sementes, e foi apresentada a experiência da turma de Alagoas e Paraíba. Daí a gente se perguntou: Como é que eles implementam essa coisa? A gente quer também ter uma Lei de Sementes! Mas uma lei de novo?! Tem que ter criação, tem que ter regulamentação. [...]. Regulamentação pra sementes, regulamentação pra [lei de] agroecologia. Como a lei de agroecologia já tinha caminhado bastante em termos de entendimento, de leitura, de amadurecimento, aí a gente pensou assim: aqui é mais fácil! É melhor a gente pegar essa lei que tá mais fácil de ser concluído, do que iniciar um outro estudo de decreto de regulamentação das sementes. Então a gente percebeu que toda essa política de apoio para as sementes vai poder estar dentro da Política de Agroecologia. (Entrevista 3).

¹³ Lei n.7297/2002 que criou o Programa Estadual de Bancos de Sementes Comunitários.

Com isso, de forma estratégica, a RESEA passou a dedicar esforços para acelerar a tramitação da lei estadual de agroecologia, na qual abarca a pauta das sementes crioulas. Por isso, nessa seção da tese é apresentada a construção e o andamento das ações em relação à lei estadual de agroecologia (Lei n. 7290 de 17 de novembro de 2011 - Anexo 2), na qual aparecem dispositivos que contemplam as sementes crioulas.

O processo de elaboração da lei estadual de agroecologia no estado do Sergipe inicia em 2011, a partir da inspiração da experiência do estado do Paraná e iniciada especialmente pela participação do MST na RESEA.

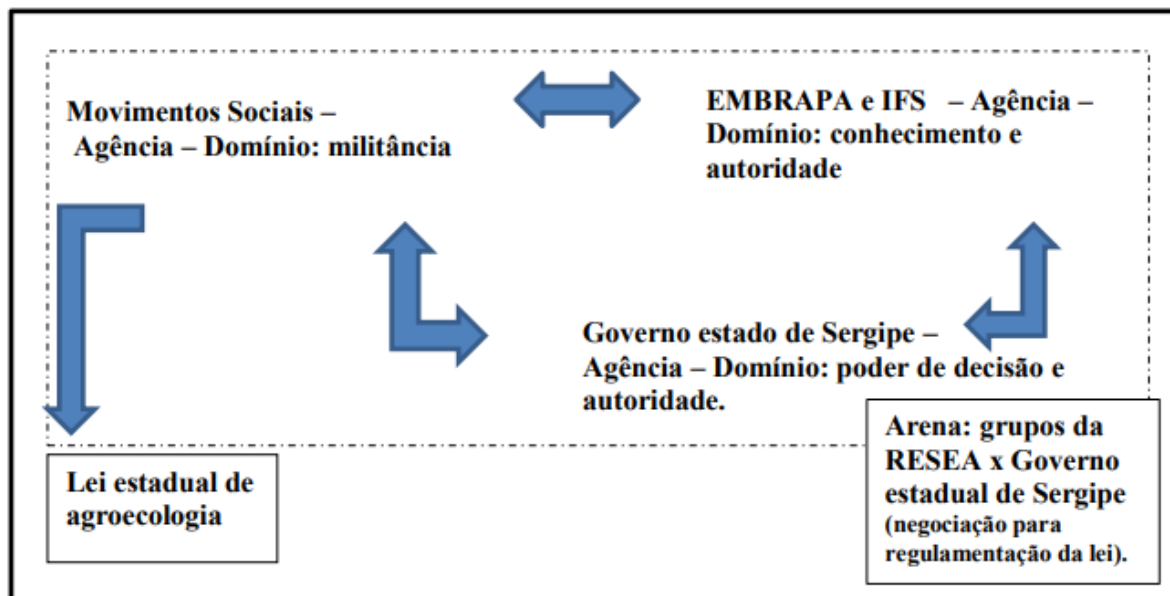
No seminário de 2015 veio o pessoal da Paraíba e Alagoas, e disso saiu a proposta da Lei de Sementes. Porém já tinha sido aprovada a lei de agroecologia aqui no estado lá em 2011. Que foi proposta do deputado João Daniel¹⁴ quando ele era deputado estadual. O representante do MST apresentou pra ele uma proposta de lei que foi feito em outro estado e ele gostou e aprovou aqui. (Entrevista 11).

Assim, o início das articulações para a lei de agroecologia foi feita a partir da influência de um representante do MST na RESEA. E ao ser aprovada esta passa a compor o 'fluxo de práticas' do conjunto de atores. Com isso, se analisa a lei estadual de agroecologia a partir das ideias de projeto heterogêneo, tendo em vista que este projeto individual entrelaçou os projetos dos demais atores da Rede.

No caso específico da lei estadual de agroecologia o emaranhado entre ator, domínio, habilidade de intervir na realidade – agência – são expressos no esquema abaixo.

¹⁴João Daniel cumpriu mandato de deputado estadual no estado do Sergipe no período de 2011 à 2014. É filiado ao Partido dos Trabalhadores e tem relação muito próxima aos movimentos sociais, especialmente ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Em 2014, assume mandato como deputado federal, sendo reeleito em 2018.

Figura 7 - Representação esquemática da relação entre atores, agência e domínio na arena estabelecida no projeto heterogêneo da Lei Estadual de Agroecologia



Fonte: elaborada pela autora, a partir de Medeiros (2011)

O membro da RESEA que participou mais diretamente do processo inicial da lei afirma que havia um “ambiente favorável”, com participação de representantes do poder legislativo que eram próximos aos movimentos sociais do campo e um governo estadual com alguma abertura democrática no campo progressista.

O trecho da entrevista abaixo nos evidencia o processo de interface, no qual os atores ‘levam’ para a RESEA certas pautas e acabam, com isto, “convencendo” os demais a unirem-se em torno de certas ideias. Esse exercício de agência, que conforma a arena, no caso da política estadual de agroecologia, em Sergipe, tem nuances interessantes, na medida em que circunstâncias específicas levaram a uma incorporação de diferentes atores.

A proposta de lei veio sim do MST. Eu era do MST, enfim. Se a gente não tivesse trazido pra RESEA, talvez ela não tivesse avançado. Então, ela veio pelo MST, mas ela foi fortalecida pelo reconhecimento dela pelos outros movimentos que são no guarda-chuva da RESEA. Se isso não acontecesse a lei tinha ficado esquecida. Então, acho que a RESEA deu mais qualidade ao processo da lei [...] a gente tinha uma conjuntura muito boa na época, com o governador Marcelo Deda, uma vanguarda da política, ele aceitou rapidamente, foi aprovado sem nenhum questionamento (Entrevista 3).

Os diferentes grupos identificados na RESEA, seja os articuladores ou aqueles atuantes na ponta, somados à militância dos movimentos sociais e atores diversos ligados à pesquisa científica constituem em arenas específicas, como mencionado anteriormente, acionando diferentes práticas que ora convergem, ora não.

É necessário considerar que os projetos dos atores são ativamente gerenciados como respostas diferenciadas a cada circunstância gerada, o que provoca os atores a modificar, transformar, adotar (ou não) e mesmo contrapor ideias novas (LONG; PLOEG, 1994).

No entanto, a rapidez com a qual o processo teve início foi criticada por alguns, porque avaliaram que isto prejudicou o processo de participação dos agricultores e representante de organizações da sociedade civil. Ou seja, havia um ambiente favorável no cenário político da câmara dos deputados do estado, mas o cenário da RESEA não acompanhou essa agilidade no processo. A fala abaixo traz um pouco desta trajetória.

Quando a gente apresentou para o deputado [que também era um assentado da reforma agrária], ele gostou muito da ideia. Gostou tanto que ele disse: 'olhe, isso aqui, alguma pessoa pode ver e pode querer passar na minha frente, então eu quero lançar logo!'. Então, ele fez isso muito rápido e não envolveu os movimentos que estavam ali demandando isso, pra construir um reconhecimento já naquele momento. [...] e isso foi muito ruim porque não deu tempo de a gente mobilizar, de criar o pertencimento com a iniciativa por todos os movimentos (Entrevista 3).

Percebe-se, então, que houve um avanço muito rápido da aprovação da lei no contexto da assembleia legislativa, mas sem participação efetivamente ativa dos atores que compõem a RESEA. A rapidez em que a lei foi levada adiante decorreu muito pela influência particular do deputado estadual.

Assim, a aprovação da lei, que foi feita de forma muito rápida, ainda em 2011, foi iniciado o procedimento para regulamentação desta lei, mas de imediato não avançou. Na época, a RESEA estava em sua fase de formação (como abordado anteriormente) e não havia acumulado habilidades suficientes para abordar a articulação necessária para fazer avançar a regulamentação da lei estadual de agroecologia. Assim, a lei ficou aprovada pelo legislativo do estado do Sergipe, mas sem regulamentação.¹⁵ Durante uma das entrevistas, um dos membros da RESEA

¹⁵ A regulamentação de lei se refere à determinação de como será feita a distribuição dos recursos financeiros às ações. Ela é necessária para o funcionamento da lei na prática. Sem regulamentação é como se a lei não existisse (MATTA, 2017).

aponta: “A gente não tinha ninguém que soubesse sobre regulamentação, e também ninguém que se dispusesse a estudar sobre isso naquele momento” (Entrevista 3). Por isso, as negociações sobre a lei foram aos poucos perdendo sua prioridade na RESEA.

O reinício do debate sobre a lei nas plenárias mensais da RESEA se deu algum tempo depois, em 2014. De acordo com os entrevistados essa prática foi muito importante porque foi criando um clima e uma expectativa de construção coletiva. É a representação do MST que reintroduz na RESEA o tema da lei, o trecho abaixo nos informa sobre isto.

Um dia nas conversas da RESEA, a gente disse: e a lei? Em que pé tá? Como é que a gente consegue retomar ela? Poxa, é importante! Vamos retomar porque é uma iniciativa interessante e tem poucos estados fazendo isso. Nós somos um dos primeiros. Então vamos lá! Vamos retomar! (Entrevista 3).

Paralelo a essa retomada das discussões, alguns membros da RESEA começaram a participar de reuniões da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO)¹⁶ como convidadas. Essas participações produziram um processo aprendizagem, que, de certa forma, foi sendo incorporado pelo conjunto da RESEA e contribuindo para qualificar o processo de discussão sobre a implementação da lei estadual.

Em 2016, durante a realização do Seminário para discutir o Plano Camponês (ver capítulo 3), uma parte do evento foi dedicada a compreender a organização do Plano Nacional de Agroecologia e de Agricultura Orgânica (PLANAPO) e suas instâncias de decisão tais como a Câmara Interministerial de Agroecologia e Agricultura orgânica (CIAPO) e o Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO). Nesse momento, os atores locais compreenderam que seria necessária a criação de uma entidade estadual para debater as prioridades das agroecologias do Sergipe. Este processo a nível nacional, então, influenciou a criação da Comissão Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (CEAPO), ainda que, somente em 2018, a esta comissão tenha conseguido definir sua composição de membros e começar a reunir-se.

¹⁶ Nessa época, na CNAPO, estavam ocorrendo os debates sobre a aplicação da política de segurança alimentar e nutricional, política quilombola e, ainda, as publicações do edital ECOFORTE, que foi um programa do governo federal que surgiu dentro da PLANAPO com objetivo de fortalecer as redes agroecológicas.

Em 2017, o MCP realizou o VIII Seminário Nacional de Agrobiodiversidade e Sementes Crioulas, em Aracajú, com participação de diversos grupos organizados que trabalham com sementes crioulas de todo o Brasil. No primeiro dia do evento, o MCP articulou uma passeata, mobilizando outros movimentos sociais e a Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO)¹⁷. Interessante observar que o MCP se articulou com alguns agentes da EMDAGRO para realização dessa passeata, mesmo essa fazendo parte da estrutura do Estado. Os 250 participantes do seminário saíram em direção ao palácio do governo e conseguiram fazer uma reunião com a secretaria da casa civil. O desdobramento dessa ação foi a presença do governador, acompanhado de demais autoridades, no segundo dia de evento, confirmando a regulamentação da lei e a compra das sementes crioulas dos agricultores sergipanos (Figuras 7 e 8).

Figura 8 - Abertura do VIII Seminário Nacional de Agrobiodiversidade e Sementes Crioulas



Fonte: elaborado pela autora (2017).

¹⁷ Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO) executora estadual de serviços de assistência técnica.

Figura 9 - Segundo dia do Seminário Nacional de Agrobiodiversidade e Sementes Crioulas com a presença do governador e da secretária da casa civil



Fonte: elaborado pela autora (2017).

O decreto de regulamentação da lei estadual de agroecologia foi aprovado ainda em 2018 e foi um momento de divulgação (Figura 9) e comemoração entre os membros da RESEA.

Figura 10 - Divulgação da aprovação do decreto de regulamentação da lei estadual de agroecologia



Fonte: Secretaria da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e da Pesca (2018).

A partir disso, o governo estadual passou a comprar sementes crioulas para abastecer os agricultores locais. As sementes parte eram dos próprios agricultores do Sergipe, e parte foram obtidas de agricultores de outros estados. A compra de sementes de crioulas foi incluída no atual Programa Estadual de Distribuição de Sementes, que ocorre através da EMDAGRO. Em 2019, foram distribuídas 180 toneladas de sementes de milho e 300 toneladas de sementes de arroz (EMDAGRO, 2020).

Desde 2018, ano da regulamentação da lei de agroecologia, a quantidade comprada de sementes crioulas tem diminuído devido a cortes no orçamento do governo do estado. Essa preocupação já vinha do representante da RESEA junto à SEAGRI ao longo do ano de 2019. A fala abaixo demonstra um pouco a necessidade de articulação contínua para inserir a pauta das sementes crioulas no orçamento público.

Está terminando agora a construção do orçamento de 2020 e a gente não tem a sinalização de como isso [a compra de sementes crioulas] vai ser incorporado nos orçamentos das secretarias. Essa é a realidade. A gente fica dependente de iniciativas (Entrevistado 3).

Na Tabela 1, é apresentada a quantidade de sementes adquiridas pelo governo do Estado desde a regulamentação da lei. A atual demanda dos agricultores sergipanos é de 100 mil quilos de sementes crioulas. Grupos da própria agricultura familiar poderiam ofertar 80% desse total. Entretanto, o programa para aquisição e distribuição de sementes crioulas está paralisado (ANA, 2020). Neste sentido, as mobilizações já vêm acontecendo (Figura 11), especialmente a partir da ANA.

Tabela 1 - Quantidade de sementes compradas pelo estado de Sergipe desde a regulamentação da lei estadual de agroecologia

Quantidade (kg)	2018	2019	2020
Sementes comerciais	247.000	150.000	160.000
Sementes crioulas	90.000	30.000	-

Fonte: adaptado de ANA, 2020

Figura 11 - Notícia sobre a redução da compra de sementes crioulas pelo governo do estado do Sergipe



Fonte: ANA (2020).

Ainda em 2018, após a regulamentação da lei, ocorreram as plenárias territoriais (sul sergipano, sertão ocidental, região metropolitana, alto sertão, baixo São Francisco) com objetivo de definir ações que pudessem ser inseridas no orçamento público e com participação das pessoas. Nesse momento, as pessoas apresentaram as suas demandas de acordo com o território em que vivem. A partir dessas plenárias, e com as demandas definidas, a PLAEAPO foi organizada em sete eixos temáticos: produção, uso e conservação de recursos naturais, comercialização e consumo, conhecimento, terra e território, sociobiodiversidade, e comunicação agroecológica.

Nas plenárias territoriais, houve a presença de pessoas vinculadas às organizações (ONGs, movimentos sociais, associações, cooperativas, grupos quilombolas, secretarias municipais, instituições de ensino) e agricultores.

Com isso, considera-se que a construção da PLAEAPO pode ser considerada o momento de participação efetiva das pessoas, na construção da lei, em que se destaca a diversidade e as diferenças das práticas nos territórios do estado. Este Plano é uma forma de reconhecimento sobre o que as pessoas estão fazendo em agroecologias e do que elas demandam, mas ainda, é uma forma de reconhecer a importância da sua participação na construção de um projeto localizado em agroecologia.

A proposta da PLAEAPO foi elencar prioridades a serem atendidas pelo orçamento público. Como são muitos grupos, interesses e demandas nos territórios houve a necessidade de fazer um recorte das prioridades.

Após ocorridas as plenárias em todos os territórios, ao longo do ano de 2018, as metas e ações construídas na PLAEAPO, foi sistematizada e apresentada para o conjunto dos participantes durante a primeira reunião da CEAPO, em 2019. Nessa primeira reunião da CEAPO estavam presentes: Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos (MOTU), Movimento Quilombola de Sergipe, ASA, MCP, MPA, FETASE, Secretarias Estaduais de Agricultura, de Educação e Meio Ambiente, EMBRAPA, EMDAGRO, Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe (COHIDRO) e IFS (ANA, 2020).

Figura 12 - Registro do primeiro encontro da CEAPO



Fonte: ANA (2020).

Nessa ocasião o objetivo foi trabalhar as metas e objetivos de cada grupo tendo em vista as metas e ações definidas na PLAEAPO.

E nesse ano [2019] a gente fez a primeira reunião da CEAPO e pegou e demonstrou pra todas as organizações que construíram quais foram as metas e ações que a gente desenhou, que foram muitas. Aí nós mostramos pra eles dizendo: olha, a dificuldade de diálogo é que o plano tá muito grande vamos eleger aqui prioridades. (Entrevista 3)

Nessa reunião a gente elegeu as prioridades emergenciais pra que o plano pudesse ser bem-sucedido, e ai prometendo que o passo seguinte era sentar com o governo do estado que planeja orçamento e finanças. Agora é ver como que transforma tudo isso que tá aqui escrito no plano em orçamento, mas principalmente em financeiro (Entrevista 3).

Nessa reunião, foram priorizadas duas ações dentro de cada eixo temático. No que tange às sementes crioulas, ficaram definidas: a implantação de 25 casas de sementes com campos de produção com 3ha, acompanhados de unidade de beneficiamento e silos de armazenamento; e utilizar no mínimo 30% do recurso destinado na aquisição de sementes, para compra de insumos dos bancos e casas comunitárias de sementes crioulas no estado ou pelas organizações sociais vinculadas à movimentos sociais que atuam no território sergipano.

Para acompanhamento desse processo de construção junto ao poder público um membro da CEAPO, que é representante da RESEA, está inserido na SEAGRI para acompanhar as articulações, em especial a definição de recursos financeiros. Entretanto como a RESEA assumiu o CBA, o ano de 2019 ficou voltado à organização do evento demandando muitos esforços das pessoas envolvidas na Rede. Assim os encontros e encaminhamentos da CEAPO ficaram em pausa ao longo do ano. *“Nós conseguimos instituir a comissão estadual de agroecologia que precisa retomar as atividades depois desse CBA”* (Entrevista 11).

O foco deste capítulo foi o de apontar elementos que possam ajudar a discutir a RESEA como um espaço, no qual as interfaces (entre conflitos ou não) ajudam avançar com as sementes crioulas, e como estas contribuem para fortalecer e/ou amadurecer a RESEA. Nesse sentido, se destaca que as sementes crioulas têm sido um material importante no desenho das interfaces na RESEA, e estas interfaces têm potencializado a geração de uma linha de desenvolvimento nas perspectivas agroecológicas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: A RESEA E AS MÚLTIPLAS AGROECOLOGIAS

Faz parte da proposição desta tese o argumento de que os atores sociais desenvolvem práticas situadas, baseadas em conhecimentos construídos em suas experiências, mas também fomentados por interesses e contingências surgidos nas interações que constituem seus diversos mundos de vida. Neste sentido, a partir de uma perspectiva centrada nos atores, a pesquisa sustenta que as agroecologias emergem de múltiplas práticas sociais, exercidas pelos distintos atores em contextos territoriais diversos. São, justamente, nas práticas sociais que estão contidas as formas de conhecimentos criados, adaptados e ressignificados pelos atores. Com isto, abordar as agroecologias como um conjunto de práticas, que ora se concatenam, ora criam atritos leva este trabalho a reconhecer a potencialidade das interfaces entre os atores que constituem a Rede Sergipana de Agroecologia como possibilidades de influenciar seus contextos de vivência e o próprio desenvolvimento da agroecologia no estado do Sergipe.

O esforço de abandonar noções que colocam em oposição tradição e de modernidade permitiu, no processo da pesquisa, analisar os processos locais na perspectiva da ação dos diversos membros da RESEA, na medida em que vão estabelecendo movimentos em sentido contrário a um regime que se mostra como dominante. Desta forma, com o propósito de lançar luz sobre os processos que levaram ao surgimento e consolidação de um entrelaçamento de atores que move a RESEA, foi importante conhecer as práticas, os discursos, os conhecimentos, as políticas locais estabelecidas, as organizações que emergem, dentre outras expressões situadas de agroecologia.

Escapando da normatividade que pode 'esconder' certos processos ligados às diversidades de práticas que acompanham a agroecologia, reitera-se que uma das contribuições deste trabalho foi explorar interfaces e interações entre atores, política, conhecimentos e práticas, com o intuito de explicitar as experiências vividas nos *fazer*s da RESEA. Para reconstruir trajetórias que convergem na criação e continuidade da RESEA, a pesquisadora se envolveu com os acontecimentos, desenvolvendo a observação pela participação. Este trajeto nem sempre foi fácil, na medida em que foi necessário confrontar-se com contradições e conflitos que, finalmente, precisam ser entendidas como inerentes à vida social. É assim que, privilegiando o estudo das práticas sociais, a pesquisa (agora, a tese) buscou valorizar

algumas das consequências da RESEA sobre expressões concretas na vida de atores e suas organizações.

Tratou-se de registrar momentos, resgatar 'histórias' e observar a ação social dos atores que interagem na RESEA, evidenciando potenciais para mudanças no que tange às agroecologias em Sergipe. Também, foi necessário desenvolver sensibilidades para identificar as 'idas e vindas' dos atores em suas participações na RESEA, além das práticas que sustentam a Rede.

Estabelecendo um quadro analítico que fez dialogar uma perspectiva centrada nos atores com a abordagem das práticas sociais, foi possível identificar a participação e a integração entre os atores como elementos essenciais para analisar os processos de que envolvem interfaces de conhecimentos em agroecologias.

Ao longo da tese, buscou-se identificar o potencial da RESEA em iniciar ou estimular mudanças nos territórios, contribuindo para 'adensar' iniciativas em agroecologia.

Desta foram, no capítulo 3, a proposta foi problematizar a noção de Comunidades de Prática, considerando que havia um potencial desta abordagem para estimular ou propor pistas metodológicas para trabalhar com iniciativas agroecológicas, tendo-se como central a experiência e o encontro de pontos em comum entre os atores envolvidos. Para isso, foi reconstruída a trajetória da RESEA, que inicia em 2006, com o propósito de fortalecer as dinâmicas agroecológicas no Sergipe. Em 2014, houve certa efervescência, em especial, motivada pela caravana agroecológica. A organização inicial recebeu bastante influência do interesse dos grupos em disputar editais para conseguir recursos financeiros. Essa lógica inicial da RESEA foi recorrente nas entrevistas, e parece explicar o momento de menor participação das organizações, de 2007 a 2012.

Na trajetória da RESEA, a caravana agroecológica de 2014 teve papel crucial na reorganização da RESEA conferindo certo grau de coesão entre os grupos. Essa coesão pode estar associada a um 'encontro de horizontes' que convergiu para as participações na Rede. A caravana agroecológica trouxe para a RESEA um conjunto de *fazeres* das diferentes organizações, reveladas tanto na própria organização da atividade como nas visitas das experiências agroecológicas. E a construção de uma ação agroecológica a partir de diferentes perspectivas (pesquisa, movimento social, ONG, representação classista) traz a possibilidade de aprendizados.

Comunidade de Prática propõe, fundamentalmente, que a reunião de pessoas em torno de um eixo temático comum promove o aprimoramento de seus fazeres. Ou seja, a ideia de aprendizado é implicada nas relações sociais em que as pessoas dependem a fazer melhor a partir da interação na 'comunidade'.

Na RESEA se identificou que há indícios para a sua caracterização como uma CdP, especialmente no diz respeito ao 'domínio' (ações em sementes crioulas, organização do CBA, disputa de edital de projetos, legislação estadual sobre agroecologia) e a 'comunidade' (emergência da RESEA em 2006, caravanas agroecológicas e a construção discursiva "juntos somos mais fortes"). Foi revelado características importantes da RESEA - que caracterizam a constituição de uma CdP - o desenvolvimento de um repertório de ferramentas e de histórias coletivas.

Cabe destacar que os momentos em que aconteceu a participação dos agricultores nas ações da RESEA. Os momentos de maior dinamicidade da RESEA foram quando houve participação efetiva dos agricultores, através da apresentação de suas experiências (I EEA, II Seminário Sergipano de Agroecologia e Caravana Agroecológica Cultural de Sergipe). O domínio, como área social, advindo dos agricultores, aparentemente tem servido como uma *cola* social na trajetória da RESEA, e que sempre é acionada nos momentos de fragilidade e ameaça de dissolução da rede.

A atuação da RESEA, algumas vezes, ocorre de modo instrumentalizado, ou seja, sua dinamicidade depende das demandas de cada membro que, muitas vezes, é um representante de uma organização, levando a pauta desta para as instâncias de trabalho da Rede. Isso pode expressar a ampliação da agência dos atores encontrando formas de fazer valer ou acelerar seus objetivos e necessidades. Em meio a isso, é importante não confundir o engajamento instrumentalizado dos atores com engajamento egocêntrico e oportunista. Isso porque os atores têm certo grau de intencionalidade para construir e adensar suas experiências. Ou seja, os engajamentos ocorrem a partir de finalidade, podendo ser às vezes, até mesmo contraditório.

A ideia de comunidade reside na própria emergência da RESEA, que é alimentada pelas participações dos atores na rotina da rede. O fato de "estar junto nos torna mais forte" é uma materialização da comunidade, mas, ao mesmo tempo, é vulnerável, na medida que depende do engajamento ativo dos atores e isto nem sempre é alcançado. Por outro lado, os elementos sugeridos como identificadores de

uma CdP (domínio, comunidade e prática) se mostram interessantes para apresentar o adensamento da 'comunidade'. Ainda, que se identifiquem algumas limitações, especialmente, quanto à noção de auto capacitação – prática - e ao sentimento de pertencimento – comunidade - a RESEA se encaminha para o fortalecimento da entidade enquanto uma CdP.

Assim, as experiências narradas pelos atores envolvidos na trajetória da RESEA permitem qualificar a rede como uma CdP, tendo em vista que foi *nos fazeres* e nas alianças que se gerava aprendizados. Associado a isso, criou uma identidade do coletivo (competência) que faz com que a 'comunidade' seja reconhecida sobre como delinear processos políticos locais (mobilização e políticas públicas). Ou seja, se aglutinaram e se desenvolveram em um domínio de conhecimento.

A utilização da abordagem teórica, partindo dos seus elementos constituintes, foi eficaz para compreender e traçar a história da RESEA, reconhecendo os aprendizados, a coesão e *o fazer*.

No capítulo 4, foi apresentada e analisada uma prática social que se mostrou relevante durante a pesquisa de campo, e que vem dando sustentação para a continuidade da RESEA. Essa prática é relacionada às ações e ao tratamento dado às sementes crioulas.

As ações dos grupos, que se referem a projetos que envolvem iniciativas em favor da produção e uso de sementes crioulas, vêm ocupando espaço crescente em suas agendas. Na RESEA, identificaram-se dois grupos distintos que abordam os temas relativos às sementes crioulas: o grupo de 'articuladores políticos' que atuam na definição dos rumos a seguir, especialmente, no que tange a lei estadual de agroecologia; e os 'atuantes na ponta' que atuam diretamente com os agricultores, através de cursos de capacitação, construção de casas de sementes e distribuição de sementes crioulas.

Identificou-se que as sementes crioulas, como materialidade associada às agências dos atores envolvidos, têm promovido o adensamento da RESEA como iniciativa agroecológica. As discussões, primeiramente em torno da política estadual de sementes crioulas, e mais recentemente, da lei estadual de agroecologia têm conferido permanência dos grupos na Rede. Associa-se essa permanência à dinâmica gerada durante essa construção: a expectativa gerada nos representantes das organizações para compra de sementes crioulas para os agricultores, as plenárias territoriais, a criação da Comissão Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica

(CEAPO), e a construção da PLAEAPO (Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica). Assim, a RESEA vai se consolidando como um espaço importante para articular a lei estadual de agroecologia, com papel destaque para as sementes crioulas, mas que acaba contribuindo para adensar a própria Rede.

A semente crioula discutida na lei estadual de agroecologia é especialmente a do milho (apesar de alguns grupos, como a ASA, utilizar sementes crioulas de outras espécies no seu projeto dos “quintais produtivos”). Nesse caso, as sementes crioulas de milho não são apenas estruturas para reprodução de milho, são também importantes componentes das relações sociais estabelecidas, atualmente, na RESEA.

A organização do Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA) foi um fato importante para a RESEA, que a pesquisa pode acompanhar de perto, com engajamento direto da pesquisado. Cada grupo da RESEA participou da organização do CBA de modo diferentes, a partir das comissões pré-existentes. Ao se envolverem com a organização do CBA os grupos colocaram o cenário agroecológico local em evidência nacional, através da divulgação das experiências, como por exemplo, a lei estadual de agroecologia.

É assim que, deste processo, o trabalho pode destacar a formação de arenas na pauta das sementes crioulas, especialmente sobre a possibilidade de disputa de base social. A construção de casa de sementes na base de militância de outra organização que não seja a sua própria apareceu na pesquisa como uma ameaça.

A formulação da lei estadual de agroecologia expressa um projeto heterogêneo. A novidade aqui reside na participação do Estado como ator social relevante para o avanço deste projeto heterogêneo. A alternativa ‘nova’, trazida no bojo da lei estadual de agroecologia, se baseia também na ‘velha’ prática das organizações, como por exemplo, se articular coletivamente organizações tão diferentes entre si para reivindicar recursos financeiros do Estado em defesa de seus interesses.

Apesar da proposta de elaboração de lei advir dos atores sociais atuantes diretamente com a agroecologia, ela apenas avança com a participação de representantes na assembleia legislativa estadual. Isso não diminui a capacidade de agência dos atores, mas se reconhece as formas de inserção do poder do Estado. E isso é um elemento importante para as construções agroecológicas locais, pois expressa a agência dos atores articulando-se com o Estado.

Considera-se, portanto, a agroecologia como um mosaico de muitos atores e muitas práticas, sem uma forma exatamente definida e homogênea. Isto gera uma

consequência analítica importante, uma vez que, na medida em que as iniciativas emergem das multiplicidades vividas nos territórios, se consolidam múltiplas experiências, envolvendo prática, atores, interações, significados e conhecimentos. Essa posição leva a propor à pesquisa científica que é relevante trabalhar com os estudos de caso em cada território, levando em conta suas particularidades, ainda que isto possa significar aproximar-se das disputas e contradições de interesses, inclusive, considerando que estes podem ser elementos cruciais para compreender a emergência da agroecologia.

A essa mescla de possibilidades e contingências identifica-se, neste trabalho, como as *múltiplas agroecologias*. Essa multiplicidade é ponto crucial para entender as formas variadas que agroecologia assume e, portanto, extrapola conceitos e normas que tentam definir *o que é agroecologia* e *o que não é agroecologia*.

A coexistência de *múltiplas agroecologias* sugere algumas pistas de que é possível *desenhar* a agroecologia a partir do encontro de mundos de vida e de suas interações sociais, acatando a complexidade que emerge das práticas sociais. No que se refere ao estudo da trajetória da RESEA, as ferramentas, histórias e soluções criadas vão de encontro com esse *desenho*. Assim, estes destaques levam a refutar visões que tendem a ser demasiadamente discretas, ao trabalhar conceitos pré-concebidos e/ou normatividades estritas para classificar práticas, iniciativas, ações, experiências como agroecológicas ou não. As múltiplas agroecologias residem, no *fazer*, ou seja, na ação política direta, no pesquisar, no formular novas estratégias (como por exemplo, as leis estaduais citadas nessa tese), no organizar coletivos, no cultivar, no produzir sementes, no participar das caravanas, e um sem-fim de práticas que mesclam conhecimentos e a capacidade de debater, discutir, fazer valer seus interesses e preocupações. Tudo isso ocorre de modo muito específico em cada território ou espaço de encontro e de ação, justamente, é o que parece estar relacionado ao potencial das comunidades de prática.

As iniciativas agroecológicas identificadas pela pesquisa, por exemplo, a organização das caravanas, a construção de casas de sementes ou a organização de um congresso científico, somente são possíveis pela interrelação entre atores que são diferentes entre si e, justamente por isto, estabelecem práticas que nem sempre estão 'sintonizadas' umas com as outras. Por outro lado, algumas oportunidades de 'fusões de horizontes' colocam lado a lado diferentes conhecimentos, capazes de iniciar transformações nos territórios. Este é o caso da recente parceria entre IFS, MCP e

ASA para analisar a qualidade genética de sementes crioulas de milho destacando a crescente contaminação genética no estado do Sergipe, e a lei estadual de agroecologia. Ambas como eventos que se pode apontar como contribuições parciais para um adensamento de iniciativas em agroecologia.

Os membros da RESEA foram identificados já em fase exploratória da pesquisa, o que foi importante para reconstruir a trajetória da Rede com eles. Neste processo, destaca-se o protagonismo de alguns atores sociais, especialmente o MST e a ASA (composto na RESEA pela CDJBC e pela SASAC) na emergência da Rede e na organizando do IEEA (I Encontro Estadual de Agroecologia). Ao longo do tempo, a aproximação de outros atores (como UFS e IFS) ocorreu através de articulação de ações em agroecologia, como por exemplo, a caravana agroecológica e as ações com sementes crioulas (formação de casas de sementes, oficinas, projeto de pesquisa sobre o mapeamento de guardiões de sementes crioulas no estado, distribuição de sementes). Nessa perspectiva, a trajetória da RESEA foi marcada por diferentes formas de participação dos grupos.

Embora se deva respeitar, sobretudo, a experiência dos atores que identificam a sua própria ação conjunta com uma organização em rede; é necessário registrar que a análise dos processos de encontros e interação, assim como, o reconhecimento dos diversos corpos de conhecimento que concorrem para a conformação da RESEA, levam a sugerir que os atores conformam uma comunidade de prática. Porém, também, é importante ressaltar que não se trata de reificar a comunidade de prática, na medida em que o trabalho aponta que esta é muito mais uma abordagem promissora para entender e estudar as experiências em agroecologia.

As práticas sociais que dão sustentação para RESEA em sua trajetória são as *participações* das organizações em vários momentos da Rede (I EEA, caravana agroecológica, organização do CBA, por exemplo) e que foram fortemente influenciadas pelo interesse e pelas demandas das organizações em agroecologia. A construção discursiva de 'união' foi aos poucos sendo percebida como relevante na trajetória da Rede. E ainda as ações que envolvem as sementes crioulas e que vêm contribuindo para tecer interesses e parcerias na RESEA (como a do IFS, MCP e ASA na análise de material genético das sementes; e a lei estadual de agroecologia). Essas práticas sociais potencializam o engajamento quando é percebido pelos atores a possibilidade de fortalecimento de suas organizações, ou seja, quando há perspectiva de retorno a partir desse engajamento.

A partir dos engajamentos, os atores aos poucos são capazes de promover mudanças locais tendo em vista a ampliação da sua agência, observado através da criação de parcerias e de participação das pessoas como na criação da CEAPO e da PLAEAPO.

REFERÊNCIAS

ABREU, Guilherme Barbosa. **Estratégia visando à melhoria da seleção massal**. 2010. 67f. Dissertação (Mestrado em Genética e Melhoramento de Plantas) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG, 2010. Disponível em: <http://repositorio.ufla.br/handle/1/4317?mode=full>. Acesso em: 2 dez. 2020.

ALTIERI, Miguel. **Agroecology**: scientific basis of alternative agriculture. Califórnia: University of California, 1983

ANDRADE, Adelli Carla Silva Nascimento de. **Circuito espacial da produção e círculos de cooperação na citricultura no estado de Sergipe**. 2019. 246 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2019. Acesso em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/11585>. Acesso em: 19 out. 2020.

ARCE, Alberto; CHARÃO-MARQUES, Flávia. **Interfaces y Ensamblajes em la Antropología del Desarrollo**: actores, afectos y materialidades. 2020. No prelo.

ARCE, Alberto; LONG, Norman. Reconfiguring modernity and development from na anthropological perspetive. *In*: ARCE, Alberto; LONG, Norman (org). **Anthropology, Development and Modernities: exploring discourses, Counter-Tendencies and Violence**. London: Routledge. 2000. p.1-31.

ARCE, Alberto; LONG, Norman. Desenvolvimento, materialidades e ator social: orientações metodológicas para aproximações territoriais. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v.29, n.1, 2021 (no prelo).

ARCE, Alberto; LONG, Norman. Re-positioning knowledge in the study of rural development. *In*: SYMES, D; JANSEN, A. J. (Ed). **Agricultural restructuring and rural change in Europe**. Wageningen: Agricultural University Wageningen, 1994. p. 75-86.

ARCE, Alberto; SHERWOOD, Stephen; PAREDES, Myriam. Repositioning food sovereignty: between Ecuadorian nationalist and cosmopolitan politics. *In*: TRAUGER, A. **Food Sovereignty in Geographical Context: Discourse, Politics and Practice in Place**, London: Routledge, 2015. p.125-144.

ARENDT, Ronald João Jacques. Construtivismo ou construcionismo? Contribuições deste debate para a psicologia social. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v.8, n.1, p.5-13, 2003.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **Mais de cinco mil famílias agricultoras de Sergipe cobram do poder público aquisição e distribuição de sementes crioulas**. 2020. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/2020/11/05/mais-de-5-mil-familias-agricultoras-de-sergipe-cobram-do-poder-publico-aquisicao-e-distribuicao-de-sementes-crioulas/>. Acesso em: 20 nov. 2020.

BALA, João Vitor Quintas; MASSUKADO, Luciana; PIMENTEL, Vania. Panorama dos cursos de agroecologia no Brasil. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Curitiba, v.9, n.2, p.3-14, 2014.

BARAB, Sasha; DUFFY, Thomas. From Practice Fields to Communities of Practice. *In*: JONASSEN, D. H.; LAND, S. M. (Eds). **Theoretical foundations of learning environments**. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, 2000.

BECK, Ulrich; SZNAIDER, Natan. Unpacking cosmopolitanism for the social sciences: a research agenda. **The British Journal of Sociology**, London, v.57, n.1, p. 381-403, 2010.

BEDRAN, Patrícia; BARBOSA, Selma. Afinal, o que é uma Comunidade de Prática – CdP? (Re)pensando os conceitos e a construção de CdP no e para o âmbito educacional de formação de professores de língua inglesa. **Entreletras**, Palmas, v.8, n.2, jul./dez. 2017.

BOCHI DORNELES, Simone. **No caminho de um coletivo de pesquisa**: a trajetória dos atores no projeto fortalecimento da vitivinicultura do Vale do Jaguarão. Porto Alegre: UFRGS, 2014. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural), Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

BOGO, Ademar. **A mística**: parte da vida e da luta. Disponível em:<http://base.d-ph.info/pt/fiches/dph/fiche-dph-8237.html>. Acesso em: 01 abr. 2020.

BORSATTO, Ricardo; CARMO, Maristela Simões do. A construção do discurso agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v.52, n.4, out./dez. 2013.

BOURDIEU, Pierre. Structures, Habitus, Practices. *In*: BOURDIEU, P. **The Logic of Practice**. Redwood City: Stanford University Press, 1990. p. 52-65

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2004.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia e extensão rural**: contribuições para a promoção do desenvolvimento sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2007.

CAPORAL, Francisco Roberto; PAULUS, Gervásio; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia**: uma ciência do campo da complexidade. Brasília: MDA, 2009.

CAPORAL, Francisco Roberto; PETERSEN, Paulo. Agroecologias e políticas públicas na América Latina: o caso do Brasil. **Agroecología**, Espanha, Sevilla, v.6, p.63-74, 2012.

CHARÃO-MARQUES, Flávia; LUZ, Lidiane; KUBO, Rumi. Biodiversity, social actors and networks, enlarging the dialogue. **Journal of Extension Systems**, Navi Mumbai, 2015.

CHARÃO-MARQUES, Flávia; SCHMITT, Claudia Job; OLIVEIRA, Daniela. Agências e Associações nas redes de agroecologia: práticas e dinâmicas de interação na serra gaúcha e na zona da mata mineira. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v.7, n.1, p.15-42, jan.-jun. 2017.

CROSSLEY, Nick. Habitus, Agency and Change: Engaging with Bourdieu. **Journal of Studies in Contemporary Social Theory**, Japan, v.12, p.3329–3357, 2002.

DALMORA, Eliane *et al.* Diagnóstico participativo dos guardiões de sementes crioulas de Sergipe: intercâmbios, multiplicação e troca de sementes e saberes. *In*: CONGRESSO BRASIELIRO DE AGROECOLOGIA, 5., 2017, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: Cadernos de Agroecologia, 2018.

DUARTE, Mariana Oliveira. **Efeitos de polinização mistas em espécies autoincompatíveis de Bignoniaceae**. 2014. 79f. Dissertação (Mestrado em Biologia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2014.

EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DE SERGIPE. **Governo de Sergipe dá início ao programa de distribuição de sementes de milho**. Disponível em: <https://www.emdagro.se.gov.br/governo-de-sergipe-da-inicio-ao-programa-de-distribuicao-de-sementes-de-milho/>. Acesso em: 20 nov. 2020.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GUDOLLE, Lucas; ANTONELLO, Claudia; FLACH, Leonardo. Aprendizagem situada, participação e legitimação nas práticas de trabalho. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v.13, n.1, p. 14-39, jan./fev. 2012

GUIVANT, Julia. Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v.14, n.3, p.411-446, 1997.

FAORO, Raymundo. A questão nacional: a modernização. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.6, n.14, 1992.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FRANK, André Günder. **Lumpenburguesía: lumpendesarrollo**. Santiago: Editorial Prensa Latinoamericana, 1970.

FREITAS, Gabriella Rocha; CRUZ, Mailani Junkes; RADOMSKY, Guilherme. Pós-desenvolvimento: a desconstrução do desenvolvimento. *In*: NIEDERLE, Paulo; RADOMSKY, Guilherme (org.). **Introdução às teorias do desenvolvimento**. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

FURTADO, Celso. **Desarrollo y Subdesarrollo**. Buenos Aires: Eudeba, 1964.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2007.

GLIESSMAN, Stephen. **Agroecology**: ecological processes in sustainable agriculture. New York: Lewis Publishers, 1997.

GOOLDMAN, David. SORJ, Bernardo. WILKINSON, John. **Das lavouras às biotecnologias**: da agricultura e indústria no sistema internacional. Rio de Janeiro: 1990.

IPIRANGA, Ana Silvia Rocha *et al.* Aprendizagem como ato de participação: a história de uma comunidade de prática. **Cadernos EBAPE**, Rio de Janeiro, v.3, n.4, dez. 2005.

JASPER, James. **Protesto**: uma introdução aos movimentos sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

HARMAM, Graham. **Imaterialismos**: objetos e teoria social. Malden: Polity, 2016

INGOLD, Tim. **Estar vivo**: ensaio sobre movimento, conhecimento e descrição. Tradução de Fábio Creder. Petrópolis: Vozes, 2015.

INGOLD, Tim. **Being alive**: essays on movement, knowledge and description. New York: Routledge, 2011.

KAY, Cristóbal. Enfoques sobre el Desarrollo Rural em América Latina y Europa desde Medios del Siglo Veinte. Bogotá: **Pontificia Universidad Javeriana**. Disponível em:
http://www.javeriana.edu.co/fear/m_des_rur/documents/Kay2005ponencia.pdf .
Acesso em: 16 abr. 2016.

KIMBLE, Chris. Communities of Practice: Never Knowingly Undersold. *In*: Tomadaki, E; SCOOT, P. (Org), **Innovative approaches for learning and knowledge sharing**. Crete, Grécia, 2006. Disponível em:
<https://pdfs.semanticscholar.org/c0a3/680fe2a1d1789ccade7875c68ccafbbeedff.pdf#page=229>. Acesso em: 15 abr.2020.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria ator rede. Salvador: EDUFBA, 2012.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LAVE, J.; WENGER, Ethiene. **Situated learning**: legitimate peripheral participation. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

LONG, Norman; LON, Ann. **Battlefields of Knowledge**: The Interlocking of Theory and Practice in Social Research and Development. London: Routledge, 1992.

LONG, Norman; PLOEG, Jean Douwe van der. Heterogeneity, acts and structure: towards a reconstitution of the concept of structure. *In*: BOOTH, D. (Ed.). **Rethinking Social Development**: theory, research and practice. Harlow: Longman, 1994. p.62-90

LONG, Norman; VILLARREAL, Magdalena. Las interfaces del Desarrollo: de la transferencia de conocimiento a la transformación de significados. *In*: SCHUURMAN, F.J. **Beyond the Impasse**: New Directions in Development Theory. London: ZED PRESS, 1993.p.147-151.

LONG, Norman. **The multiple optic of interface analysis**. Background Paper on Interface Analysis. Paris: UNESCO, Oct. 1999.

LONG, Norman. **Development Sociology**: actor perspectives. London: Routledge, 2001.

LONG, Norman. **Sociología del desarrollo**: uma perspectiva centrada en el actor. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores em Antropología Social, 2007.

LOPES, Helena; SCHMITT, Claudia; VASCONCELOS, José Maria. Ordens, práticas e fluxos na constituição de sementes crioulas: apontamentos a partir do tecido mundo da Rede de Intercâmbio de Sementes (RIS) na região de Sobral - CE. **Desenvolvimento Rural Interdisciplinar**, Porto Alegre, v.1, n.2, abr.2019.

LOURENÇO, Rosenerly; SAUERBRONN, Fernanda. Teorias de prática social em pesquisas em contabilidade gerencial: possibilidades a partir de Pierre Bourdieu e Anthony Giddens. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v.15, n.35, p. 204-232, abr.-jun. 2018.

LUZZI, Nilza. **O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais**. 2007.187f.Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

RESENDE, Gilca. Mais de cinco mil famílias agricultoras de Sergipe cobram do poder público aquisição e distribuição de sementes crioulas. **Articulação Nacional de Agroecologia**, [Rio de Janeiro], 5 nov. 2020. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/2020/11/05/mais-de-5-mil-familias-agricultoras-de-sergipe-cobram-do-poder-publico-aquisicao-e-distribuicao-de-sementes-crioulas/>. Acesso em: 10 nov. 2020.

MASSUKADO, Luciana; BALA, João Vitor Quintas. Panorama dos cursos e da pesquisa em agroecologia no Brasil. **Revista Eletrônica de Jornalismo Científico**. 2016. Disponível em: <http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=127&id=1548>. Acesso em: 25 maio 2020.

MATTA, Roberto da. **Uma nova interpretação do Brasil**. Brasília, 2007. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/95115-roberto-da-matta-uma-nova-interpretacao-do-brasil/>. Acesso em: 17 nov. 2020.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis: Vozes, 1983.

MEDEIROS, Monique. **A diversidade de saberes em situações de interface: a emergência da agricultura de base ecológica entre agricultores familiares no Sul do Rio Grande do Sul**. 2011. 157 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MINÁ DIAS, Marcelo. Extensão rural para agricultores assentados: uma análise das boas intenções propostas pelo “serviço de ates”. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 21, n.3, p.499-543, set./dez. 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Técnicas que fazem uso da palavra, do olhar e da empatia: pesquisa qualitativa em ação**. Portugal: Ludomedia, 2019.

MONTEIRO, Denis; LONDRES, Flavia. Pra que a vida nos dê flor e frutos: notas sobre a trajetória do movimento agroecológico no Brasil. *In*: SAMBUICHI, R. H. R. *et al.* (Org). **A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil**, Brasília: IPEA, 2017. p.53-83.

MORIN, Edgar. **O problema epistemológico da complexidade**. Portugal: Europa-America, 2002.

MOURA, Iracema Ferreira. Antecedentes e aspectos fundamentais da agroecologia e da produção orgânica na agenda das políticas públicas no Brasil. *In*: SAMBUICHI, R. H. R. *et al.* (org). **A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil**. Brasília: IPEA. 2017. p.53-83.

NAVARRO, Zander. Ciência e Cultura: texto de apresentação. **Revista Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 69, n. 4, out./dez. 2017.

NORDER, Luiz Antônio *et al.* Agroecologia: polissemia, pluralismo e controvérsias. **Ambiente e Sociedade**, São Paulo, v. 14, n. 3, p.1-20, jul./set. 2016.

OLIVEIRA, Maria Carolina Vasconcelos. Duas formas de pensar os determinantes ou do consumo cultural na sociologia: Pierre Bourdieu e Bernard Lahire. *In*: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, IV, 2008, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: UFBA, v.1, 2008.

OLIVEIRA, Daniela. **Produção de conhecimentos e inovações na transição agroecológica: o caso da agricultura ecológica de Ipê e Antônio/RS**. 2014. 194 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

PETERS, Gabriel Moura. **Percursos na teoria das práticas sociais: Anthony Giddens e Pierre de Bourdieu**. 2006. 269f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2006.

PETERSEN, Paulo. ALMEIDA, S. **Rincões transformadores: trajetória e desafio do movimento agroecológico brasileiro: uma perspectiva a partir da Rede PTA.** Rio de Janeiro: ASPTA, 2004.

PETERSEN, Paulo; SILVEIRA, Luciano. Construção do conhecimento agroecológico em redes de agricultores-experimentadores: a experiência de assessoria do Polo Sindical do Borborema. *In: ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA, II, 2007, Recife. Caderno [...].* Recife: GT-CCA/ANA, p.19-37.

RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo. Pós-desenvolvimento e estudos rurais: notas sobre o debate e agenda de pesquisa. *In: CONTERATO, Marcelo Antonio et al. (Org.). Pesquisa em desenvolvimento rural: aportes teóricos e proposições metodológicas.* Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2014. v. 1, p. 167-182.

RECKWITZ, A. Toward a theory of social practices: a development in culturalist theorizing. **European Journal of Social Theory**, [S.l.], v. 5, n. 2, p. 243-63, 2002.

RODRÍGUEZ-MENA, Mario García. **Comunidade de prática e Comunidade de aprendizagem.** Disponível em: <https://ishareslide.net/document/comunidadeaprendizaje-rodriguezmena>. Acesso em: 16 fev. 2020.

SANTOS, Amaury et al. Trajetória e desdobramentos da construção da Caravana Agroecológica e Cultural em Sergipe. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 4., 2015, Belém. Anais...* Belém: Associação Brasileira de Agroecologia, 2015.

SANTOS, Leonardo; SILVEIRA, Rafael. Por uma epistemologia das práticas organizacionais: a contribuição de Theodore Schatzki. **Revista O&S**, Salvador, v.22, n.72, p.79-98, jan./mar. 2015.

SANTOS, Ricardo Menezes. A formação do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA): por soberania alimentar, contra a mercadorização do campo no Brasil. **Revista do Núcleo de Estudos e Projetos de Reforma Agrária (NERA)**, Presidente Prudente, n.31, p.10-31, maio/ago. 2016.

SANTOS, Theotônio dos. **La crisis norteamericana y America Latina.** Santiago: Editorial Prensa Latino-americana, 1971.

SCHATZKI, Theodore. Introduction: practice theory. *In: SCHATZKI, T. R.; KNORR-CETINA, K.; SAVIGNY, E. von. The practice turn in contemporary.* London/ NewYork: Routledge, 2001.

SCHATZKI, Theodore. **The site of the social: a philosophical account of the constitution of social life and change.** Pennsylvania: Pennsylvania State University, 2002.

SCHATZKI, Theodore. Spaces of practices and of large social phenomena. **Espace Temps**, 24 March, 2015. Disponível em:

<http://www.espacestemp.net/articles/spaces-of-practices-andof-large-social-phenomena> Acesso em: 07 abr. 2016.

STANGERS, Isabelle. **A invenção das ciências modernas**. São Paulo: Editora 34, 2002.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. **Introducción a la sociología rural**. Madrid: Alianza, 1984.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo; GONZÁLEZ DE MOLINA, Manuel (ed.). **Ecología, campesinado e historia**. Madrid: La Piqueta, 1993.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. Sobre as perspectivas teórico-metodológicas da Agroecologia. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v.22, n.2, maio/ago. 2017.

SILVEIRA, Suzana Maria Pozzer. **Redes de agroecologia: uma inovação estratégica para o desenvolvimento territorial sustentável**. Estudo de caso de dois grupos do núcleo territorial catarinense da Rede Ecovida de Agroecologia no período de 2002-2012. 2013. 484f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

SOUZA-SILVA, Jader C.; SCHOMMER, Paula Chies. A pesquisa em comunidade de prática: panorama atual e perspectivas futuras. **Revista O&S**, Salvador, v.15, n.44. p.105-127, jan./mar. 2008.

TROVATTO, Cássio Murilo Moreira. A construção da política nacional de agroecologia e produção orgânica: um olhar sobre a gestão do primeiro Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. *In*: SAMBUICHI, R. H. R. *et al.* (Org). **A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil**, Brasília: IPEA, 2017. p.53-83.

WENGER, Ethiene. **Communities of practice: learning, meaning, and identity**. Cambridge: University Press, 1998.

WENGER, Ethiene; SNYDER, W. M. Comunidades de prática: a fronteira organizacional. *In*: HARVARD BUSINESS REVIEW (Org.). **Aprendizagem organizacional**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

WENGER, Ethiene. **Cultivating Communities of Practice: A Guide to Managing Knowledge**, Boston: Harvard Business School Press, 2002.

WENGER, Ethiene. **Communities of practice: a brief introduction**. Boston, 2006. Disponível em: <http://www.ewenger.com/theory/>. Acesso em: 18 jan. 2012.

WERSTCH, J. **Mind as action**. New York: Oxford University Press, 1998.

ZEVEN, A. C. Landraces: a review of definitions and classifications. **Euphytica**, Wageningen, n. 104, p.127-139, 1998

**ANEXO A - MATERIAS PRODUZIDOS PELA RESEA, A PARTIR DA
EXPERIÊNCIA DA 1ª CARAVANA AGROECOLÓGICA E CULTURAL,
REALIZADA EM 2014**



Caravana agroecológica e cultural de Sergipe

05 a 09 de maio de 2014

Associação dos Produtores Orgânicos de Lagarto

Em Lagarto, a Cohidro vem há anos desencadeando ações que visam promover a produção orgânica. Inicialmente os técnicos foram incentivados para se capacitarem nesta área emergente e em 2000, já havia dois produtores realizando a agricultura orgânica.

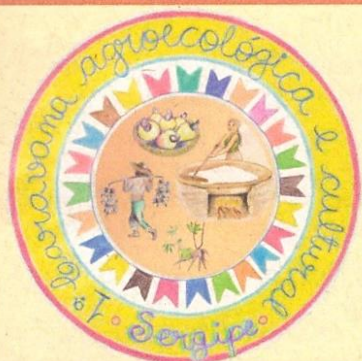
Foram realizadas reuniões, cursos de formação e visitas técnicas que levaram a mobilização e a organização de um grupo.

O grupo ficou neste período em fase de transição, na busca efetiva de uma agricultura que eliminasse os insumos tóxicos se contrapondo à realidade do município de uso indiscriminado e intenso de agrotóxico.

Em 2007 os agricultores foram desafiados a regularizar o produto e o diferenciar como orgânico. Observaram a necessidade de potencializar o mercado dos orgânicos no município, através da separação dos locais e dias de comercialização, distinguindo a produção orgânica da produção convencional. Divulgaram a feira em rádios e conseguiram o apoio para a definição do local de feira e a infraestrutura de barraca. Foi então criada a Associação dos Produtores Orgânicos de Lagarto (APL), inicialmente composta por dezoito associados, e em seguida, foi obtida a conformidade orgânica com o cadastro da OCS no MAPA.



Atualmente a associação está enfrentando dificuldades quanto a sua organicidade, o grupo não avançou no coletivo como forma de enfrentamento as relações de mercado.



Caravana agroecológica e cultural de Sergipe

05 a 09 de maio de 2014

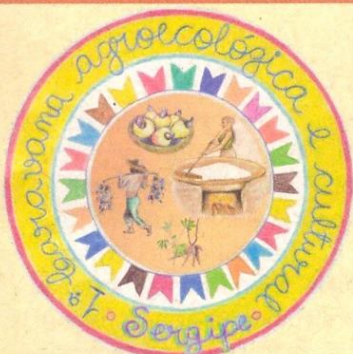
Povoado do Junço

Grupo formado por cerca de 10 de mulheres, que vivem no povoado Junça, município de Pacatuba.

A comunidade está inserida no ecossistema da Restinga, que se caracteriza por solo com poucos nutrientes, muita areia, árvores retorcidas e em formato de arbustos. Caracteriza-se também por uma rica biodiversidade.

As mulheres trabalham com o artesanato da taboa, que é uma planta que cresce em áreas alagadas da região. Além da taboa, as mulheres trabalham com uma grande variedade de plantas da Restinga, como a mangaba, murici, cambui, massaranduba, amescla, dentre outras. As plantas são utilizadas para alimentação, na produção de fitoterápicos, na cocção de alimentos, para construções, dentre outros.





Caravana agroecológica e cultural de Sergipe

05 a 09 de maio de 2014

Roça do Futuro

Assentamento Paulo Freire II

Ivanilson Leal do Santos (que prefere ser chamado de Negão), sua esposa Jacira e os filhos Lídia, Hilgor e Rivelino constroem no Assentamento Paulo Freire II uma experiência agroecológica a qual deram o nome de Roça do Futuro. Além de experiências e práticas agroecológicas, inovações agrícolas e agrônômicas, demonstram na prática conceitos como soberania alimentar, autonomia camponesa em relação ao Estado e ao mercado e a lógica das famílias para organização e o desenvolvimento da unidade de produção camponesa.

Antes de ir para o assentamento Paulo Freire II, Ivanilson (44 anos) morava com seus pais no município de Boquim e trabalhava de diária nas grandes propriedades citrícolas. As condições de vida e trabalho o fizeram compreender que apenas em sua própria terra poderia garantir o sustento de sua família e consolidar seus sonhos.

A conquista da terra resultou da luta de 127 famílias provenientes do município de Boquim, que se dividiram em três acampamentos, sendo que um deles resultou no então assentamento Paulo Freire II, onde acamparam 57 famílias e 24 foram assentadas. Durante os quatro anos de acampamento ocorreram diversos confrontos com a polícia e seis despejos, respondidos com resistência, organização, esperança e sonhos que animaram a luta e possibilitaram a conquista da terra.

Com o trabalho nos pomares de laranja aprendeu o manejo e a realizar enxertia para produção de mudas. Ainda hoje ele utiliza desses conhecimentos adquiridos ao longo da vida, associados à observação da natureza para solucionar os problemas que enfrenta no dia a dia da agricultura e, de forma investigativa, juntamente com sua família, consolidou uma experiência de sucesso, na qual utiliza princípios agroecológicos da diversidade, cobertura do solo, adubação verde e manejo ecológico do solo.





Caravana agroecológica e cultural de Sergipe

05 a 09 de maio de 2014

Mulheres guerreiras e agroecológicas que iluminam Lagoa da Volta

Enfrentar o preconceito,
Lutar contra a discriminação
Sonhar com um mundo perfeito
Tarefa das mulheres do sertão

Lá de Lagoa da Volta
De Porto da Folha povoado
Nasceu esse grupo de mulheres
Resgatando sua história assim é chamado

Vontade a gente teve
Das nossas vidas poder melhorar
E com a ajuda das irmãs
Pudemos então começar

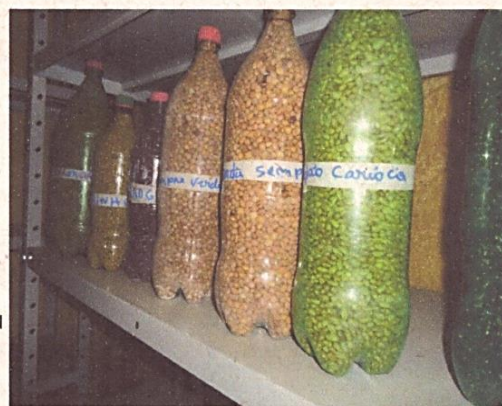
Primeiro era reunião, oficina, capacitação
Para planejamento elaborar
Partindo da sensibilização
Veio a grande vontade de plantar

Com apoio e muito trabalho
Conseguimos a primeira vitória
O nosso querido terreno
O começo da nossa história

Daí por diante foi só crescimento
Parcerias começamos a fazer
Para o nosso desenvolvimento
Junto o PDHC e também o CDJBC

Até gente do exterior Com o grupo contribuiu
Estão vendo nosso valor?
Foi a mulher da roça que construiu

Hoje uma associação
Que tem empoderamento
Usando a mente e o coração
Com muito conhecimento



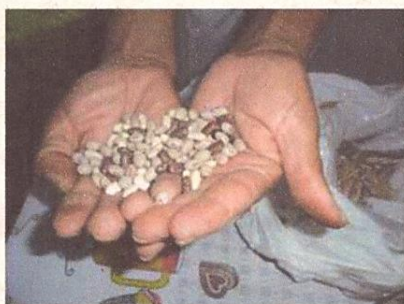


Caravana agroecológica e cultural de Sergipe

05 a 09 de maio de 2014

Experiência de D. Josefa - Município: Simão Dias - Povoado: Sítios Altos

D. Josefa tem um importante papel na comunidade enquanto mobilizadora e motivadora das famílias, em especial das mulheres da região. Vem incentivando as famílias a construírem os quintais produtivos de base ecológica e possui uma área demonstrativa de horta agroecológica, na qual cultiva diversas plantas, hortaliças e ervas medicinais.



A área possui três cisternas da ASA e um calçadão. A trabalhadora resgata ainda a conservação de sementes crioulas e incentiva a manutenção da cultura local através das rodas de danças entre as mulheres.



Realização e Apoio:





Caravana agroecológica e cultural de Sergipe

05 a 09 de maio de 2014

Seu José Nobre, um experimentador do Alto Sertão

Augustinho é minha comunidade
Tenho orgulho de ser agricultor
Não troco o campo pela cidade
E me considero também um doutor

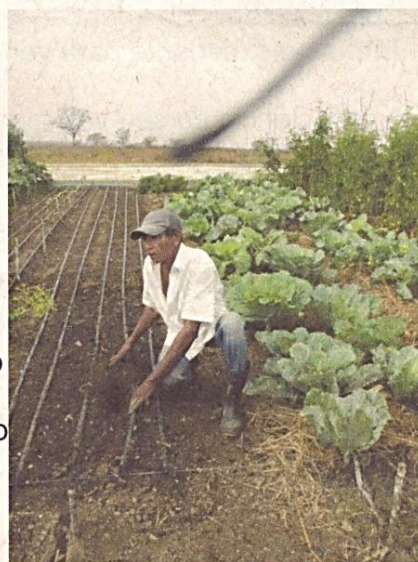
Nossa Senhora da Glória é o lugar
Dessa experiência tão comentada
De um casal tão exemplar
Que cuida terra tão amada

Sempre com a agroecologia no pensamento
Em busca de novidade
A SASAC contribuiu com o desenvolvimento
Desse agricultor de verdade

Com a chegada da cisterna calçadão
Seu Zé Nobre não quis mais parar
Conhecido em todo Alto Sertão
Pelo seu jeito sincero de falar

Com sua horta sempre produzindo
Só vendo pra acreditar
Um oásis no sertão que vem surgindo
Para o povo todo admirar

A sua mais nova invenção
É coisa de pesquisador
Que ele da como sugestão
Pra quem a água dar valor



ANEXO B – NORMA ESTADUAL SERGIPE

Norma Estadual - Sergipe - Publicado no DOE em 23 novembro de 2011
Dispõe sobre os incentivos à implantação de
Sistema de Produção Agroecológica
pelos agricultores familiares no Estado de Sergipe
e dá outras providências.

O Governador do Estado de Sergipe,
Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado aprovou e que eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei estabelece normas visando incentivar a implantação de sistemas de produção agroecológica pelos agricultores familiares no Estado de Sergipe.

§ 1º Considera-se agricultor familiar aquele que pratica atividades no meio rural, atendidos, simultaneamente, os requisitos fixados na Lei (Federal) nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

§ 2º Para atender ao disposto no parágrafo anterior, considerar-se-ão todas as formas de posse da propriedade, mesmo as de caráter precário, inclusive aquelas detidas por arrendatários, posseiros, meeiros, parceiros e assentados rurais.

Art. 2º Considera-se sistema de produção agroecológica a proposta de agricultura que seja socialmente justa, economicamente viável, ecologicamente sustentável e que englobe formas de produção orgânica, biodinâmica ou outros estilos de base ecológica.

Art. 3º O Governo do Estado definirá políticas de incentivo à adoção de sistemas de produção agroecológica pelos agricultores familiares de Sergipe, através dos seguintes instrumentos.

- I. prestação de assistência técnica e extensão rural pública;
- II. pesquisa agroecológica;
- III. comercialização de produtos agroecológicos;
- IV. consumo de produtos agroecológicos pelos beneficiários de programas sociais e de alimentação escolar;
- V. apoio a feiras agroecológicas;
- VI. processo de certificação de qualidade;
- VII. apoio às entidades reconhecidas nacionalmente que atuem com a certificação de produtos agroecológicos no Estado;
- VIII. definição de linhas de crédito rural;
- IX. apoio à organização de agricultores e consumidores de produtos agroecológicos;
- X. promoção de ações voltadas à educação para o consumo responsável;
- XI. promoção de eventos sobre agroecologia.

Parágrafo único. A Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (Emdagro) priorizará o atendimento aos agricultores familiares.

Art. 4º Considera-se Feira de Produtos Agroecológicos o espaço destinado à reunião de agricultores familiares que comercializem produtos de origem agroecológica com certificação, em local predeterminado, com publicidade e com estrutura física dotada de identidade visual específica.

Art. 5º Os sistemas de produção agroecológica serão construídos com apoio de uma rede de gestão compartilhada da qual participem órgãos públicos e entidades que atuem com agroecologia ou que possam contribuir com pesquisas e outros meios para a consolidação do sistema.

Parágrafo único. Serão criados mecanismos que permitam o concurso integrado dos órgãos e entidades de que trata o caput deste artigo, em especial as universidades, institutos de pesquisa e entidades do terceiro setor.

Art. 6º A adesão das Prefeituras Municipais ao sistema de que trata esta Lei será articulada pelos órgãos competentes do governo estadual a fim de que a produção agroecológica dos municípios seja incentivada e aproveitada.

Art. 7º A implantação de sistemas de produção agroecológica, nos moldes preconizados nesta Lei terá prioridade entre as políticas públicas formuladas para a área.

Art. 8º Esta Lei será regulamentada por decreto do Governador do Estado, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Aracaju, 17 de novembro de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

MARCELO DÉDA CHAGAS

GOVERNADOR DO ESTADO

José Macedo Sobral

Secretário de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural

Francisco de Assis Dantas

Secretário de Estado de Governo

Fonte: Sergipe (2011).